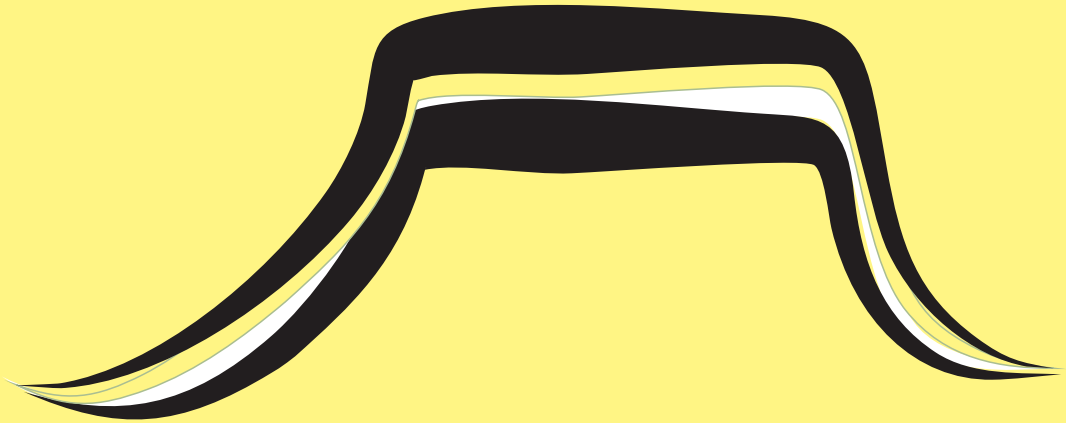
COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



ESTUDO SOBRE A FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL

ELOISA MAIESKI ANTUNES

EDITORA UFRR

ESTUDO SOBRE A
FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitor:
Jefferson Fernandes do Nascimento

Vice-Reitor:
Américo Alves de Lyra Júnior

Pró-Reitora de Ensino e Graduação:
Lucianne Braga Oliveira Vilarinho

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda
Alexander Sibajev
Edlauva Oliveira dos Santos
Cássio Sanguini Sérgio
Georgia Patrícia Ferko da Silva
Guido Nunes Lopes
Lourival Novais Neto
Luís Felipe Paes de Almeida
Madalena Vange Medeiros do Carmo
Rileuda de Sena Rebouças
Silvana Túlio Fortes
Wagner da Silva Dias

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Volume 52

ESTUDO SOBRE A FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL

ELOISA MAIESKI ANTUNES

BOA VISTA/RR
2019

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras

Capa
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

A 636e ANTUNES, Eloisa Maieski.

Estudo sobre a faixa de fronteira do Brasil. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, 169 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 52. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-217-7

1- Brasil. 2 - Faixa de Fronteira. 3 - Fronteira. 4 - Política Fronteiriça.
I - Título. II - Antunes, Eloisa Maieski. III - Série

CDU – 341.222(81)

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas do conhecimento.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento científico e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

PREFÁCIO

É com muita honra que aceitei fazer o prefácio da obra "Estudo sobre a Faixa de Fronteira do Brasil", de autoria da pesquisadora Dra. Eloisa Maieski Antunes, quem eu tive a oportunidade de conhecer na França, quando participávamos da equipe de pesquisa da Dra. Denise Pumain na Université Sorbonne Paris 1.

Trabalhamos juntos, porém em projetos independentes. Eu era muito interessado em entender o processo de metropolização no Brasil e a Eloisa trabalhava com os municípios fronteiriços. Fizemos uma bela parceria de estudos para construção de banco de dados e análise das infinitas variáveis que foram gerados pelas nossas pesquisas. Juntamente com outros pesquisadores, cada um trabalhou com projetos de geografia urbana e econômica em diferentes partes do mundo.

Particularmente, o Brasil sempre me encantou e Eloisa nos dava aulas sobre a realidade brasileira. Na época ela também era articulista de um jornal e escrevia semanalmente sobre acontecimentos em terras tupiniquins.

Como resultado de muito trabalho e análise de dados complexos, a autora construiu esse livro ao qual tenho prazer em prefaciar. Sem dúvida, é um dos trabalhos mais completos que eu vi sobre fronteira, pois foi utilizada uma perspectiva complexa não somente os aspectos administrativos e alfandegários, mas também foi considerado os fluxos populacionais, territoriais e do comércio exterior.

Exatamente, devido a esse diferencial que o livro se torna mais interessante porque de forma geral os estudos são focados apenas em um assunto e esta obra trata de questões mais ampla sobre essa região tão rica sob o ponto de vista geográfico.

Eloisa Maieski Antunes é uma pesquisadora rara por trazer aspectos multidimensionais da fronteira sem se apegar ao conceito clássico da geopolítica. Ela vai além. Discute questões e traz dados onde é possível ver a fronteira sob diferentes vieses que provam a complexidade fronteiriça.

O capítulo 01. “Como tudo começou” aborda de forma sintética a temática a ser explorada no livro, incluindo um roteiro da pesquisa no qual são apresentados os principais marcos conceituais e as bases de dados utilizadas.

O capítulo 02, “A complexidade e a dinâmica da fronteira”, trata sobre as principais características da fronteira à luz de uma minuciosa revisão da literatura sob o ponto de vista dos estudos tradicionais, bem como a partir da ruptura conceitual quando a fronteira passa a ser vista como uma estratégia de integração.

O capítulo 03, “Ferramentas legislativas para o ordenamento territorial nas fronteiras do Brasil” traz as ferramentas legislativas usadas pelo Estado. A limitação da fronteira não necessariamente está alinhada ao limite dado pela legislação, mas nesse caso ela é vista sob o ponto de vista da legislação. Por isso, esse capítulo é interessante por explicar como se deu a construção geopolítica da faixa de fronteira.

O capítulo 04, “Transformações territoriais e populacionais na fronteira (1872-2010)” traz um estudo sobre as transformações territoriais que foram analisados de forma espacial à medida que se mudava a legislação e o novo tecido territorial forma-se ao longo dos anos. Juntamente com a análise territorial tem-se no livro a análise populacional dos municípios fronteiriços que impacta diretamente nas políticas exclusivas para a faixa de fronteira.

O capítulo 5, “Comércio exterior dos municípios fronteiriços”, explora os fluxos de importação e exportação gerados na faixa de fronteira do Brasil, bem como constrói um mapeamento detalhado das redes do comércio exterior nas cidades fronteiriças.

Por fim, a obra traz estudos detalhados construídos ao longo de anos. Parabenizo a autora por deixar um legado tão importante para outros pesquisadores que se interessaram por essa temática. E aos leitores desejo que mergulhem nesse rico estudo para entender a complexidade da dinâmica fronteiriça que traz essa obra. Boa leitura!

Cosmo Antonio Ignazzi, PhD

A fronteira, uma construção histórica.evolutiva

Groupe Frontiére

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 15

CAPÍTULO 1 | Como tudo começou 23

CAPÍTULO 2 | A complexidade e a dinâmica da fronteira 37

CAPÍTULO 3 | Ferramentas legislativas para o ordenamento territorial nas fronteiras do Brasil 55

CAPÍTULO 4 | Transformações territoriais e populacionais na fronteira (1872-2010) 73

CAPÍTULO 5 | Comércio exterior dos municípios fronteiriços 115

BIBLIOGRAFIA | 149

SOBRE A AUTORA | 161

Dedico este livro aos amores da minha vida: João Alexandre Pereira, Julimar Pereira e Ravi Luis Pereira

Eloisa Maieski Antunes

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O gradiente escalar é uma característica peculiar de estudos fronteiriços. As fronteiras em qualquer lugar do mundo não devem ser estudadas de forma separada dentro do espaço geográfico porque estão imersos em um ambiente multiescalar, seja local, regional, estadual, nacional ou internacional. As fronteiras também estão emergidas em um ambiente de fluxos multidirecionais, que está relacionado com as questões de cunho social, político e econômico e influenciam diretamente a dinâmica fronteiriça através da geração de fluxos de bloqueios e de movimentos.

No Brasil não é diferente. A grande linha de extensão da fronteira brasileira é uma das maiores do mundo com 16,886 km e faz divisa com dez países vizinhos, portanto, é uma área bem peculiar e diversa em relação à economia, à geografia, à cultura e aos aspectos sociais, apesar de pertencerem ao mesmo território. Os fatores que colaboram com a diversidade vão desde os gradientes populacionais dos municípios, a fatores econômicos específicos, contextos históricos e políticos que influenciam de forma particular cada trecho da fronteira.

Com apenas com esses dois parágrafos, acredito que o leitor começa a perceber a complexidade dos estudos fronteiriços e, essa obra empresta o olhar da geografia econômica e urbana para análise das transformações geopolíticas relacionada a fronteira, incluindo análise populacional, econômica e territorial). A hipótese levantada neste estudo é que a formação de blocos econômicos trouxe uma nova configuração territorial porque a relação entre espaço e poder mudou, surgindo uma nova arrumação geopolítica. As estruturas argumentativas para expor as hipóteses elencadas estão permeada por todo o texto.

A faixa de fronteira (indicada também, aqui, como FF) era vista como uma área ora de segurança ora de defesa, entre 1934 e 1988 pelos militares. Entende-se área de segurança como a preservação da soberania, desenvolvimento da estabilidade política e integridade territorial e defesa como uma área de proteção do território contra as ameaças externas. As

ações militares nesse período eram estimuladas devido ao contexto da Segunda Guerra Mundial e as várias ditaduras militares que se instalaram nos países vizinhos que influenciou a política de fronteiras no Brasil.

As restrições legais na faixa de fronteira estavam ligadas aos aspectos da concessão de terras, meios de comunicação e indústrias. Também foram criados os Territórios Federais, focado no ordenamento territorial na fronteira, para que o governo central tivesse controle direto das zonas de fronteira consideradas mais vulneráveis, nas regiões norte, centro-oeste e sul.

A partir da formação de blocos econômicos a faixa de fronteira passou a ter também novos papéis, voltados para a integração dos países da América do Sul, principalmente, por ser o Brasil uma área estratégica e de vizinhança com a maioria dos países, com exceção do Equador e da Bolívia. A concepção de fronteira mudou quando o contexto político e diplomático assumiu a existência de uma identidade latino-americana, com o Brasil na posição de líder regional. Desta forma, a faixa de fronteira que era fechada e cheia de restrições legais por ser uma área de defesa/segurança nacional, passa a ser vista como um ponto de contato estratégico entre o Brasil e os países vizinhos.

O paradigma militar mudou com o advento do regionalismo, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com as elites civis pressionando pela mudança de perspectiva militar nesta área. Conforme Furtado (2013), a faixa de fronteira passou de uma área de segurança nacional para de defesa nacional e desenvolvimento.

Atualmente a legislação em vigor sobre a faixa de fronteira é a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85, de 26 de agosto de 1980, importantes para a regulamentação de atividades que podem ser desenvolvidas na faixa de fronteira. Sob o paradigma de defesa e desenvolvimento, a faixa de fronteira é atualmente vista como um espaço de integração, um ponto de contato com os outros países latino-americanos, como um canal de comunicação entre as diferentes culturas, línguas e costumes.

A faixa de fronteira ganhou, assim, um novo papel. Embora ainda existam medidas de defesa, ela passou a ser tratada também como uma

região que precisa ser desenvolvida economicamente, principalmente para o comércio exterior. Essa obra faz três análises: territorial, populacional e das relações internacionais para provar a mudança de paradigma da faixa de fronteira de uma área predominantemente de defesa/segurança para uma área de desenvolvimento e defesa nacional.

Para a análise da transformação territorial esse trabalho usou dados desde 1872, para compreender transformações do território fronteiriço desde a constituição da faixa de fronteira, que foi citada pela primeira vez na legislação em 1850, até os dias atuais com o intuito de analisar as principais características presentes no recorte temporal e as ferramentas de ordenamento territorial com a largura da faixa de fronteira e a criação dos territórios federais.

O leitor irá se deparar com o processo de divisão territorial na faixa de fronteira foi rápido e intenso, principalmente a partir de 1960. Entre 1940 e 2010 aumentou mais de seis vezes o número de municípios. As vilas militares instaladas para defender a fronteira, o conjunto de fatores econômicos e políticos com a promoção da "marcha para o oeste", o interesse de ocupação das fronteiras através da vivificação (presença do homem), os incentivos governamentais, a própria expansão da fronteira agrícola, o conjunto de melhoramentos da infraestrutura (rodovias e ferrovias) que ligou aos grandes centros urbanos foram os fatores que levaram à multiplicação das cidades na faixa de fronteira.

Na análise populacional, veremos que o modelo usado pelos militares no século passado era que uma fronteira defendida era uma fronteira ocupada, porém com restrições de concessão de terras, das indústrias e meios de comunicação.

Para análise das relações internacionais, principalmente do comércio exterior, os capítulos que trabalham esse momento partem do contexto político nacional e internacional que tem influência direta no local (fronteira). A análise permeia faixa de fronteira sob o viés do liberalismo econômico, isso aconteceu porque ela ganhou papel de destaque no contexto da integração econômica, por emitir fluxos próprios de mercadorias, não sendo apenas local de passagem, e porque está

integrada com outras regiões no mundo, não apenas restrita a países vizinhos.

O fim da Guerra Fria teve variados significados para a América Latina, e sem dúvida, o mais importante foi a reorientação da política externa. A nova ordem mundial unipolar e o processo de redemocratização dos países são fatores fundamentais para as novas questões de ordem econômica.

No início da década de 1990, no auge das teorias liberais, acreditava-se que interesses econômicos iriam predominar nas relações internacionais, devido ao fim da polarização política e militar. A ocupação efetiva dos espaços nacionais requeria transformar as clássicas fronteiras-separação em modernas fronteiras-cooperação, para viabilizar economicamente o desenvolvimento de regiões fronteiriças que, durante muito tempo, foram rincões isolados. Um quarto elemento, que se torna mais visível nos momentos de turbulência financeira, são as negociações do gênero em outra escala (COSTA, 1999).

O grau de integração entre diferentes regiões é indicado pela estrutura de fluxos inter-regionais de bens e serviços. A relação entre o comércio exterior e os municípios fronteiriços demonstra que as interações espaciais da fronteira podem ser compreendidas em diversas escalas, pois inseridas em ampla e complexa rede comercial que mantém uma ligação com o território.

No caso do Brasil há uma rede sim de comércio na fronteira e uma intensificação dos fluxos, porém está muito aquém para se integrar em uma economia aberta. O Brasil sem poucas empresas que se aventuram em exportar seus produtos e que não correspondem nem a 1% das empresas brasileiras. Ainda a economia e muito fechada e voltada para o mercado interno. Na fronteira apesar da sua vantagem geografia por estar próxima ao limite internacional ocorre o mesmo fenômeno. A economia local ainda é fechada para o exterior.

Os fluxos de comércio exterior originário nos municípios fronteiriços indicam que em um contexto de integração econômica a faixa de fronteira também é capaz de emitir fluxos de mercadorias próprios, não sendo apenas um local de passagem, embora os fluxos comerciais para a América

do Sul vêm perdendo importância relativa porque os fluxos são direcionados para outros continentes entre eles: europeu, asiático, americano, africano.

Observa-se que os fluxos gerados na FF são multidirecionais. A análise do histórico do comércio exterior indica que não houve variações em relação à quantidade de países e que os fluxos não são direcionados exclusivamente para a América do Sul. Assim, é possível dizer que os fluxos comerciais são multidirecionais em todos os anos analisados e estão integrados com outras regiões do mundo.

As interações espaciais na faixa de fronteira indicam que ela é capaz de produzir fluxos próprios com amplitudes e frequências diferentes porque variam conforme as ações dos agentes fronteiriços. Assim, a faixa não é apenas um corredor de passagem. Na faixa de fronteira observa-se que a dinâmica dos fluxos obedece a uma dinâmica nacional, porém com rede própria e com link conforme será discutida e apresentada durante a argumentação desse trabalho.

A proximidade geográfica é importante uma leitura possível para fazer a análise dos dados. Os fluxos de comércio internacional para a América do Sul foram intensificados durante os últimos anos, porém a importância relativa deles diminuiu. E as redes de comerciais passaram a serem mais fortes com outras regiões geográficas.

Por fim, procuramos organizar este livro de forma que você possa compreender como a fronteira estabelece relações com diversos setores da economia e lugares do mundo, não se limitando, portanto, apenas à localidade na qual está geograficamente inserida.

Levando-se em consideração os temas e argumentos a serem tratados, esperamos que este livro não necessariamente dê respostas prontas sobre a dinâmica fronteiriça, mas que possa sim incitar em você, caro leitor ou leitora, a realização de análises e reflexões que possam produzir novos questionamentos e ideias que auxiliem na compreensão da produção do espaço a partir da perspectiva das fronteiras. Enfim, este livro destina-se a todos os que deseja, saber mais sobre a fronteira do Brasil e as mudanças ocorridas nessa região nos dois últimos séculos.

CAPÍTULO 1

Como tudo começou

COMO TUDO COMEÇOU

A primeira linha divisória do Brasil foi o Tratado de Tordesilhas, que delimitava as terras que pertenciam ao reino de Portugal e as do reino da Espanha. Com o passar do tempo, os limites internacionais foram redesenhados conforme os interesses políticos e econômicos vigentes em cada época. Assim, os tratados de Utrecht, de Santo Ildefonso, de Madrid testemunharam a evolução e a expansão do território brasileiro.

As últimas fronteiras foram delimitadas entre o final do século XIX e início do século XX, com a participação do Barão do Rio Branco, que ficou eternizado pela aplicação da política de fronteiras. Tornou-se uma figura célebre da história brasileira e deixou um importante legado territorial para o Brasil. O Barão negociou com outros países importantes tratados de definição dos limites internacionais sobre a localização das fronteiras.

No fervor das negociações territoriais fronteiriças, pela primeira vez, surgiu na legislação brasileira à faixa de fronteira, através da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, como uma área delimitada geograficamente paralela aos limites internacionais. Nessa local os lotes podiam ser distribuídos gratuitamente pelo governo imperial para quem tivesse interesse de colonizar essas áreas longínquas.

A faixa de fronteira passou a ser um objeto geopolítico por excelência, porque era considerada uma área de defesa com a instalação de vilas militares e ocupação pelo homem. O enfoque da defesa e vivificação dos limites internacionais foi predominante do período imperial até o início do governo de Getúlio Vargas.

A largura da faixa de fronteira foi modificada com o passar do tempo. A primeira lei estipulara uma faixa de 66 quilômetros de largura. Em 1934, foi estendida para 100 quilômetros e, posteriormente, para 150 quilômetros, a qual se mantém até o momento.

Entre 1934 e 1988 a faixa de fronteira era visto como uma zona de segurança nacional pelos militares. A Constituição de 1934 trouxe um capítulo consagrado à segurança nacional, e todas as questões referentes à

temática deveriam ser estudadas e coordenadas pelo Conselho Nacional de Segurança Nacional. O Decreto-lei nº 1.164, de 18 de março de 1939, restringia na faixa de fronteira aspectos como a concessão de terras, meios de comunicação, industrialização e algumas atividades sociais e culturais.

Outra ferramenta legislativa normativa usada no ordenamento territorial foi à criação de territórios federais nas fronteiras do Brasil. No início da década de 1940, período entre guerras mundiais, o mundo vivia um momento de instabilidade e de mudanças geopolíticas. Esse contexto colaborou para a criação de territórios federais em regiões onde o poder central considerava vulneráveis e estratégicas.

A partir da década de 1990 o contexto político internacional interferiu na visão do Estado. Sob a onda do liberalismo econômico muitas transformações ocorreram no plano político e econômico mundial e algumas tiveram repercussões na faixa. Um deles é que com o advento do regionalismo aberto, a alternativa utilizada para buscar melhorias no plano financeiro econômico foi a formação de blocos econômicos na América do Sul, que visavam à padronização de tarifas aduaneiras e não-alfandegárias. O Brasil desejava ampliar sua carteira de exportação e os países vizinhos eram atraentes para realização da política externa mais voltada para esses países.

A arrumação geográfica em torno de blocos econômicos também era importante para conseguir concorrer com os países que detinham tecnologia e inovação avançada, assim, acreditava-se que com a construção de um bloco com objetivos em comum a negociação na esfera mundial seria, teoricamente, mais fácil. Surgiram várias iniciativas integracionistas como: Comunidade Andina (CAN), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Mercado Comum Centro Americano (MCCA), Comunidade Caribenha (CARICOM), Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), entre outros. A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) é a mais recente e está em fase de estruturação jurídica e institucional. De forma geral, os blocos na América do Sul surgiram com finalidades de cunho econômico e comercial, embora o aspecto político seja intrínseco ao processo.

É importante frisar que a integração da América do Sul era um sonho antigo. No século XIX, Simón Bolivar, conhecido como Libertador, considerado o "profeta da integração latino-americana", na tentativa de transformar a região em um império, conduziu exércitos que libertaram do domínio espanhol cinco países da região: Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia.

A integração econômica é uma forma de "proteger" as empresas nacionais da competitividade dos outros países e ampliar as fronteiras econômicas. Apesar de ser uma forma limitada, as economias dentro do bloco conseguem um mercado consumidor mais cativo devido aos incentivos tributários especiais aplicados. Atualmente, existem blocos que visam também à integração cultural e social dos povos; em cada um, os estágios de aprofundamento são variados e dependem da vontade política de cada Estado.

Cada bloco tem seu marco inicial e metas específicas para serem cumpridas durante um determinado período, além de mecanismos de implementação próprios, controle e solução de conflitos e controvérsias.

Assim, a formação de blocos econômicos traz uma nova configuração territorial porque a relação entre espaço e poder mudou, surgindo uma nova arrumação geopolítica. Desta forma, a faixa de fronteira, que era vista pelo Estado como uma área de defesa, passou a ter outros papéis relevantes. Primeiro, porque a fronteira é o local de contato com os países vizinhos, a partir do momento em que o governo passou a formar blocos econômicos regionais alguns municípios fronteiriços passaram a serem estratégicos por formarem redes de conexão tanto comerciais como sociais ligadas a outros países e/ou outros blocos. Segundo, ganhou um papel no contexto da integração econômica por emitir fluxos de mercadorias próprios, não sendo apenas um local de passagem. Embora alguns autores acreditam que os fluxos de comércio exterior que passam pela fronteira sejam apenas de passagem, as estatísticas de comércio exterior do município indicam que há fluxos que cruzam a fronteira e fluxos que são emitidos na fronteira. Terceiro, alguns pontos da faixa de fronteira realizam comércio com outras regiões no mundo, não apenas restrita aos países vizinhos.

A faixa de fronteira e, mais especificamente, os municípios fronteiriços estão inseridos em um contexto de comércio internacional não apenas com os vizinhos, mas também com países mais distantes, devido à geração de fluxos comerciais que foram sendo incentivados depois do liberalismo vivido após o período de guerra. Assim, o comércio exterior passou a ser mais uma ferramenta de desenvolvimento econômico e a faixa de fronteira ganhou uma nova perspectiva. Além de ser uma área de defesa sob o ponto de vista militares, a faixa de fronteira, a partir de 1990, passou a ser considerada uma área de defesa e desenvolvimento, nascendo um novo paradigma (Defesa e Desenvolvimento).

A faixa de fronteira é definida pela Lei n° 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto n° 85.064, de 26 de agosto de 1980, cujo teor foi ratificado pela Constituição Federal de 1988, no parágrafo segundo do artigo 20. De acordo com a legislação, a faixa de fronteira tem 150 quilômetros de largura da linha divisória para dentro ao longo das fronteiras terrestres. Embora ainda existam medidas de proteção contra os perigos externos e à defesa nacional, é uma região propícia para a cooperação transfronteiriça e fundamental para afirmar a integração regional no Cone Sul. A faixa de fronteira está ao lado dos outros países latinos e sofre influência direta decorrente das relações econômicas internacionais através dos fluxos e redes econômicas formados na região.

O Ministério da Integração Nacional e os geógrafos do grupo RETIS/UFRJ fizeram um levantamento das condições econômicas, institucionais, culturais e sociais da faixa de fronteira brasileira e formularam uma proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), disponível no *site* do ministério.

O programa visa subsidiar políticas públicas em diversas escalas de ação governamental. Paralelamente, a proposição de indicadores econômicos e sociais pode subsidiar a iniciativa privada em futuras tomadas de decisão quanto à aplicação de investimentos e ações pela cidadania na região de fronteira. O objetivo do trabalho é definir uma agenda global de diretrizes, estratégias e instrumentos de ação destinados à reestruturação do PDFF. A agenda tem como linhas condutoras o desenvolvimento econômico regional e a promoção da cidadania dos

habitantes da fronteira, num momento estratégico de fortalecimento da integração sul-americana (MIN, 2005).

O PDFF adotou uma nova base territorial dividida em três grandes arcos: Norte, Central e Sul. Esta "classificação" respeita as diferenças regionais, econômicas, sociais e culturais entre eles. O Arco Sul é composto pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O arco Norte pelos estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Acre. E, por fim, o Arco Central compreende Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Assim, considerando a faixa de fronteira como a região estudada nessa obra, e considerando o momento político e econômico onde o governo elegeu a América do Sul como parte da sua identidade política e as relações econômicas, comerciais se intensificaram criando novas formas de organização na fronteira. Desta forma, a relação entre território e capital tornou-se estratégica e os estudos geográficos que abordam essa temática são essenciais para o fomento regional. Diante deste contexto, a principal questão levantada na obra é: de que maneira o contexto da integração econômica afetou a organização espacial na fronteira?

O estudo visa compreender as transformações socioespaciais que ocorreram na faixa de fronteira antes e depois do contexto da integração econômica, entender a dinâmica dos fluxos e as redes comerciais geradas nos municípios fronteiriços, destacando a inserção de alguns municípios fronteiriços no comércio internacional. Além disso, destacar os casos de regime de tributação especiais para importação e exportação de produtos que estão presentes em alguns municípios fronteiriços.

A análise dos fluxos comerciais internacionais é realizada nos 588 municípios distribuídos nos três arcos fronteiriços. O recorte temporal da análise para análise demográfica e territorial é de 1872 a 2010 e para a análise dos fluxos de comércio exterior é de 1990 a 2014.

A hipótese que o trabalho parte é que a partir do ano de 1990 o contexto político na fronteira começou a mudar. Sob a onda do liberalismo econômico muitas transformações ocorreram no plano político e econômico mundial, com repercussões na faixa de fronteira. Assim, a formação de blocos econômicos trouxe uma nova configuração territorial

porque a relação entre espaço e poder mudou, surgindo nova arrumação geopolítica. Desta forma, a faixa de fronteira que era vista mais como uma área de defesa passou a ter novos papéis.

Primeiro, porque a fronteira é o local de contato com os países vizinhos, a partir do momento em que o governo passou a formar blocos econômicos regionais alguns municípios fronteiriços passaram a serem estratégicos por formarem redes de conexão tanto comerciais como sociais, ligadas a outros países e/ou outros blocos. Porque ganhou um papel no contexto da integração econômica por emitir fluxos de mercadorias próprios, não sendo apenas um local de passagem. E, também porque alguns pontos da faixa de fronteira estão integrados com outras regiões no mundo, não apenas restrita aos países vizinhos.

CONCEITOS USADOS NA OBRA

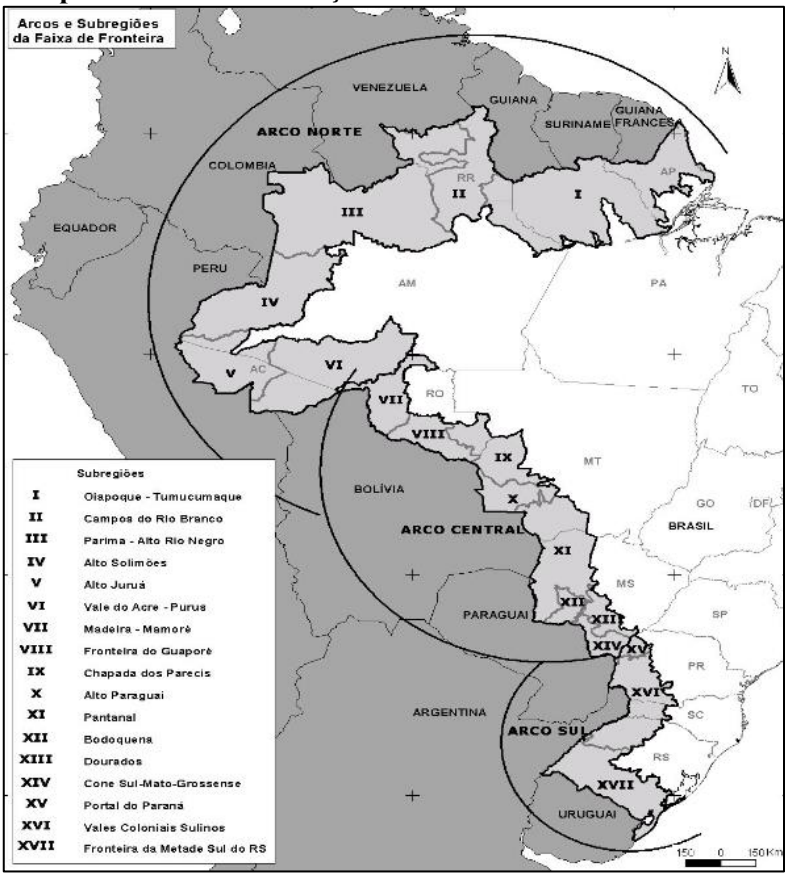
Os termos relativos aos estudos fronteiriços têm gerado na evolução do pensamento científico diferentes interpretações e marcos normativos. Esta seção visa discutir brevemente os três principais conceitos usados na obra, a saber: faixa de fronteira, arcos fronteiriços, municípios fronteiriços e suas variações.

1) A faixa de fronteira é o primeiro conceito a ser abordado. Sob o olhar da Constituição Federal de 1988, art. 20, § 2º, a faixa de fronteira é uma área geograficamente delimitada de até 150 quilômetros paralela aos limites internacionais do Brasil.

2) Arcos fronteiriços: o Ministério da Integração Nacional tem como uma das missões, com outros ministérios e instituições competentes, elaborar as diretrizes para o desenvolvimento regional da faixa de fronteira. Ele adotou um critério de ordenamento do território construído a partir de três zonas geográficas para o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) (BRASIL, 2005). As zonas geográficas são classificadas em: arco fronteiriço norte, arco fronteiriço central e arco fronteiriço sul. A divisão foi elaborada grupo de pesquisa RETIS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formado por pesquisadores,

principalmente geógrafos, que desenvolveram este novo paradigma a partir das diferenças regionais, socioeconômicas e culturais encontradas em cada arco, Central, Norte e Sul[1] (mapa 1).

Mapa 1 - Arcos Fronteiriços da Faixa de Fronteira do Brasil



Fonte: BRASIL (2005), Adaptações próprias.

[1] O Arco Norte é formado pelos estados do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Acre. O Arco Central compreende Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul. E o Arco Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na divisão macrorregional adotada pelo IBGE, Rondônia está inserida na região Norte, mas nesta classificação Rondônia pertence ao Arco Central

O terceiro conceito abordado é o de municípios fronteiriços. Os municípios fronteiriços são aqueles localizados na faixa de fronteira que é prevista em lei. São classificados de três formas:

1. Municípios limítrofes: são aqueles situados ao lado do limite internacional. Não são necessariamente cidades-gêmeas.
2. Municípios fronteiriços localizados na faixa de fronteira: são aqueles em que o perímetro urbano está inserido na faixa de fronteira (em partes ou na totalidade) e não toca o limite internacional.
3. Cidades-gêmeas: são municípios fronteiriços cuja sede urbana está localizada bem próximo ao limite internacional.

A Tabela 1 mostra a quantidade atual dos municípios limítrofes, dos localizados na linha de fronteira e das cidades-gêmeas por unidade da federação. No caso brasileiro, algumas cidades-gêmeas surgiram através da instalação de bases militares que tinham a função de fazer a defesa e a segurança do território. Com o passar do tempo, as cidades-gêmeas começaram a absorver novas funções com a implementação de aduanas e bases fiscais.

Na lista de cidades-gêmeas divulgada pelo PDFF em 2005, pelo Ministério da Integração Nacional os municípios do estado do Mato Grosso do Sul são diferentes da lista divulgada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Inicialmente, Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Paranhos e Coronel Sapucaia foram incluídos como cidades-gêmeas no PDFF. Porém, após 3 anos, o CNM publicou outra lista que não classifica os municípios da mesma maneira.

A primeira diferença é que Porto Murtinho é considerado município limítrofe e não cidade-gêmea (par com Palma Chica – PY). A segunda diferença é a inclusão de Mundo Novo (MS) como cidade-gêmea,

junto a Guaíra (PR), de Salto del Guaíra (PY). E a terceira diferença está na exclusão de Coronel Sapucaia da lista do CNM.

Tabela 1 - Distribuição dos municípios fronteiriços

Estados	*Cidades-gêmeas*	*Municípios limítrofes*	*Municípios de fronteira*	*Total no estado*
Acre	4	13	5	22
Amazonas	1	7	13	21
Roraima	1	7	6	15
Amapá	1	1	6	8
Pará	0	3	2	5
Mato Grosso do Sul	6	7	32	44
Mato Grosso	0	4	24	28
Rondônia	1	8	18	27
Paraná	3	14	122	139
Santa Catarina	1	9	72	82
Rio Grande do Sul	10	19	168	197
Total	28	92	468	588

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2008).

Os critérios de classificação das cidades-gêmeas estão sendo revistos pelo Ministério da Integração Nacional porque, embora o conceito atenda a um critério geográfico (que é fundamental), ainda é necessário um critério adicional para facilitar a classificação dos municípios que desejam ser incluídos nesta categoria para receber benefícios adicionais (ANTUNES, 2014). Esta demanda iniciou com a regulamentação da Lei nº 12.723, de 9 de outubro de 2012, que trata da instalação de *free-shops* em cidades-gêmeas. Depois da publicação da lista original houve uma demanda por parte das prefeituras das cidades limítrofes para inclusão na categoria de cidades-gêmeas.

BANCOS DE DADOS UTILIZADOS

Os principais bancos de dados utilizados foram: do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da AliceWeb (Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Para o desenvolvimento do capítulo 04 foram utilizados os censos brasileiros de 1872 a 2010 e a divisão territorial disponibilizada pelo IBGE, portanto, os nomes das cidades podem sofrer variações de acordo com o ano da base de dados. Em primeiro lugar, foi criado os *shapes* de cada faixa de fronteira com as larguras determinadas (66km – 100km – 150km) conforme a legislação vigente. Em seguida, os *shape* foram sobrepostos nos mapas políticos do Brasil reconfigurados de acordo com o tempo. O passo seguinte foi à análise cartográfica dos municípios inseridos em partes ou totalmente nas faixas de fronteiras.

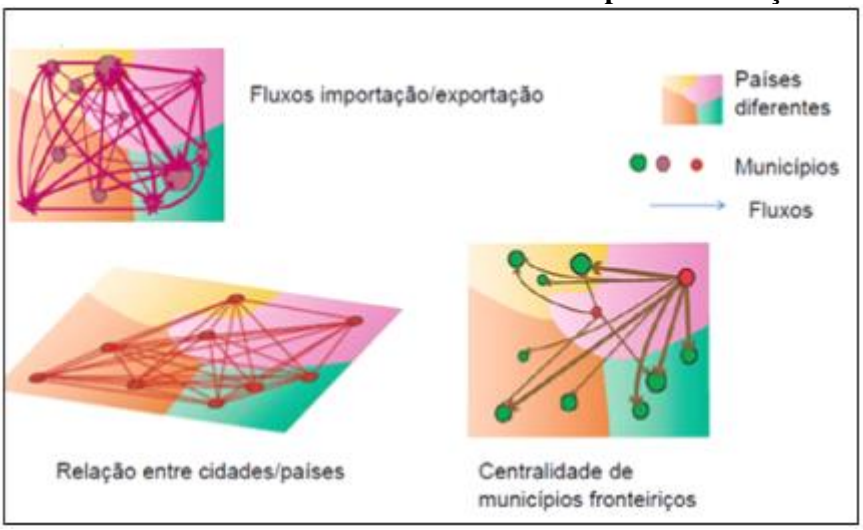
Para o capítulo 6 usou-se a base de dados da AliceWeb — municípios (exportação e importação), que adota como critério o domicílio fiscal da empresa exportadora ou importadora. É importante esclarecer que para a pessoa jurídica o domicílio fiscal será equivalente à sede social ou ao lugar onde ela desenvolve sua atividade. Não necessariamente os produtos estão sendo fabricados no mesmo município.

A análise dos fluxos de comércio internacional foi realizada de três formas: 1) análise dos fluxos de importação e exportação em diferentes escalas, 2) relação dos municípios fronteiriços com outros países e a 3) centralidade dos municípios no circuito de comércio internacional (figura 1).

Para a primeira etapa foram analisados: a) fluxos de importação e exportação do Brasil, b) fluxos de importação e exportação da faixa de fronteira, bem como, c) fluxos de importação e exportação dos arcos fronteiriços.

Em um segundo momento analisou-se a relação dos municípios que estão inseridos no circuito do comércio internacional com os países que tem algum *link*.

Figura 1 - Tipos de análises realizadas nos fluxos de comércio internacional dos municípios fronteiriços



Fonte: Elaboração própria.

Em um terceiro momento analisou-se a centralidade dos municípios na rede formada pelo comércio internacional, através do cálculo de *Betweenness centrality* através de um software específico. A *Betweenness centrality* (intermediação) de um nó v é dada pela expressão:

$$g(v) = \sum_{s \neq v \neq t} \frac{\sigma_{st}(v)}{\sigma_{st}}$$

Onde σ_{st} é o número total de menores caminhos do nó s para o nó t e $\sigma_{st}(v)$ é o número de menores caminhos que passam por v. Vale salientar que a intermediação de um nó escala com o número de pares de nós, indicado pelo somatório dos índices. Portanto o cálculo pode ser

redimensioado dividindo pelo número de pares de nós não incluindo v, de maniera que $g \in [0, 1]$.

A divisão é feita por $(N-1)(N-2)$ para grafos direcionados e por $(N-1)(N-2)/2$ para grafos não-direcionados, onde N é o número de nós no componente grande. Nota-se que o valor escala para o máximo quando um nó é compartilhado por todos os menores caminhos. Este geralmente não é o caso, e a normalização pode ser realizada sem a perda de precisão.

$$\text{normal}(g(v)) = \frac{g(v) - \min(g)}{\max(g) - \min(g)}$$

que resulta em:

$$\max(normal) = 1$$

Este redimensionamento sempre será de uma faixa menor para uma faixa maior, logo não há perda de precisão.

CAPÍTULO 2

A complexidade e a dinâmica da fronteira

A COMPLEXIDADE E A DINÂMICA DA FRONTEIRA

Este capítulo tem como objetivo apresentar brevemente a mudança de significado de fronteiras no pensamento geográfico, as principais características das fronteiras e a dinâmica própria que existem nessas áreas. Aborda as variáveis que envolvem os estudos fronteiriços, como a variação de escala da fronteira e a dimensionalidade dos fluxos inseridos em um ambiente complexo.

BREVE EVOLUÇÃO CONCEITUAL DA FRONTEIRA

As discussões sobre temas fronteiriços têm sido profícuas e ao mesmo tempo polêmica na evolução do pensamento científico, pois têm gerado há séculos diferentes interpretações e marcos normativos. A fronteira é criada por um poder político e é colocada diante do indivíduo, um indivíduo que pertence a um grupo, há uma memória e identidade coletiva. Ela pode ser interpretada como um espelho da sociedade que a criou, como uma barreira e distinção entre povos.

A fronteira é percebida pelos habitantes e utilizada cotidianamente. A sua presença produz um efeito de barreira e de descontinuidade, caracterizando-se como um novo elemento na organização territorial e também pode ser um campo de experiências individuais e coletivas. De uma maneira ou de outra, ela ocupa um espaço e assegura uma justaposição muito complexa. Cabe ao pesquisador dar um sentido às funções emergentes dos objetos e dos fixos territoriais que marcam o contexto fronteiriço, que pode ser exclusivo, inclusivo ou associativo em relação a fatores não fronteiriços.

Os inúmeros estudos sobre as fronteiras atestam a sua diversidade, as diferenças de significados para a população envolvida e as implicações nas políticas públicas. Esses estudos contribuem para a reflexão sobre as grandes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais que ocorrem nas fronteiras entre os mais diversos países.

Há um consenso na literatura acadêmica de que é com o advento do Estado Moderno que a fronteira linear, precisamente delimitada e demarcada, vai se tornar imprescindível, já que para se impor o Estado precisou, inicialmente, lançar as bases de sua soberania territorial (STEIMAN; MACHADO, 2012). Embora a origem etimológica do termo *fronteira* estivesse associada a um fenômeno espontâneo da vida social, que designava a margem do mundo habitado, com o passar do tempo a sistematização de estudos no âmbito da geografia, do direito, da economia e da política trouxe uma mudança cognitiva relacionada ao limite.

Para o geógrafo Michel Foucher, grande pensador sobre a temática, "as fronteiras são estruturas espaciais elementares, linear, com a função de descontinuidade geopolítica e de marcação sob três registros: real, simbólico, imaginário" (FOUCHER, 2007, p. 38). A noção de realidade é o limite espacial do exercício da soberania dentro da modalidade proposta, pode ser aberta, fechada ou entreaberta. A dimensão simbólica remete ao aparecimento de uma comunidade política inscrita em um território que é tratado e identificado[2]. A dimensão do imaginário conota a relação com o outro, o vizinho, amigo ou inimigo. O emigrante ou refugiado sabe muito bem o que significa atravessar a linha "imaginária". A fronteira não é um limite funcional banal com um papel jurídico e fiscal (FOUCHER, 1991).

A origem da palavra fronteira veio de «front», um termo militar, que designa a zona de contato com um inimigo armado. Esta linha sinuosa e flutuante evolui em função das relações de forças presentes (REITEL, 2004). Originalmente o termo não foi aplicado a uma linha e sim a uma área. Na Europa medieval, a zona/região de fronteira era uma área, ou seja, possuía largura e extensão, de modo a cumprir o objetivo de separar os povos indesejáveis (STEIMAN; MACHADO, 2012).

A ideia de *fronteira natural* teria surgido na França no século XVI, e já seria um indicativo da nova função dos limites, relacionada à fundamentação da base territorial do Estado. O debate que surgiu entre franceses e alemães sobre a soberania francesa na Alsácia e no vale do

[2] É interessante observar que estas etapas são utilizadas pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil, como será discutido mais adiante neste trabalho.

Reno (que seria a "fronteira natural" da França) deu margem ao aparecimento do conceito de fronteira baseado no princípio de que a base territorial do estado deveria ser linguística ou racial, posição defendida pelos humanistas alemães (STEIMAN; MACHADO, 2012). A problemática que envolvia este conceito considerava o traçado da fronteira natural perigoso porque podia ser fortemente contestado, pois não era possível visualizar o terreno nem seu mapa.

A partir do século XVII a fronteira torna-se progressivamente uma linha na borda, um limite entre dois estados. Ela adquire um sentido mais político com a construção dos Estados-Nações, indo em direção oposta ao conceito de fronteira natural porque o limite de território é mais fácil para controlar do que um obstáculo físico. A fronteira torna-se uma linha, com frequência artificialmente traçada, sobre o terreno, tornando-se objeto de reorganização espacial.

A fronteira política consiste na separação de dois territórios que se materializam pela existência de uma descontinuidade, separados por uma linha. São dois sistemas políticos face a face, tratados de igual para igual, porém, seu funcionamento, seu modo de organização e seu sistema jurídico são diferentes (REITEL, 2013). As fronteiras espaciais ditas clássicas são aquelas que separam os Estados (WACKERMANN, 2003).

Para alguns autores existe uma diferença entre linha e fronteira. Wackermann (2003) cita que é conveniente evitar o uso de noção de fronteira como um simples limite. A linha de fronteira é um conjunto de obstáculos que resulta na reconfiguração do terreno, na combinação de lugares fortes e nas aberturas de fortificações passageiras.

O Tratado de Vestfália, assinado em 1648, engajou progressivamente uma nova ordem geopolítica no seio da Europa. O tratado consolidou um conjunto de estados, dispostos em fronteiras precisas e reconhecidas, sob o qual exerceu seu poder. A fixação e o traçado de uma fronteira são destinados a evitar uma invasão na soberania de um país e implica também o reconhecimento mútuo.

Essas regras "garantem" mais a paz do que a guerra. A tradição westfaliana está associada à imagem de *ligne-frontière* (linha fronteira), associada a atores fortes como o Estado e a representação da nação.

Portanto, a formação dos estados está extremamente ligada à formação dos territórios e fronteiras.

A política de fronteira adotada pelo Barão do Rio Branco no século XIX e início do século XX concebia o processo de definição das fronteiras do Brasil como fator de proteção e separação, ao invés de união. Seu projeto não previa claramente o estabelecimento de vinculações mais estreitas do Brasil com os países sul-americanos (CORREIA, 2012)[3].

Hoje o país tem uma linha divisória de 16,886 km, população fronteiriça de 11 milhões de habitantes, um território de 8.511.965 km^2 e faz fronteira com 10 países[4]. Segundo Foucher (2007), o mundo contemporâneo é estruturado por 250.000 km de fronteiras políticas terrestres e 323 fronteiras interestados, sendo que, desde 1991, mais de 28.000 km de novas fronteiras foram institucionalizadas.

Em relação à demarcação de fronteiras, A delimitação de dois territórios adotada pelo Ministério das Relações Exteriores quando é feita por linhas artificiais, ou seja, não há um rio ou uma cadeia de montanhas separando dois territórios, haja vista a grande dificuldade de fixar demarcações em acidentes geográficos, as linhas demarcatórias são geodésicas – paralelos ou meridianos. A caracterização depende da ocupação territorial ou não da fronteira. Ou seja, em fronteiras pouco povoadas não se exige que sejam fixados muitos marcos demarcatórios ao longo da linha de limites, contudo, à medida que essa fronteira vai sendo ocupada, é necessária a colocação de novos marcos, tornando essa etapa

[3] Conforme afirma o pesquisador Borba (2013), e também Mattos (1980), a definição dos limites internacionais teve quatro fases: (i) precedentes históricos — com estudo das características culturais dos povos ocupantes da região com eventuais tentativas de estabelecimento da fronteira; (ii) delimitação — pelo estabelecimento e ratificação de tratados, num processo essencialmente político, em que os negociadores dos países decidem, à vista da documentação disponível, como deve ser traçada a linha delimitadora dos territórios; (iii) demarcação — quando se aplicam as intenções dos delimitadores para fixar o terreno, o rio, a lagoa, a montanha ou outro acidente geográfico escolhido como base de delimitação, a fim de implantar marcos definidores das grandes linhas do contorno do território; e, por fim, (iv) caracterização — quando há ocupações populacionais ao longo das fronteiras e há necessidade de atualizar marcos de limite, dentro do estabelecido pelos demarcadores.

[4] O Brasil faz fronteira com 10 países, a saber: Paraguai, Uruguai, Argentina, Suriname, Venezuela, Colômbia, Guyana, Peru, Bolívia e Guiana Francesa, sendo a última um departamento ultramar da república francesa.

do processo altamente técnica, já que os marcos devem ser cada vez mais precisos (AVEIRO, 2006).

A técnica de delimitação por marcos é antiga. No século XVI, os romanos se utilizavam de marcos com o mesmo propósito de demarcar o império.

Figura 2 – Marco fronteiriço em Aceguá (RS)



Fonte: Arquivo pessoal (pesquisa de campo).

A visão do MRE é influenciada pelo sistema westfaliano, que permitiu a emergência da escola realista de relações internacionais,

segundo a qual o Estado era um fim em si mesmo, isto é, o Estado, como agente principal das relações internacionais, somente deveria prestar contas a um interesse nacional fictício, ou seja, unicamente a ele. O Estado Westfaliano marcou a oficialização dos princípios de territorialidade e de soberania, uma vez que passou a ser ao mesmo tempo um governo, um território e uma população (AVEIRO, 2006).

Sob o ponto de vista geopolítico, a fronteira pode ter uma denotação ratzeliana, aparecendo como uma zona de separação e de defesa entre os países. Também é vista como um conjunto espacial que forma o Estado-Nação, consequentemente a atuação do Estado termina na linha divisória. A fronteira é considerada como o extremo, o limite da soberania, o final de um território. A partir da linha divisória para dentro a relação de poder e território pertence unicamente ao estado soberano. É uma concepção puramente política devido à figura de autoridade, neste caso, o governo (COELHO, 1992). Portanto, traçar e gerir uma fronteira são atos essenciais de geopolítica aplicada (FOUCHER, 1991).

O autor Carneiro Filho (2008) comenta que a configuração linear dos limites do Estado denota, sobretudo, uma informação, o enquadramento de uma apropriação política do espaço, sendo um dos objetos geopolíticos por excelência.

No direito internacional a fronteira é produto da evolução histórica dos acontecimentos. Esse contexto pode envolver a ocupação resultante da descoberta, o direito sucessório, a consideração do princípio *uti possidetis*[5] (RESEK, 2010).

As fronteiras de estado englobam a integridade do território terrestre, suas águas interiores e o mar. Outras áreas sobre as quais o Estado exerce direitos de soberania ou jurisdição não estão incluídas no território do Estado (as embaixadas e consulados). O direito internacional não formula nenhuma exigência em relação à continuidade ou descontinuidade do território.

[5] Por meio desse princípio, passou-se a entender que uma fronteira defendida é aquela onde há a presença do homem (FURTADO, 2013).

Segundo Foucher, as fronteiras são classicamente o lugar de exercício de funções do estado em tempo de paz. A função legal revela a delimitação de uma soberania particular e a aplicação de um direito nacional singular. Portanto, as fronteiras são descontinuidades territoriais em função de marcadores políticos. Neste sentido, as instituições estabelecidas por uma decisão política, concertada ou imposta, são regidas por um texto jurídico (FOUCHER, 2007).

A FRONTEIRA NO CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO

A partir do regionalismo da década de 1990 e da proliferação de blocos econômicos pelo mundo, o que tem um forte apelo econômico, surgiu um novo significado: a fronteira econômica. A fronteira aqui aparece como algo que deveria ser eliminado, prevalecendo a vontade política e econômica de expandir o comércio entre os países. A fronteira, como ideia de separação, não era bem-vinda, porém, a expansão das fronteiras econômicas para aumentar o poder de barganha econômico e político é bem aceito neste momento. Os governos e os empresários desejavam expandir seus negócios e a fronteira no sentido clássico era retórica. Nesse momento falava-se em um mundo sem fronteiras.

Moreira comenta que para que a integração seja bem sucedida é preciso fazê-la em três setores: econômico, social e político. O setor social é importante porque é impossível circular livremente mercadorias e capitais sem pessoas, sem encarar o contato de modelos culturais diferentes, muitas vezes incompatíveis. Assim, a percepção da população é um fator fundamental para que a integração seja bem sucedida. Essa percepção é o resultado de três elementos em interação: os valores, as crenças e a informação (MOREIRA, 2003).

A integração também pode ser estudada em uma microescala que tem características bem particulares. A autora Thaise Aveiro faz uma distinção dos processos de integração em curso: um processo regional que vai reger toda a integração, principalmente na esfera econômica. O outro processo ocorre numa esfera mais restrita, a da integração fronteiriça.

Essas condições se repetem em todas as fronteiras entre o Brasil e os países do Cone Sul (AVEIRO, 2006).

A integração fronteiriça é marcada por ser um lugar de comunicação e troca entre dois domínios territoriais distintos, em oposição ao limite internacional que tem como elemento que o define a separação. É uma construção social materializada nas relações entre os povos que vivem o cotidiano do contato e das trocas (SILVA, 2008). A cooperação transfronteiriça é uma cooperação bi, tri ou multilateral entre coletividade pública.

Na Europa os estados estão largamente descentralizados de suas prerrogativas, notadamente nos domínios econômicos, sociais, culturais e os coletivos territoriais adquirem uma responsabilidade crescente em matéria de cooperação transfronteiriça. As leis de descentralização têm aumentado a responsabilidade e autonomia das autarquias locais. Segundo Schulz (2002), a maioria dos acordos de desenvolvimento transfronteiriços são baseados no domínio econômico ou são, em média, iniciados por fatores econômicos.

É interessante observar que para muitos países já não importam tanto os efeitos da existência dos limites internacionais, mas os efeitos da remoção desses limites ou, pelo menos, da redução das descontinuidades que estes representaram por muito tempo para a vida econômica e social, para a circulação de ideias, mercadorias e serviços (STEIMAN; MACHADO, 2002).

Essas iniciativas de escopo específico e de base local têm sido apontadas como instrumento essencial para intensificar as inter-relações das comunidades fronteiriças, um primeiro passo rumo a uma efetiva integração. No entanto, mesmo na Europa, onde a União Europeia provocou certa perda de função dos limites entre estados nacionais mais do que em outros blocos limitados ao livre comércio, a ação dos governos nacionais e das organizações supranacionais tem sido criticada por sua timidez no que concerne às regiões fronteiriças.

As regiões fronteiriças ou transfronteiriças na prática ainda não contam com legislação específica nem com projetos de estímulo realmente orientados para elas. A ação, quando empreendida, tem partido dos

governos nacionais que atuam no âmbito supranacional sobre suas respectivas regiões fronteiriças, descaracterizando a interação local (STEIMAN, 2002).

Atualmente, a faixa de fronteira brasileira tem uma extensão de 16,886 Km, uma área de 2.300.000 Km^2 e um total de 588 municípios. No Brasil, o ordenamento territorial das zonas de fronteira passou a ser incorporado do ponto de vista normativo a partir da construção de três recortes espaciais de atuação das políticas públicas no estudo "Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira" (BRASIL, 2005).

Na faixa de fronteira brasileira houve a identificação de uma macroescala delimitada por três arcos fronteiriços, por sua vez subdivididos em mesoescalas analíticas correspondentes a 19 sub-regiões, sendo 6 no arco Norte, 8 no arco Central e 5 no arco Sul. Em cada sub-região é possível identificar microescalas que integram uma compreensão da fronteira brasileira, a partir da valorização da escala transfronteiriça das cidades vizinhas em cada lado das faixas de fronteira, correspondentes às *cidades-gêmeas*, que revelam as especificidades dos principais pontos fixos que abrem passagem a uma dinâmica de fluxo.

Embora haja um reduzido número de *cidades-gêmeas* na fronteira brasileira com os países sul-americanos, que evidencia a marginalidade propiciada por um relativo vazio populacional e baixa acessibilidade de contato, quando se analisa a distribuição geográfica das *cidades-gêmeas* é possível registrar uma assimetria numérica entre os diferentes arcos territoriais.

Esta heterogeneidade presente nas faixas de fronteira demonstra existir uma correspondência clara entre o número de cidades de fronteira e o grau de acordos de cooperação bilateral ou regional entre os Estados Nacionais sul-americanos, já que praticamente metade das *cidades-gêmeas* brasileiras encontra-se no Arco Sul envolvendo locais de fronteira com os países do MERCOSUL (inclusive a maior delas: Foz do Iguaçu).

Embora a ideia original da fronteira apareça como um lugar de separação, as cidades de fronteiras têm um sentido de local de acumulação, recolha, intercâmbio e maximização das interações sociais.

A zona de contato entre dois espaços diferenciados engendra dinâmicas de fluxos entre esses dois espaços. A interface de uma parte é mais ou menos larga, vai da linha à zona fronteiriça.

Uma fronteira não é necessariamente uma interface porque ela assume que há troca. Assim, a interface é irrigada, em graus variados, por fluxos, mais ou menos intensos. Atividades, infraestrutura e equipamentos relacionados são muitas vezes localizados (GEOCONFLUENCES, 2013). Segundo o trabalho realizado por Bernard Reitel e Patricia Zander (2013), a fronteira tem características bem marcantes:

a) *Descontinuidade*: exprime a diferença entre dois gradientes quantitativos ou diferença de normas jurídicas ou de valores. A exploração dessas diferenças se faz de uma parte e de outra da fronteira em que a descontinuidade separa os sistemas territoriais contíguos. Ela se manifesta pelas configurações de tipo de atração/repulsão segundo a posição relativa de um espaço em relação a outro que gera fluxos;

b) *Diferenciação*: é o segundo fator característico da fronteira, e pode ser econômica (diferenciação de salário, preços), política (diferenciação de normas fiscais), demográfica (mão de obra disponível), ou ainda cultural (diferenças de práticas ou de valores). O diferencial é a relação entre duas variáveis mensuráveis ou a diferença entre normas ou valores legais. A relação de reciprocidade não é a regra geral para as áreas transfronteiriças, porém os casos de relacionamentos são possíveis;

c) *Dominação*: em geral, baseia-se na existência de gradientes fortes (população, custos trabalhistas, diferenças legais, etc.). Eles, na verdade, revelam uma capacidade de organizar e estruturar da melhor forma possível as diferenças na fronteira. Por exemplo: o comércio pode ser desigual entre as regiões adjacentes;

d) *Assimetria*: existem relações bilaterais, mas elas não têm a mesma intensidade em ambos os lados e não envolvem os mesmos personagens;

e) *Complementaridade*: como o domínio nunca é absoluto pode haver alguma forma de complementaridade. Cada região pode ser considerada como um intermediário, uma câmara de vácuo entre dois sistemas territoriais;

f) *Autonomia*: as relações transfronteiriças são fracas, enquanto as relações transnacionais são elevadas. Isto revela a existência de um efeito de túnel e é visto com mais frequência em áreas de baixa densidade. O desafio para essas áreas de fronteira é desenvolver trocas que simplesmente não contam com a diferença entre os sistemas nacionais.

Diante do exposto, as cidades fronteiriças tendem a ter um papel integrador porque estão inseridas em uma rede urbana integrada ao seu território e por ser próxima aos ambos lados da fronteira.

ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE OS FLUXOS E AS ESCALAS DA FRONTEIRA

Os espaços fronteiriços formados na linha divisória do Brasil com outros países são sistemas espaciais complexos e requerem uma metodologia de estudo própria que reflita as diferentes redes e multiescalas em que estão inseridas essas cidades. Esses sistemas não devem ser estudados de forma separada dentro do espaço geográfico porque questões de cunho social, político e econômico influenciam diretamente a dinâmica transfronteiriça local.

Os municípios fronteiriços são agentes da organização territorial porque estão dentro de uma malha territorial que é multiescalar e multidimensional. Multiescalar porque a fronteira pode ser analisada

através de escala local, regional, estadual, nacional, transfronteiriça e internacional. É multidimensional porque os fluxos gerados na fronteira têm várias direções, depende do agente fronteiriço atuante que interfere na direção dos fluxos.

Em relação aos fluxos, particularmente as cidades-gêmeas (que também são municípios fronteiriços) apresentam vetores, tanto convergentes — derivados do elevado potencial de integração — quanto divergentes — oriundos das novas ameaças e dos contenciosos característicos das fronteiras. Se analisada, por exemplo, a relação cambial e seus reflexos em cidades-gêmeas é notório a presença de uma ordem econômica divergente. A relação cambial favorece, geralmente, mais a uma das partes.

O cotidiano da fronteira também reflete movimento. Os fluxos de bloqueio e de movimento estão presentes e são dependentes de fatores políticos, na maioria das vezes de ordem nacional, que interferem diretamente na relação desses fluxos. Como comenta Marques (2007), um vetor se relaciona ao bloqueio do movimento, ao controle de fluxos e à separação e outro é relacionado à abertura, comunicação, relação de troca comercial, informações, identidade e cultura.

A normatização dos fluxos desejáveis é realizada pelo poder central. No caso brasileiro, vários órgãos podem propor ou normatizar regulamentos que irão filtrar os fluxos: Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Receita Federal do Brasil. Órgãos internacionais como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), também podem interferir com normatizações como acordos e tratados diplomáticos, acordos entre blocos econômicos, prefeituras municipais, governos estaduais, órgãos presentes de questões paradiplomáticas. Assim, cada norma vai gerar vetores e fluxos específicos.

Como não existe uma fronteira fechada e hermética, na escala local sempre há fluxos ilícitos e clandestinos. Os fluxos ilícitos na fronteira no Brasil movimentam muito dinheiro. Em Foz do Iguaçu, a Receita Federal do Brasil estima que entrem em forma de contrabando/descaminho em torno de US$ 8 bilhões anuais de mercadoria.

A fronteira representa o principal filtro de passagem de mercadorias e de pessoas. Ela é responsável por operacionalizar os fluxos desejáveis pela política econômica de cada lado. Reitel (2004) comenta que a aduana exprime a porosidade da fronteira e o fluxo depende das fases de abertura e separação da fronteira, porém, seu principal objetivo é proteger e deixar fluir os fluxos desejáveis.

A aduana tem o papel de fazer a gestão operacional dos fluxos de comércio exterior. Ela é o órgão responsável por nacionalizar as cargas que entram no país e também registrar as mercadorias que saem do país. As cidades-gêmeas que têm em seu território a aduana passam a desempenhar um papel relevante na internacionalização e nas iniciativas de integração porque são nós de redistribuição do fluxo comercial internacional.

No Brasil a instituição responsável pelo serviço de gestão, execução, fiscalização e controle aduaneiro é a Receita Federal do Brasil. Além disso, esse órgão tem a competência de administrar os tributos internos do comércio exterior, reprimir o contrabando e o descaminho, no limite da sua alçada, interpretar, aplicar e elaborar propostas para o aperfeiçoamento da legislação tributária e aduaneira federal, subsidiar a formulação da política tributária e aduaneira e atuar na cooperação internacional e na negociação e implementação de acordos internacionais em matéria tributária e aduaneira (BRASIL, 2012).

Do ponto de vista geoeconômico, a implementação de bases fiscais/tributárias e aduaneiras nas cidades-gêmeas convida a repensar as fronteiras a partir de suas porosidades, já que há uma relativa abertura para o transbordamento de efeitos positivos e negativos[6] que potencializam a cooperação ou o conflito interestatal. Não se deve considerar o espaço fronteiriço como um sistema espacial à parte do todo. A aduana nas cidades-gêmeas tem função dominante (abertura, filtragem e fechamento), que é determinada por vontades políticas situadas em outras escalas de poder (SENHORAS, 2013).

[6] Os aspectos negativos da fronteira são problemas relacionados ao narcotráfico, redes de prostituição, contrabando e descaminho.

As cidades-gêmeas desempenham papéis diferenciados na articulação de fluxos nacionais, e da mesma forma, as cadeias produtivas são unidades de atividades econômicas estruturadas em rede que nos possibilitam analisar que diferentes lugares se inserem nas diferentes etapas produtivas e na distribuição de seus rendimentos.

A função de transporte é vital na inserção dessas cidades nas cadeias produtivas internacionais, pois este setor é ainda um complicador do desenvolvimento produtivo da região do interior da América do Sul em razão de seu distanciamento dos principais portos do Atlântico e do Pacífico e da precária infraestrutura rodoferroviária (SILVA, 2008).

Neste ponto, assume especial importância à dimensão da conectividade entre as cidades, que não depende mais da distância física entre elas, mas sim de uma estrutura de fluxos mais ou menos estáveis, mantidos por agentes públicos e privados, que refletem não apenas as características do passado, mas também as novas formas de inserção no mercado mundial. Segundo Egler (2001) estes fluxos são proporcionais à rede de influência que as cidades exercem sobre o seu espaço imediato e pelo que dele recebem, que passa a ser um elemento de posicionamento da cidade na estrutura urbana.

Há ainda outra importante questão pendente para as regiões transfronteiriças ou zonas de fronteira. Ainda que atinjam um nível de complementaridade e cooperação efetiva, elas precisarão se impor, pois não são apenas nódulos intermediários nas rotas de passagem que ligam os centros maiores entre si. Uma questão crucial para as cidades e regiões de fronteira é de como se inserir nas diversas redes transnacionais que as atravessam, sem desempenhar fatalmente o papel de mero ponto de passagem (PRADEAU, 1994 *apud* STEIMAN, MACHADO, 2012).

Aos olhos da geopolítica, os municípios fronteiriços brasileiros foram interpretados como uma área restrita de securitização por um longo tempo. No âmbito das políticas públicas instrumentalizadas pelos Estados Nacionais modernos, as cidades presentes em zonas de fronteira passaram a adquirir um *status* de relevo funcional, como pontos fixos que definem limites na securitização fronteiriça. Por exemplo: a leitura geopolítica

pode ser realizada nas cidades gêmeas de Jaguarão (RS-Brasil) e Rio Branco (Uruguai).

O autor Wanderley Messias (1999) comenta que as bitolas do sistema ferroviário do Brasil e as do Uruguai eram propositalmente diferentes para não haver continuidade do traçado. Isso reflete um contexto geopolítico do passado que ainda tem fixos geográficos presentes na cidade. Na Figura 3 é possível ver a descontinuidade do sistema ferroviário entre o Brasil e o Uruguai. O sistema ferroviário antigo vai até a fronteira e não há continuidade do traçado ferroviário. Atualmente, a prefeitura da cidade de Jaguarão fez uma pista de caminhada para seus moradores neste local.

Figura 3 - Descontinuidade do sistema ferroviário entre Brasil e Uruguai



Uruguai	Brasil

Fonte: Arquivo pessoal (pesquisa de campo).

A duplicidade de infraestrutura como as rodovias paralelas, aeroportos, usinas de geração de energia, entre outros, é prova dessa concorrência e fonte de desperdício de muitos recursos. Isto é também reflexo de uma concepção de zonas de fronteira como regiões defensivas, fechadas e orientadas para dentro. A construção dessas estruturas é

explicada pelo fato de que o nacional-desenvolvimentismo era ideologia dominante, com fortes raízes no trabalhismo e socialismo nacionalista de Vargas.

Na América do Sul, as cidades em zonas de fronteira passaram por uma transformação evolutiva no modo de instrumentalização governamental. A territorialização fronteiriça passou por estímulos na definição de pontos fixos de limitação e de contenção de um contexto baseado por uma geopolítica conflitiva, que buscou instrumentalizar a limitação entre o interno e o externo, mas principalmente territorializar as fronteiras por meio da constituição de cidades. Em momento posterior, a lógica desenvolvida é essencialmente geoeconômica, embora também fundamentada em estímulos geopolíticos e geoculturais, passa a fomentar a formação socioespacial de cidades-gêmeas fronteiriças (CARNEIRO FILHO, 2008).

Atualmente, os municípios fronteiriços podem ser considerados lugar híbrido porque abrigam as diversas contradições do sistema imposto a eles, marcados por objetos técnicos característicos como os fortes, os quartéis, as aduanas, os postos de fiscalização e por ações humanas de instrumentalização diplomática, efetuadas por diplomatas e pelos presidentes, como agentes da política externa, e paradiplomática, efetivada pelos representantes subnacionais, como prefeitos, e pelas ações individuais e coletivas das pessoas por meio de uma série de fluxos convergentes ou conflitivos, legais ou ilegais. Enfim, todos esses agentes interferem na questão fronteiriça, o que faz dela um objeto complexo e multidimensional.

CAPÍTULO 3

Ferramentas legislativas para o ordenamento territorial nas fronteiras do Brasil

FERRAMENTAS LEGISLATIVAS PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL NAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo mostrar as duas principais ferramentas jurídico-normativas usadas para o ordenamento territorial na fronteira. A primeira foi a criação de uma faixa de fronteira, a qual é uma porção de terra paralela aos limites internacionais, uma área legalmente estabelecida pelo Governo Federal, sob influência do pensamento geopolítico do momento para diferenciá-la do restante do território nacional.

A largura da faixa de fronteira foi modificada com o passar do tempo devido a capacidade bélica adquirida. A primeira lei que estabeleceu a faixa de fronteira foi a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que estipulou uma faixa de 66 quilômetros de largura, durante o império. Anos mais tarde, foi estendida para 100 quilômetros e, posteriormente, para 150 quilômetros, que se mantém até o momento.

O capítulo analisa o contexto político e militar da criação e ampliação da faixa de fronteira nesses diferentes momentos, destacando a mudança de paradigma da concepção da faixa de fronteira que mudou de segurança nacional para defesa nacional e desenvolvimento, conforme afirma a pesquisadora Renata Furtado (2013).

A segunda ferramenta foi a criação dos Territórios Federais, que embora estejam extintos, por alguns anos foram utilizados como ferramentas legislativas para que o Governo Federal tivesse controle direto das zonas de fronteiras consideradas mais vulneráveis. Os territórios federais foram criados nas regiões norte, centro-oeste e sul.

Os territórios federais foram extintos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que se entende como sinal de transição de um paradigma de defesa e segurança para defesa e desenvolvimento (principalmente econômico) devido ao contexto das relações internacionais que será discutido nos capítulos posteriores.

CONTEXTO ATUAL DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

Os limites internacionais do Brasil evoluíram durante o curso da história. O Tratado de Tordesilhas foi a primeira linha que separou as colônias que pertenciam ao Reino de Portugal das colônias do Reino da Espanha. Com o passar do tempo, os limites foram sendo modificados de acordo com interesses políticos e econômicos; como consequência, ocorreu o aumento gradual do território brasileiro até chegar no estágio atual, conforme discutido no capítulo 3.

A extensão da linha demarcatória da fronteira do norte ao sul do Brasil mede aproximadamente 16,886 km, sendo uma das maiores do mundo. Segundo o estudo realizado pelo geógrafo e diplomata Michel Foucher (2007) em sua obra *L'obsession des frontières,* no mundo contemporâneo existem 248.000 km de fronteiras terrestres, dos quais 6,33% pertencem ao estado brasileiro. A maior fronteira do Brasil é com a Bolívia que mede 3.423 km de comprimento, seguida pela do Peru com 2.995 km e da Venezuela com 2.199 km.

Tabela 2 - Extensão das Fronteiras Internacionais do Brasil

Ranking	Países	Total (km)	%
1	Bolívia	3.423	20,27
2	Peru	2.995	17,74
3	Venezuela	2.199	13,02
4	Colômbia	1.644	9,74
5	Guiana	1.606	9,51
6	Paraguai	1.366	8,09
7	Argentina	1.261	7,47
8	Uruguai	1.069	6,33
9	França (Guiana Francesa)	730	4,32
10	Suriname	593	3,51
Total		16.886	100

Fonte: BRASIL (2014).

O Brasil faz fronteira com dez países, a saber: Paraguai, Uruguai, Argentina, Suriname, Venezuela, Colômbia, Guyana, Peru, Bolívia e Guiana (França), sendo esta última um departamento ultramar da república francesa. A fronteira Brasil–Guiana é a maior fronteira terrestre da França com uma extensão de 1.605 km, mesmo não sendo um país vizinho.

A forma e a extensão geográfica dos territórios, assim como a sua posição geodésica ou relativa aos territórios de estados vizinhos, representam fatores de importância política e que influem na equação de poder (MATTOS, 1990).

A fronteira é um objeto geopolítico por excelência. A preocupação com a defesa das fronteiras para a afirmação da soberania do Estado é uma das funções militares. Assim, foi necessária uma estruturação jurídico-normativa para a faixa de fronteira brasileira, elaborada pelo alto escalão militar, que será detalhada na sessão seguinte.

SURGIMENTO DA FAIXA DA FRONTEIRA

A faixa de fronteira (FF) é uma área legalmente estabelecida pelo Estado para direcionar um tratamento político diferenciado em relação ao restante do país. Segundo Furtado (2013), é um lugar de atuação institucional. A faixa de fronteira tem uma dimensão geográfica e uma dimensão jurídica.

A dimensão geográfica existe porque a lei delimita geograficamente uma área em paralelo à linha divisória com os países vizinhos. A dimensão jurídica existe porque a faixa de fronteira é objeto constitucional e recebe um tratamento jurídico diferenciado. Antes de ser incluída na Constituição Federal, a FF já era reconhecida legalmente através de leis complementares.

A justificativa usada para diferenciar a faixa de fronteira do restante do território é que ela está sob as regras ora de defesa nacional, ora de segurança nacional, derivadas de um contexto militar de diferentes

épocas. A Tabela 3 apresenta os principais enfoques militares predominantes e cada marco temporal jurídico.

Tabela 3 - Evolução jurídica e o enfoque militar sobre a faixa de fronteira no Brasil

Marco temporal jurídico	Delimitação geográfica	Características da faixa de fronteira	Enfoque
Lei Federal n. 601 de 1850	10 léguas (66 km)	Zona de terras nos limites do império com países estrangeiros	Defesa atrelada à vivificação dos limites do império
Constituição Federal de 1891	10 léguas (66 km)	Porção do território indispensável para a defesa das fronteiras como bem da União	Defesa e vivificação
Constituição Federal de 1934	100 km	Faixa de 100 km ao longo das fronteiras	Segurança nacional e defesa nacional
Constituição Federal de 1937	150 km	Faixa de 150 km ao longo das fronteiras	Segurança nacional
Constituição Federal de 1946	150 km	Zona indispensável à defesa do país. Faixa interna de 150 km de largura. Porção de terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras como bem da União	Segurança nacional
Constituição Federal de 1967	150 km	Área indispensável à segurança nacional. Faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória do território nacional	Segurança nacional
Constituição Federal de 1988	Até 150 km	Área fundamental para a defesa do território nacional. Faixa de fronteira de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres.	Defesa nacional e desenvolvimento

Fonte: FURTADO (2013). Adaptações próprias.

Os dois principais enfoques são: segurança e defesa nacional. Furtado (2013) define que segurança é a condição que permite ao país a

preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. Defesa nacional, por sua vez, é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para proteção do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Para Mattos (2000), a defesa nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares de segurança e correlatamente os problemas de agressão externa. A noção de segurança nacional é mais abrangente. Compreende a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna, além disto o conceito de segurança é mais explícito do que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha.

A expressão "faixa de fronteira" surgiu na Constituição de 1934, porém o *status* jurídico-normativo da FF foi reconhecido em 1850, através da Lei nº 601, de 18 de setembro. Desta forma, a Faixa de Fronteira no Brasil foi definida, pela primeira vez, como uma área geográfica delimitada e com um regime jurídico especial.

Durante o Império o enfoque dado era de defesa atrelada à vivificação dos limites (FURTADO, 2013). A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, dispunha sobre as terras devolutas no Império, reservando uma zona de 10 léguas (66 km) contígua aos limites com países estrangeiros, que poderiam ser concedidas gratuitamente.

Neste período, o governo desejava povoar esta região e distribuía lotes gratuitamente aos pioneiros (brasileiros ou estrangeiros) que desejavam habitá-la. As terras eram distribuídas para cultivo agrícola e para a criação de animais. Os empresários que pretendiam povoar esta zona deveriam dirigir as suas propostas ao Governo Imperial, especificamente à Repartição Geral de Terras Públicas.

O regramento incidente sobre a faixa de terras que separava a Colônia portuguesa da espanhola buscava fomentar a fixação do homem ao território por meio de concessão gratuita de terras da Coroa, como forma de defesa das fronteiras, aplicando-se o princípio do *uti possidetis*.

Por meio desse princípio, passou-se a entender que uma fronteira defendida é aquela onde há a presença do homem (FURTADO, 2013).

A primeira Constituição da República, de 1891, menciona que o governo federal era responsável por adotar um regime conveniente para a defesa das fronteiras. A delimitação da porção do "território indispensável" para a defesa das fronteiras não é citada na Constituição Federal, porém a Lei nº 601, de 18/09/1850, ainda estava em vigor, assim, a primeira Constituição da República manteve a faixa sob o domínio da União.

Portanto, a largura da faixa de fronteira, no início da República, continuava a ser de dez léguas paralelas aos limites internacionais. O mapa 2 mostra a faixa de fronteira de 66 km e as sedes municipais presentes. Observa-se que havia poucas sedes urbanas na faixa de fronteira, apesar do incentivo para a ocupação dessas áreas.

Conforme Furtado (2013), ocorreram dois acontecimentos relevantes sobre a reestruturação administrativa do país durante o governo de Floriano Peixoto, que cedeu créditos extraordinários para aquisição de armamentos indispensáveis às fortificações, principalmente nas fronteiras do Amazonas e do Mato Grosso.

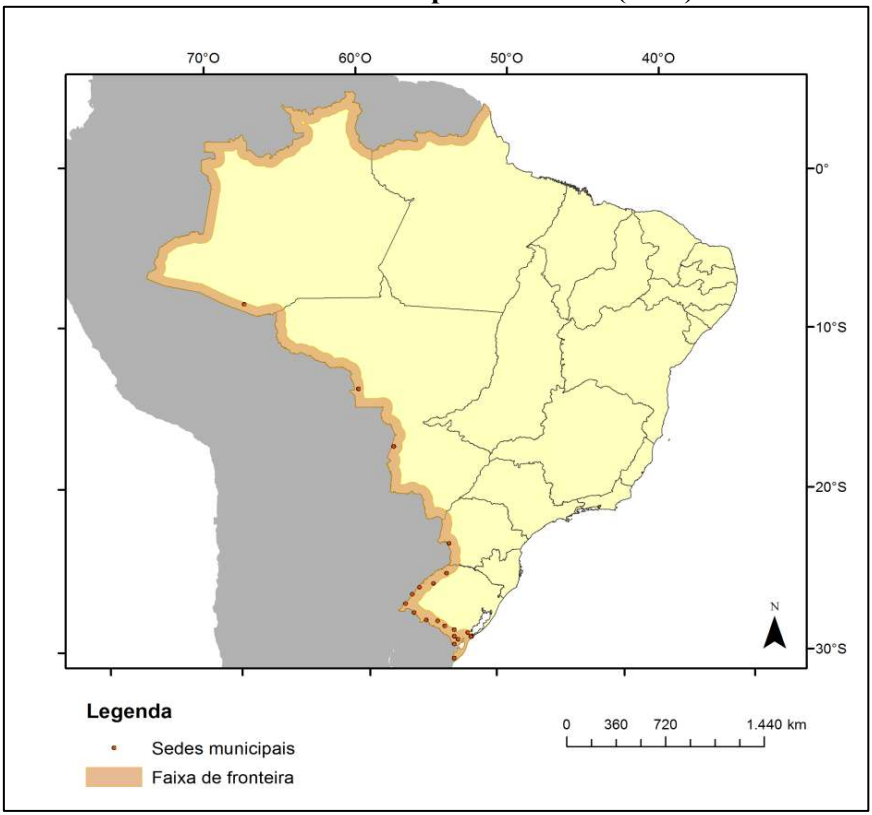
A partir de 1891, competia ao Ministério das Relações Exteriores o expediente e o despacho dos negócios e serviços incumbidos ao Ministério do Exterior, a colonização e o serviço dos núcleos coloniais. Desta forma, observa-se que o enfoque geopolítico continua a ser "vivificação da fronteira"[7] e incentivo de ocupação das áreas de vazio demográfico.

Apesar dos esforços para fixar o homem na fronteira, o vazio demográfico imperava, principalmente nas regiões norte e centro-oeste, onde as condições de acesso eram mais difíceis. Na região sul já existiam sedes urbanas na faixa de fronteira, principalmente na fronteira com o

[7] Expressão muito usada no ambiente militar para caracterizar a tese de que fronteira defendida é aquela onde ocorre a presença do homem. O termo encontra-se atualmente na Política de Defesa Nacional e Estratégia Nacional de Defesa (FURTADO, 2013).

Uruguai. A fronteira com o estado do Rio Grande do Sul desde o Império era mais "vivificada" em relação às fronteiras do Centro-Oeste e do Norte.

Mapa 2 - Faixa de fronteira no Brasil e os municípios limítrofes (1900)



Fonte: Elaboração própria.

A largura da faixa de fronteira foi sendo modificada com o passar do tempo. Em 1934, a Constituição Federal ampliou a FF para 100 km de largura (art. 166) como pode ser visualizado no mapa 3. O enfoque dado

à faixa de fronteira mudou de acordo com os interesses políticos e militares. Furtado (2013), na obra "Descobrindo a faixa de fronteira", descreve a trajetória do alto escalão militar e civil e as estratégias e negociações para manter a faixa de fronteira durantes anos sob o paradigma de segurança nacional[8].

Mapa 3 - Faixa de fronteira no Brasil e os municípios limítrofes (1933)



Fonte: Elaboração própria.

[8] Entre a Constituição de 1891 e a Constituição de 1934, foi publicado o Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927, que dispunha sobre o Conselho de Defesa Nacional (CDN), revogado em 1991. A lei sobre o CDN não trouxe alterações jurídicas na faixa de fronteira.

A Constituição Federal de 1934 trouxe duas inovações a esse respeito e, como consequência, começou a perplexidade doutrinária e jurisprudencial acerca da exata dimensão da faixa de fronteira e sua repercussão dominial. A primeira inovação foi o alargamento da faixa de segurança para 100 km e a outra, a criação do conceito de segurança (BARROSO, 1995).

A Constituição de 1934 trouxe um capítulo consagrado à segurança nacional em que todas as questões referentes a esta temática deveriam ser estudadas e coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional - CSN (FURTADO, 2013). A concessão de terras ou vias de comunicação não poderia ser efetuada sem a autorização prévia do Conselho. Ademais, as empresas interessadas em desenvolver esse tipo de atividade deveriam ser formadas pela maioria de capital nacional e por trabalhadores brasileiros.

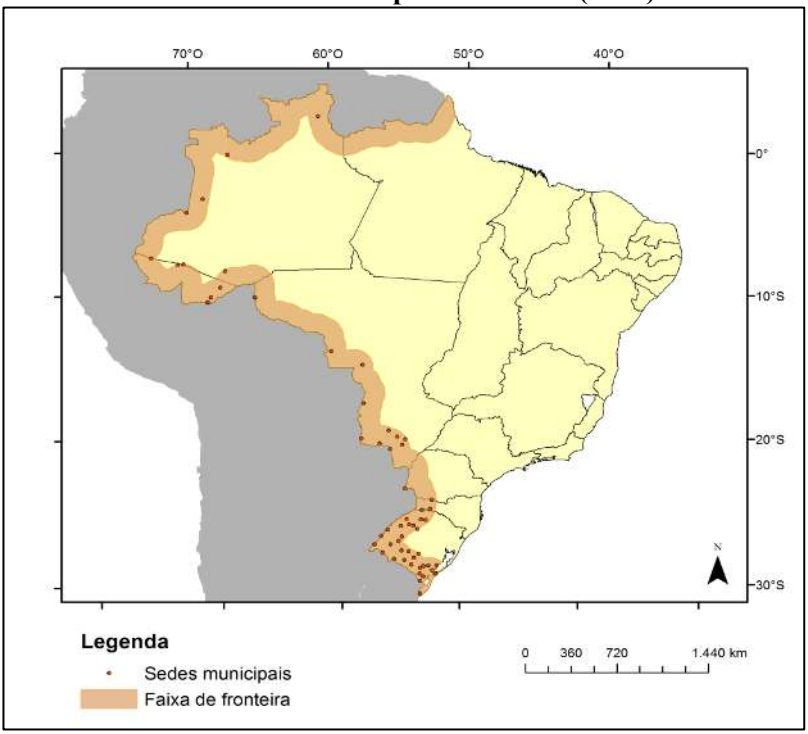
Na Constituição de 1937, a largura da faixa de fronteira aumentou para 150 km ao longo dos limites terrestres, o que se mantém até os dias atuais, embora tenham ocorrido três novas constituições. O mapa 4 mostra a faixa de fronteira em 1940.

Além da Constituição de 1937, houve a publicação de novas leis relacionadas à faixa de fronteira. Destaca-se o Decreto-lei nº 1.164, de 18 de março de 1939, que dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias localizadas na FF, colaborando para fixar a ideia de uma área de segurança nacional. As restrições do Decreto-lei nº 1.164 estão relacionadas a vários aspectos:

- *Concessão de terras*: os lotes só poderiam ser concedidos a brasileiros natos (casados com brasileiras natas) e que tivessem aptidão para os trabalhos agrícolas (art. 4º); a concessão de terras não poderia passar de dois mil hectares (art. 11);
- *Meios de comunicação*: nenhuma concessão relativa a vias de comunicação poderia ser efetivada sem a autorização prévia do CSN; as concessões deveriam respeitar os requisitos impostos pelo art. 13;

- *Indústria na faixa de fronteira*: em relação às indústrias localizadas na FF a lei exigia que pelo menos 2/3 fossem formadas por brasileiros. E dependendo do tipo da indústria o grau de exigência poderia ser maior, conforme o art. 13. Além disso, o capital das empresas agrícolas ou industriais deveria ser majoritariamente pertencente a brasileiros (art. 17);
- *Sociais e culturais*: a lei também vedava a impressão ou a circulação de jornais, revistas, anuários, boletins e outras publicações periódicas em língua estrangeira. A lei previa pena de apreensão dos exemplares e fechamento da tipografia e prisão celular dos responsáveis por um a três meses (art. 18).

Mapa 4 - Faixa de fronteira no Brasil e os municípios limítrofes (1940)



Fonte: Elaboração própria.

O Decreto-lei nº 1.968, de 17 de janeiro de 1940, regulava as concessões das terras e vias de comunicação, bem como o estabelecimento de indústrias, na faixa de fronteiras.

A Lei nº 6.634, de 1979 (ainda vigente), também foi instituída para impor regras no tocante a obras públicas de engenharia civil, participação de estrangeiros em propriedades rurais ou empresas na FF, concessões de terras e serviços e também como um espaço que tem auxílio diferenciado pelo governo federal. O artigo 13 citava que as empresas de indústria e de comércio deveriam obter a necessária autorização do governo.[9] Na Constituição de 1967 a faixa de fronteira continuava sendo uma área indispensável à segurança nacional.

Com o advento da Constituição de 1988 o paradigma da faixa de fronteira como uma área de segurança nacional passou a ser de defesa nacional e desenvolvimento. Conforme cita Furtado (2013), no período de transição do paradigma de segurança para defesa, a faixa de fronteira começou a deixar de ser entendida como uma área indispensável à segurança nacional passando a ser uma área "fundamental" à defesa do território nacional. Essa mudança, introduzida pelas elites civis na Constituição de 1988, foi decisiva para indicar que a FF não era mais apenas uma área de segurança nacional, como historicamente vinha sendo concebida.

A substituição da palavra "faixa indispensável à defesa" por "faixa fundamental" na redação da constituição tem uma nova compreensão civil, uma vez que "fundamental à defesa não significaria dizer que fossem indispensáveis à defesa, ou seja, toda essa dimensão poderia ser usada, se não fosse necessária e fundamental, e poderia não ser usada, se

[9] Lei nº 6.634, de 1979, art. 13: "As empresas de indústria e de comércio que se organizarem, exclusivamente ou não, para operar na faixa de cento e cinquenta (150) quilômetros ao longo da fronteira do território nacional, inclusive as situadas em porto marítimo existente nesta faixa, deverão obter a necessária autorização do Governo Federal, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, por intermédio da Comissão Especial, e não poderão, sob pena de nulidade, entrar em função, nem praticar validamente ato algum, senão depois de arquivados no Registro do Comércio, além de cópia autenticada do ato de autorização, o contrato social ou os estatutos, a lista nominativa dos subscritores, com indicação da nacionalidade e do número e natureza das ações de cada um, bem como fazer no 'Diário Oficial' da União e nos jornais de maior circulação do Município da sua sede, a respectiva publicação".

não fosse nem necessária e nem fundamental à defesa do território nacional*"* (FURTADO, 2013)[10].

Hoje, a faixa de fronteira é considerada como uma área de defesa e desenvolvimento. O paradigma da defesa voltou a ser adotado porque é mais apropriado para o tipo mais provável de conflito atual do que para a agressão externa (MATTOS, 2000). E foi acrescentado o paradigma de desenvolvimento porque a faixa de fronteira é atualmente vista como um espaço de integração, um ponto de contato com os outros países latino-americanos, como um canal de comunicação entre as diferentes culturas, línguas e costumes.

Sob o ponto de vista político a faixa de fronteira é uma região propícia para afirmar a integração regional porque a de fronteira é o território que está em contato permanente com os países vizinhos. A faixa de fronteira vista antigamente como uma região defensiva, fechada e orientada para dentro não faz mais sentido a partir da década de 1990. A partir do momento em que o governo elegeu a América do Sul como parte da sua identidade política, as relações econômicas, comerciais, culturais e sociais se intensificaram na faixa de fronteira, especificamente, nos municípios fronteiriços onde passam e originam os fluxos e redes econômicas formados na região.

A mudança de percepção não ocorreu apenas no Brasil, mas também nos outros países da América do Sul. Furtado (2013) observa que Bolívia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai utilizam igualmente uma largura específica para delimitar a faixa de fronteira, similar ao conceito utilizado pela Constituição do Brasil que envolve tanto os aspectos de defesa como de desenvolvimento da faixa de fronteira (tabela 4).

Atualmente a legislação em vigor sobre a faixa de fronteira é a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85, de 26 de agosto de 1980, os mais importantes para a regulamentação de atividades que podem ser desenvolvidas na faixa de fronteira.

[10] O debate e o enfrentamento político entre civis e militares durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 estão descritos no capítulo 05 do livro "Descobrindo a faixa de fronteira", da autoria de Renata Furtado. A leitura traz informações, fatores políticos e legislativos que foram decisivos para a mudança de paradigma na faixa de fronteira.

Tabela 4 - Caracterização da faixa de fronteira em países sulamericanos

País	*Caracterização*	*Delimitação*	*Fato*
Argentina	Zona de frontera e zona de seguridad de fronteras	Variável (cartográfica)	Segurança
Bolívia	Zona de Seguridad fronteriza	50 km 20 km	Segurança Socioeconômico
Colômbia	Zonas de fronteira	Sem indicação de largura	Socioeconômico
Paraguai	Zona de seguridad fronteriza	50 km	Segurança
Peru	Delimitação geográfica sem uso de terminologia específica	50 km	Segurança e socioeconômico
Uruguai	Faja	20 km com o Brasil	Socioeconômico
Venezuela	Zona de Seguridad	Sem indicação de largura	Segurança

Fonte: Furtado (2013). Adaptações próprias.

O Ministério da Integração Nacional e os geógrafos do grupo RETIS/UFRJ fizeram um levantamento das condições econômicas, institucionais, culturais e sociais da faixa de fronteira brasileira e formularam uma proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

O PDFF é um importante documento sobre um novo modelo para a FF. Atualmente, os municípios fronteiriços podem ser considerados lugar híbrido porque abrigam as diversas contradições do sistema imposto a eles, marcados por objetos funcionais como os fortes, os quartéis, as aduanas, os postos de fiscalização emergidos em uma série de fluxos convergentes ou conflitivos, legais ou ilegais que interferem na questão fronteiriça, o que faz dela um objeto complexo e multidimensional.

A EMERGÊNCIA DA FAIXA DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

Outra ferramenta legislativa para o ordenamento territorial na região fronteiriça foi a criação dos territórios federais. Segundo Souza *et al.* (2014), os territórios federais foram criados sob influência do direito norte-americano e tinham a função de reproduzir os elementos do poder central, participando da estrutura federativa durante 84 anos.

Como citam Porto *et al.* (2007), a criação de territórios federais configurava-se como "próteses jurídicas", que são os atos elaborados e implantados localmente, os quais impõem novos ritmos ao meio primitivo. Porto (2003) afirma que a centralização do poder sobre os territórios federais caracterizava-se pela elevada participação desse poder nas organizações administrativas e econômicas locais.

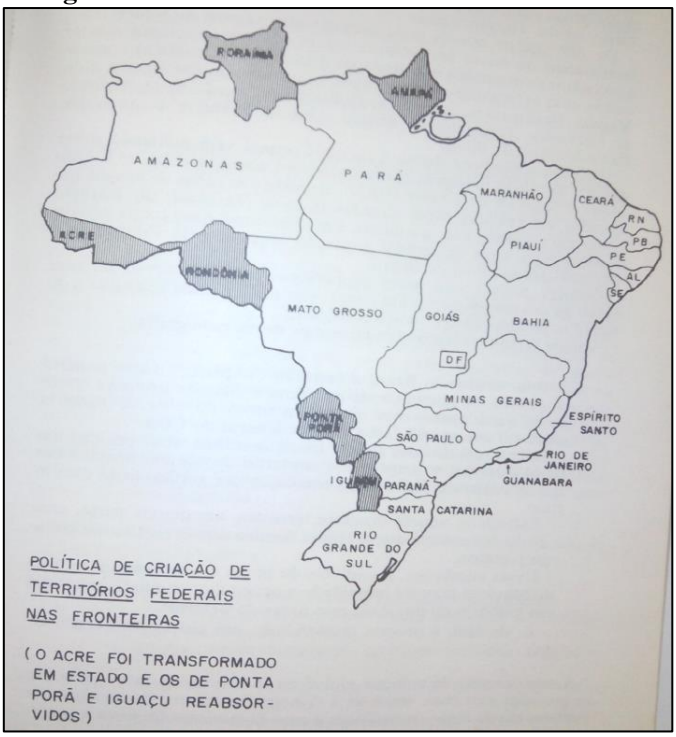
A Constituição de 1891 não previa, expressamente, a possibilidade de criação dos territórios federais, mas a expansão da indústria da borracha em território boliviano e a posterior aquisição do Acre resultaram na criação deste tipo de organização jurídica (SOUZA *et al.*, 2014). A Lei nº 1.181, de 24 de janeiro de 1904, criou o Território Federal do Acre, que permaneceu até 1960.

Segundo o IBGE (2011), essa nova área foi incorporada ao Território Nacional como uma unidade político-administrativa não vinculada a nenhum estado já existente na Federação, sem autonomia e gerida diretamente pelo Poder Central. Nascido como Território Federal, o Acre somente foi transformado em estado federado no ano de 1962.

No início da década de 1940, o contexto da Segunda Guerra Mundial influenciou a política de fronteiras no Brasil. Em 1943, o Governo Federal, através do Decreto-lei nº 5.812, criou mais territórios federais em vários locais da fronteira (figura 4). O Decreto-lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944, estipulou os limites e a divisão administrativa dos territórios. A política de fronteira no Brasil também está ligada às questões da política demográfica na região amazônica. Souza (2014) afirma que a ideologia da proteção das fronteiras adotou um vínculo mais próximo com

o poder central, evitando que o território passasse a ser objeto de reivindicação.

Figura 4 - Territórios Federais criados no Brasil



Fonte: MATTOS (1980).

O Território do Amapá foi formado por três municípios: Amapá (40,532.164 km² de superfície), Macapá (33,138.343 km² de superfície) e Mazagão (46,607.092 km² de superfície), sendo Macapá a capital. O Território do Rio Branco foi formado por Boa Vista, a capital, com superfície de 95,381.687 km² e Catrimani (130,664.655 km²). O Território do Guaporé, por Porto Velho (23,941.399 km² de superfície), Alta Madeira (280,887.183 km²) e Guajará Mirim (89,584.538 km²), sendo Porto Velho a capital.

O Território de Ponta Porã foi dividido em sete municípios: Pôrto Murtinho (17,758.857 km² de superfície), Bela Vista (10,051.391 km²), Ponta Porã (25,932.939 km²), Dourados (20,567.752 km²), Miranda (12,930.139 km²), Nioaque (5,137.842 km²) e Maracajú (5,298.028 km²), sendo o último a capital do território federal. O Território do Iguassú foi dividido em cinco municípios: Foz do Iguassú (19,539.539 km² de superfície), Clevelândia (9,625.567 km²), Iguassú[11], Mangueirinha (4,296.099 km²) e Xapecó (13,938.795 km²). Foz do Iguassú era a capital.

Na região norte surgiram os Territórios Federais de Guaporé e do Rio Branco. Em 1956, mudou-se o nome de Território Federal de Guaporé para Território Federal de Rondônia, que se tornou unidade da Federação com a Constituição Federal de 1988. O Território Federal do Rio Branco tornou-se o Território Federal de Roraima, e unidade da Federação, juntamente com Rondônia.

No centro-oeste, existia o Território Federal de Ponta Porã, que foi criado em 1943 e abolido em 1946. E, por fim, o Território Federal do Iguassú foi criado com parte do território do Mato Grosso e parte do Paraná. Porém, foi logo extinto, permanecendo apenas três anos, voltando a pertencer aos estados originais. Segundo Temer (1976, *apud* SOUZA *et al.*, 2014), os territórios de Ponta Porã e Iguassú foram extintos rapidamente devido a pressões políticas dos estados originais.

A Constituição Federal de 1988 transformou todos os Territórios Federais existentes em estados, porém manteve a possibilidade da existência de novos Territórios Federais que teriam seu governador nomeado pela União, além de não possuir representação no Senado e eleger apenas quatro deputados federais. Então, a partir de 1988, somaram-se mais três estados à Federação brasileira. Foram eles os Estados do Amapá, de Rondônia - antigo Território de Guaporé - e de Roraima, antigo Território do Rio Branco (IBGE, 2014).

[11] O Município de Iguassú, segundo a legislação, refere-se ao distrito de Laranjeiras e parte do distrito de Catanduvas, ambos do Município de Guarapuava. Não foi possível localizar a superfície na época pelos os dados do IBGE.

CAPÍTULO 4

Transformações territoriais e populacionais na fronteira (1872-2010)

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E POPULACIONAIS NA FRONTEIRA (1872-2010)

Os municípios fronteiriços brasileiros apresentam de uma grande diversidade em relação à economia, à geografia, à cultura e aos aspectos sociais, apesar de pertencerem ao mesmo território. Alguns dos fatores para justificar a diversidade encontrada estão relacionados à longa extensão da fronteira, sendo uma das maiores do mundo, aos gradientes populacionais dos municípios, aos fatores econômicos específicos, aos momentos históricos e políticos que influenciaram de forma particular cada trecho da fronteira.

Os municípios fronteiriços são todos aqueles que estão inseridos na faixa de fronteira, seja de forma total ou parcial. Em 1850, a faixa de fronteira de 66 km de largura estava em vigor, desta forma, os perímetros municipais que tocavam a faixa de fronteira foram considerados municípios fronteiriços, mesmo se a sede urbana não estivesse localizada dentro da FF.

Este capítulo objetiva analisar a formação e o processo de divisão na faixa de fronteira desde o primeiro censo de 1872 até 2010, destacando as principais transformações territoriais. É importante destacar que, a leitura cartográfica dos municípios foi baseada na divisão territorial disponibilizada pelo IBGE em cada censo. O capítulo também traz estudo sobre a distribuição espacial populacional fronteiriça entre 1872 a 2010, com dados sobre a dinâmica populacional atual e a hierarquia urbana formada entre os municípios.

A importância desse capítulo está em demonstrar ao leitor as transformações territoriais mesmo com as restrições legais já citadas no capítulo anterior. A intensificação da população na fronteira é desejável, sob o ponto de vista militar, porque acredita que uma fronteira defendida é uma fronteira ocupada. Sob o ponto de vista da integração regional também é positivo a presença humana nas fronteiras porque intensifica os fluxos econômicos, sociais e culturais e ajuda a criar a integração transfronteiriça, embora na realidade sejam apenas situações bem

pontuais. A seguir veremos em detalhes o processo de ocupação desde 1872 até 2010.

EVOLUÇÃO DO TECIDO URBANO NA FAIXA DE FRONTEIRA (1872–2010)

Ao longo do tempo, as cidades surgem de uma maneira extremamente coerente. Cada cidade tem uma trajetória original e tendências específicas influenciadas por elementos socioeconômicos (SAINT JULIEN; PUMAIN, 2010) que permeiam as transformações espaciais.

As cidades são resultados de múltiplas interações entre os autores (cidades vizinhas, empresas, grupos sociais, habitantes), entre seus artefatos materiais ou simbólicos (equipamentos, representações) e entre os eventos ou episódios marcados por algumas intervenções políticas, conjunturas econômicas e inovações tecnológicas (PUMAIN, 1997).

No Brasil, a malha urbana emergiu através de um processo intenso e recente. Entre o censo de 1872 e 1920 a quantidade de municípios duplicou, e entre 1920 e 2010 quadriplicou. Em menos de um século emergiu ¼ das cidades brasileiras atuais.

A urbanização brasileira no século XIX teve como principal característica a concentração de cidades próximas ao litoral, herança da colônia portuguesa que mantinha uma relação comercial voltada aos países europeus. As cidades emergiram incentivadas pelos ciclos econômicos vividos pelo Brasil, podem-se citar as cidades litorâneas no Nordeste como resultado do ciclo da cana de açúcar, o *boom* de cidades em Minas Gerais foi estimulado pelo ciclo do ouro e as cidades em São Paulo e Paraná tiveram grande influência do ciclo do café.

No primeiro censo, em 1872, o Brasil tinha recentemente proclamado a independência de Portugal e buscava prestígio e apoio internacional. Nesta época, o país contava com um grande território em

que a população e as principais cidades concentravam-se na costa do Atlântico (figura 5).

Figura 5 - Sedes municipais em 1872



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

Em relação ao território fronteiriço[12] de 1872, as principais características, presentes da época imperial até os dias atuais, são: a superfície territorial dos municípios do Arco Norte e do Central são derivados de unidades da federação que já tinham superfícies territoriais

[12] Território fronteiriço compreende a parte do território nacional formado por cidades que estão inseridas dentro da faixa de fronteira.

"gigantes" em comparação com os municípios do Arco Sul; a quantidade de municípios no Arco Sul é superior à quantidade de municípios no Arco Norte e no Central desde 1872.

Os estados fronteiriços na época imperial eram: Amazonas, Pará, Matto Grosso (grafia da época), Paraná e Rio Grande do Sul, com dimensões diferentes das que se encontram hoje, conforme a Tabela 5. Os estados fronteiriços de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Acre não existiam oficialmente. Foram sendo criados e oficializados em épocas diferentes. Com a evolução política e administrativa do país esses estados da federação foram incluídos, juntamente com outros, para formar o território nacional.

Tabela 5 - Superfície dos estados fronteiriços em 1872 e 2010

Estados	*Superfície (1872)*	*Superfície (2010)*	*Perda de território*
Amazonas	1,851,882.016 km²	1.559.159,148 km²	15%
Pará	1,392,456.634 km²	1.247.954,666 km²	10%
Matto Grosso/ Mato Grosso	1,457,281.503 km²	903.366,192 km²	38%
Paraná	226,485.210 km²	199.307,922 km²	12%

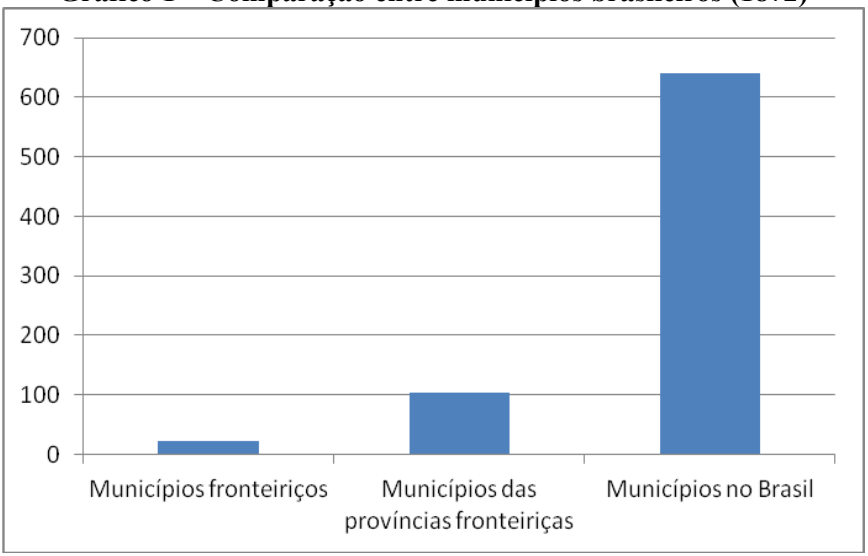
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

A criação dos municípios fronteiriços também foi exponencial e rápida, como ocorreu com a urbanização no restante do Brasil. No censo de 1872 eram apenas 23 municípios (apenas 9 com sede urbana). Este censo indicava que existiam 6 municípios fronteiriços que hoje são classificados como cidades-gêmeas, localizados na província do Rio Grande do Sul e Matto Grosso.

Na região norte do Brasil não existia, até aquele momento, município com sede municipal localizada dentro da faixa de fronteira de 66 km de largura, e sim algumas "villas" (pequenas comunidades que ainda não tinham sido emancipadas), aldeias indígenas e vilas militares, como é o caso de Tabatinga, no Amazonas.

O gráfico 1 mostra a relação da quantidade de municípios fronteiriços com a quantidade dos municípios das províncias fronteiriças (que mais tarde tornaram-se Estados da federação) e a quantidade total de municípios no Brasil. Em 1872, existiam no Brasil 641 municípios e 05 províncias fronteiriças. A quantidade de municípios na faixa de fronteira era bem menor em relação ao restante do Brasil, em termos proporcionais o conjunto dos municípios fronteiriços representava, em 1872, apenas 2.41%, atualmente essa mesma relação é de 5.65%.

Gráfico 1 – Comparação entre municípios brasileiros (1872)

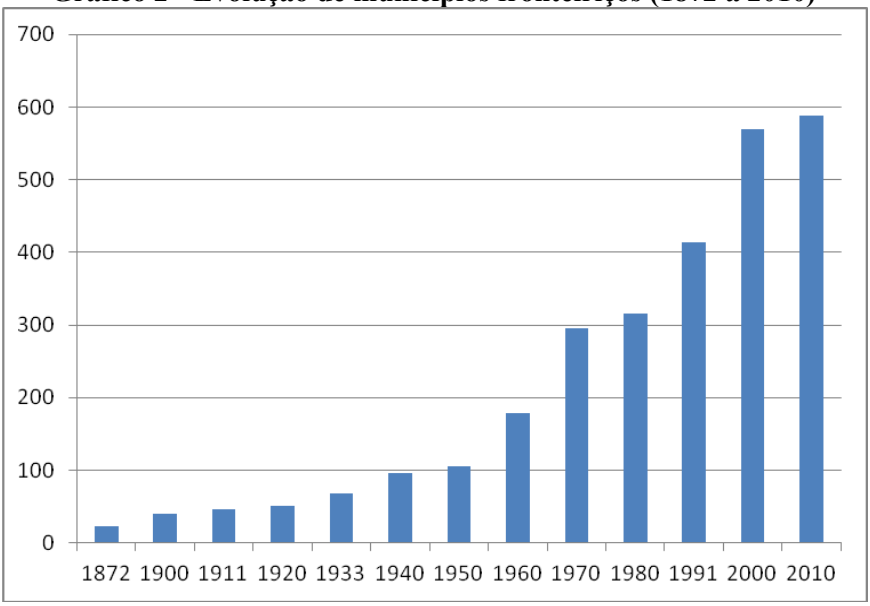


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

O processo de divisão territorial na faixa de fronteira foi rápido e intenso, principalmente a partir de 1960. A quantidade de municípios fronteiriços em 1940 era de 96, e hoje, de acordo com o último censo, são 588 municípios; desta forma, entre 1940 e 2010, aumentou mais de seis vezes o número de municípios. O Gráfico 2 demonstra a evolução da quantidade de municípios fronteiriços desde 1872 até 2010.

Comparativamente, a quantidade de municípios fronteiriços passou a ser mais expressiva a partir da década de 1960, no momento em que pelo ponto de vista jurídico-militar a faixa de fronteira ainda era considerada uma área de segurança nacional.

Gráfico 2 - Evolução de municípios fronteiriços (1872 a 2010)



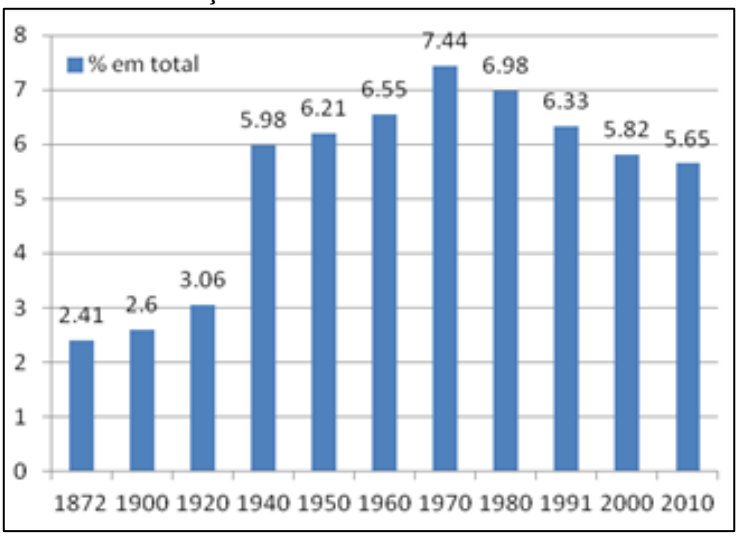
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

As vilas militares instaladas para defender a fronteira, o conjunto de fatores econômicos e políticos com a promoção da "marcha para o oeste", o interesse de ocupação das fronteiras através da vivificação (presença do homem), os incentivos governamentais, a própria "expansão da fronteira agrícola", o conjunto de melhoramentos da infraestrutura (rodovias e ferrovias) que as ligou aos grandes centros urbanos, foram os fatores que levaram à multiplicação das cidades na faixa de fronteira.

Entretanto, apesar de hoje a faixa de fronteira representar 27% do território nacional, a relação entre a quantidade de municípios fronteiriços

e não-fronteiriços indica que o conjunto dos municípios fronteiriços é, relativamente, pequeno em relação à quantidade de municípios do Brasil. A relação entre as duas variáveis indica que a partir da década de 1940 a relação percentual torna-se mais relevante. Um dos motivos de ampliação da quantidade de municípios fronteiriços foi a ampliação da faixa de fronteira (gráfico 3).

Gráfico 3 – Relação percentual municípios fronteiriços no contexto nacional brasileiro



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

De qualquer maneira, pode-se analisar que o ritmo de desmembramento na FF é similar ao processo que ocorreu no restante do país. Os períodos de maior criação de municípios foram entre 1960 e 1970 e entre 1991 e 2000, com o surgimento de 281 novos municípios, que representam 47% do total atual. O número de cidades duplicou entre 1900 e 1911 e triplicou entre 1950 e 1980, portanto, em apenas 80 anos a quantidade de municípios aumentou mais de cinco vezes. Como cita Pumain (1997), independentemente do nível de desenvolvimento do país,

o sistema de cidades sempre tem uma tendência a crescer, tanto em termos de população urbana como em termos de número de municípios.

O ritmo de desmembramentos das cidades na faixa de fronteira é bem próximo do que ocorreu no restante do país. O período de maior desmembramento ocorreu na década de 1960, originando 117 municípios, e entre 1991 e 2000, com a criação de 156 municípios. Na escala nacional, o período de maior divisão foi entre 1950 e 1970, e foi também intenso entre 1960 e 1970, quando a malha nacional aumentou 46%.

Segundo o IBGE, a construção da malha urbana no Brasil foi influenciada por momentos políticos variados, de acordo com os interesses políticos dos governos federal e estaduais, e apresentam ritmos diferentes em cada década. A principal causa da emancipação dos municípios entre 1950 e 1960 foi a aplicação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), introduzido pela Constituição de 1946, com cotas iguais para todos os municípios. Em consequência, alguns governos estaduais incentivaram a criação de municípios para obter mais recurso federal (IBGE, 2010).

Em relação ao tipo de criação de municípios existem três situações específicas: desmembramento, anexação e litígio. Na faixa de fronteira ocorreram aproximadamente 515 desmembramentos, sendo 54 casos localizados no Arco Norte, 85 casos no Arco Central e 376 casos no Arco Sul. As únicas anexações ocorreram em Clevelândia (PR) e São Martinho (RS). O único caso de litígio foi no município de Amapá, inserido no território brasileiro após finalização do litígio entre Brasil e França.

Comparativamente, entre 1872 e 2010, em termos territoriais, pode-se dizer que o território fronteiriço passou por um profundo processo de transformação derivado dos fatores abaixo:

a) Processos de litígios fronteiriços, ocorrendo a inclusão ou perda de territórios; como consequência houve a inclusão ou exclusão de novos municípios;

b) Intenso processo de desmembramento e criação de novos municípios, motivados por fatores variados, em diferentes décadas. A fixação da FF é retilínea e a divisão municipal é mais dinâmica, portanto, houve

algumas variações na quantidade total de municípios;

c) Formação dos municípios fronteiriços derivados de poucos "territórios-mães", originando novos municípios através do processo de desmembramento e multiplicando a quantidade de cidades fronteiriças, principalmente nos estados do Paraná e Santa Catarina;

d) Alteração da largura da faixa de fronteira (66km – 100km – 150km) incluiu mais municípios fronteiriços, conforme a legislação em vigor.

PROCESSOS DE LITÍGIOS FRONTEIRIÇOS

O resultado dos processos de litígios territoriais e aquisição de territórios trouxe inclusão de novos territórios e, consequentemente, novos municípios surgiram nessas áreas. Por exemplo: na Questão de Palmas houve a inclusão de 30.612 km^2. Em 1872, o município de Guarapuava (PR), até então, era o único município do Paraná que tocava a fronteira. Após a resolução do conflito, o território aumentou e foi emancipado São João do Capanema e Bella Vista de Palmas.

Na Questão do Amapá foram anexados 31.650km^2 de superfície, que deram origem ao município de Macapá, elevado à categoria de vila pela Lei Estadual nº 798, de 22 de outubro de 1901 e instalada em 30 de abril de 1902 (IBGE-cidades, 2014). Na época a superfície de Macapá era de 96,316.605 km^2.

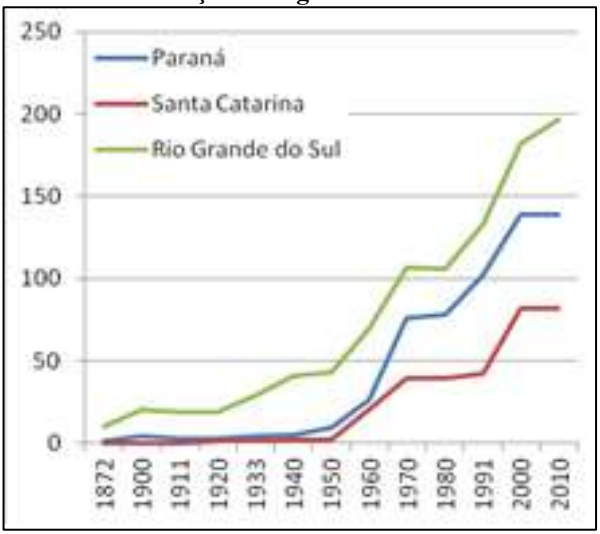
No caso do Acre, entre 1900 e 1911 a principal mudança territorial foi a inclusão oficial do território do Acre e também a transformação em território federal. O Território Federal do Acre tinha apenas 3 municípios, todos fronteiriços: Alto Juruá, Alto Purús e Alto Acre, porém nenhum tinha sede urbana na faixa de fronteira.

PROCESSOS DE DESMEMBRAMENTOS MUNICIPAIS NAS FRONTEIRAS

Na região sul, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam grande quantidade de municípios fronteiriços desde 1872, em comparação com os outros estados. O Rio Grande do Sul foi o estado em que o processo de desmembramento foi mais intenso entre todos os estados fronteiriços. Em 1872, 43% do total dos municípios fronteiriços eram rio-grandenses, em 2010 eles são 33,5% do total.

Em termos absolutos o Rio Grande do Sul concentra a maior quantidade de municípios em relação a todos os estados fronteiriços, seguido pelo Paraná e por Santa Catarina (gráfico 4). Os municípios fronteiriços catarinenses só entraram na divisão territorial do IBGE no censo de 1920, quando foi resolvido o litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina.

Gráfico 4 - Evolução de municípios fronteiriços na região Sul do Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

Em 1872, o único município fronteiriço no estado do Paraná era Guarapuava, que não tinha sede urbana na faixa de fronteira. Isso quer dizer que na faixa de fronteira de 66km não existia oficialmente sede urbana. Apesar de atualmente Guarapuava não ser considerado um município fronteiriço, até 1950 seu território tocava a faixa de fronteira. Guarapuava tinha uma superfície de 121,142.287 km², comparativamente, apenas esse município era maior que Portugal.

A região de Palmas estava em processo de litígio internacional com a Argentina. Matos (1990) afirma que houve a instalação de vilas militares com o objetivo de defesa e povoamento no território de Palmas, a fim de marcar a presença militar na área. As colônias militares criadas foram Foz do Iguaçu, Chopim, Chapecó e Alto Uruguai.

Em 1872, o Rio Grande do Sul já tinha a maior quantidade de cidades fronteiriças, inclusive com sedes urbanas na faixa de fronteira. Os municípios que atualmente são considerados cidades-gêmeas, como Itaqui, Jaguarão, Livramento, São Borja e Uruguaiana já estavam presentes neste censo. O município de Bagé, apesar de não ser cidade-gêmea, já tinha a sede municipal na faixa de fronteira.

Rio Grande, Cruz Alta, Alegrete e Piratini eram cidades que tinham limites internacionais, porém a sede urbana estava localizada fora dos 66 km de largura da faixa de fronteira. Entre os 23 municípios fronteiriços, 9 tinham a sede municipal dentro dos 60 km e a maioria estava no Rio Grande do Sul (6 no total).

Em 1990, novos municípios foram criados na faixa de fronteira do Paraná, entre eles: Bella Vista de Palmas (atual Clevelândia), Palma e São João do Capanema. Palma com uma superfície de 31,768.361 km² e Bella Vista de Palmas com 8,192.809 km², sendo os dois municípios desmembrados de Guarapuava e São João do Capanema desmembrado de Bela Vista.

No Rio Grande do Sul dobrou a quantidade de municípios fronteiriços entre 1872 e 1900, surgindo Arroio Grande, Dom Pedrito, Herval, Palmeira, Cacimbinhas, Quarahy, Rosário, Santa Victoria do Palmar, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Martinho. Este último era o menor município na fronteira com a Argentina, com apenas 172.667

km², cercado pelos vizinhos Santo Ângelo, com 10,077.927 km², e Palmeira, com 10,164.839 km². Quarahy, que é atualmente considerada cidade-gêmea, foi a única do estado do Rio Grande do Sul que foi emancipada depois de 1872.

Em 1911, o município de São João do Capanema foi anexado a Clevelândia, também houve a anexação de São Martinho, no Rio Grande do Sul, sendo os únicos casos de indexação que ocorreram na faixa de fronteira desde 1872 até 2010. Desta forma, a quantidade de municípios fronteiriços entre 1900 e 1911 no Paraná e Rio Grande do Sul foi reduzida.

No censo de 1920, o território de Santa Catarina ganhou os contornos atuais, depois da finalização do litígio. O único município fronteiriço era Chapecó, com uma superfície de 13,938.795 km², sendo o "território-mãe" de todas as cidades fronteiriças que surgiram mais tarde. No Rio Grande do Sul e no Paraná não houve alteração. E no Paraná, Foz do Iguaçu foi emancipada de Guarapuava com uma superfície de 19,539.539 km².

Segundo o IBGE-Cidades (2014), Foz do Iguaçu tinha sido fundada como colônia militar em 1889, marco do início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros, e que viria a ser o município de Foz do Iguaçu. Em 1910, a Colônia Militar passou à condição de "Vila Iguassu", distrito do município de Guarapuava. Dois anos depois, o Ministro da Guerra emancipou a Colônia, tornando-a um povoamento civil entregue aos cuidados do governo do Paraná, que criou então a Coletoria Estadual da Vila. Foi elevado à condição de cidade, com a denominação de Foz do Iguaçu, pela Lei Estadual n.º 1.658, de 03 de março de 1917. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito-sede.

Entre os censos de 1930 e de 1940 houve a ampliação da faixa de fronteira. Desta forma, alguns municípios já existentes foram nela incluídos. Na primeira ampliação foram 10 municípios e na segunda foram 12 municípios. Além disso, entre 1940 e 1950 houve a criação de dois novos municípios no Rio Grande do Sul, Santa Rosa, desmembrado de Santo Ângelo, e Iraí, desmembrado de Palmeira, sendo os dois com sede urbana na faixa.

Em 1943 houve a criação do Território Federal do Iguassú, por influência da política de fronteira de Backheuser. Após a Revolução de 1930, as ideias de Backheuser produziram uma política de fortalecimento das regiões limítrofes, dentro do conceito de que a fronteira é a epiderme do organismo estadual, captadora das influências e pressões forâneas e, como tal, deve estar subordinada ao poder central e não às autoridades regionais, que manifestam menor sensibilidade para esses problemas. Em síntese, a política de fronteira não deve ser regional, mas federal (MATTOS, 1980). Desta forma, os municípios de Foz do Iguassú, Clevelândia, Iguassú, Mangueirinha e Chapecó formaram o Território Federal do Iguassú, subordinado diretamente ao governo central.

Em 1950 no estado do Paraná houve novos desmembramentos. De Guarapuava surgiram Pitanga e Laranjeiras do Sul. Guarapuava ainda continuou tocando a fronteira. Na sequência, Pitanga desmembrou-se e originou Campo Mourão, com superfície de 25,934.843 km². Desta forma, Pitanga e Campo Mourão não são mais fronteiriços.

Na região mais ao norte do estado, Mandaguari torna-se fronteiriça, vinda de Apucarana, que veio de Londrina, e Londrina deixa de estar na faixa de fronteira. Mangueirinha também surge como território fronteiriço, originária de Palmas, com 4,296.099 km². A partir de então, Palmas e Guarapuava passam a tocar o mínimo na fronteira. Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Mangueirinha, e o oeste de Mandaguari são as "cidades-mães" a partir de 1950, substituindo Palmas e Guarapuava.

A partir de 1960 o processo de criação municipal se intensificou na região sul. No Paraná ocorreram 17 desmembramentos, sendo originários Clevelândia, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Mangueirinha e Paranavaí. Segundo o IBGE Cidades, Capanema voltou a ser município — já havia sido município em 1900 — sendo desmembrado de Clevelândia (antiga Bella Vista de Palmas).

Entre 1950 e 1960 iniciou-se o processo de divisão territorial na fronteira de Santa Catarina que até a década anterior tinha apenas dois municípios. A partir de então, multiplicou-se e criaram-se 16 municípios, originários de Chapecó, Concórdia e Dionísio Cerqueira (foi elevado à categoria de município com a denominação de Dionísio Cerqueira, pela

lei estadual nº 133, de 30-12-1953, desmembrado de Chapecó- IBGE cidades ,2014).

No Rio Grande do Sul os 26 desmembramentos foram originários de Erechim (antes tinha 4,277.508 km², ficou com 1,706.170 km²), Palmeira (antes com 5,282.788 km², ficou com 2,590.317 km²) , Três Passos (antes era de 4,219.183 km², ficou com 680.789 km²) , Santa Rosa (ficou com uma superfície de 489.086 km² e antes era de 4,028.317 km²). Erechim, Três Passos e Palmeira estão localizados no noroeste do Rio Grande do Sul.

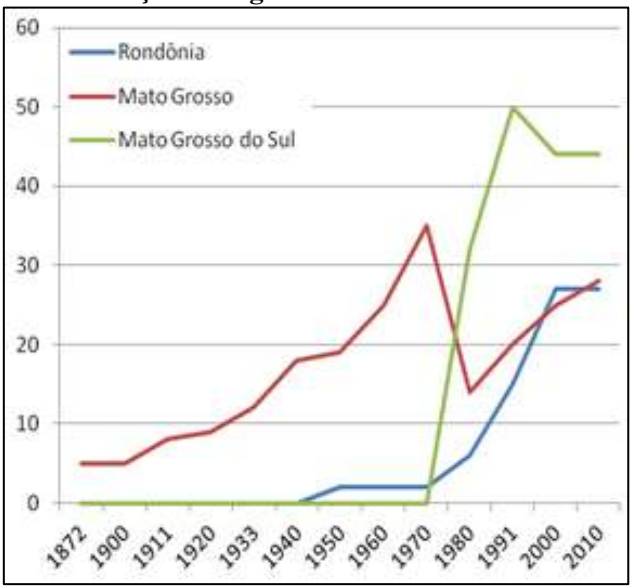
Entre 1970 e 2010 o Paraná criou 63 municípios fronteiriços, Santa Catarina, 62 municípios fronteiriços e o Rio Grande do Sul 128 municípios fronteiriços. A região sul lidera o *ranking* da quantidade de municípios fronteiriços. No capítulo seguinte serão discutidos o crescimento demográfico dessa região e a mudança demográfica nessas cidades.

Na região Centro-Oeste, o estado do Matto Grosso era o segundo maior estado fronteiriço em 1872 e até esse momento não existia o estado de Rondônia nem o Mato Grosso do Sul. A evolução da criação de municípios fronteiriços nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia pode ser visualizada no Gráfico 5.

As cidades com sede urbana na faixa eram Corumbá e Matto Grosso, este último mais tarde foi desmembrado e parte do território tornou-se o estado de Rondônia. Em 1872, o Mato Grosso tinha no total 5 municípios fronteiriços, sendo 2 com sede na faixa de fronteira e 3 sem sede na faixa, que são Miranda, Poconé e Vila Maria.

É interessante frisar que o Estado do Matto Grosso tinha uma acessibilidade difícil. O transporte era realizado por cavalos e demorava-se dias para chegar. Outro meio de transporte usado era o fluvial através dos rios Paraguai e Paraná. Desta forma, a população estava isolada do restante do território. Segundo Matos (1990), foram instaladas algumas colônias militares em Nioac (1854), Rio Brilhante (1854) e Dourados (1856) com a finalidade de vigilância, proteção militar e também com ideia de povoamento.

Gráfico 5 - Evolução de municípios fronteiriços na região Centro-Oeste do Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

Em 1911, no estado do Matto Grosso surgiram dois municípios: Porto Murtinho (desmembrado de Corumbá) e Bella Vista (desmembrado de Nioac, antiga colônia militar), sendo municípios com sede na faixa de fronteira próximos ao Paraguai. Nioac foi desmembrado de Miranda, não sendo mais fronteiriço.

Em 1920, no Mato Grosso criou-se o município de Ponta Porã (originário de Bella Vista, que tinha uma superfície de 56,552.082 km²), com uma superfície de 46,500.691 km², ou seja, Bella Vista ficou com menor território, de 10,051.391 km². Atualmente, Ponta Porã é considerada cidade-gêmea.

Em 1933, no Matto Grosso ocorreram novos desmembramentos. Guajará Mirim, que foi desmembrado de Santo Antonio do Rio Madeira, tem território com um formato vertical em que grande parte

(aproximadamente 633 km) estava localizada no limite internacional com a Bolívia. A superfície desse novo município era de 89,584.538 km². O outro caso foi de Maracajá, com território originário de Nioac. Em 1940, no Mato Grosso ocorreram novos desmembramentos, de 6 cidades, concentrados na fronteira com o Paraguai.

Em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã, dividido em 7 municípios: Porto Murtinho (17,758.857 km² de superfície), Bela Vista (10,051.391 km²), Ponta Porã (25,932.939 km²), Dourados (20,567.752 km²), Miranda (12,930.139 km²), Nioaque (5,137.842 km²) e Maracajú (5,298.028 km²), sendo a última a capital do território federal, que foi extinto em 1946. O Território do Guaporé foi formado pelos seguintes municípios: Porto Velho (23,941.399 km² de superfície), Alta Madeira (280,887.183 km²) e Guajará Mirim (89,584.538 km²), sendo Porto Velho a capital. Em 1956, mudou-se o nome de Território Federal de Guaporé para Território Federal de Rondônia, tornando-se unidade da Federação com a Constituição Federal de 1988. O Território Federal do Rio Branco tornou-se o Território Federal de Roraima e unidade da Federação, juntamente com Rondônia.

Enquanto existiu o Território Federal de Rondônia não houve desmembramentos na faixa de fronteira. Após 1980, iniciou-se o processo de criação municipal em Rondônia, entre 1980 e 2010 aumentou 22% a quantidade de municípios fronteiriços.

O Estado do Mato Grosso do Sul foi instituído oficialmente em 1979, suas cidades pertenciam anteriormente ao estado do Mato Grosso. Segundo o censo de 1970 existiam 34 municípios fronteiriços no Mato Grosso. Já no censo de 1980 a quantidade caiu para 14 municípios devido à divisão do estado. Por outro lado, o Mato Grosso do Sul, então recentemente criado, incorporou 34 municípios fronteiriços. Hoje, 53% dos municípios do Arco Central pertencem ao Mato Grosso do Sul.

O estado do Mato Grosso antes da divisão tinha uma superfície de 1.262.143.326 km^2, com a criação do Mato Grosso ele passou a ter 904.840.502 km^{2,} perdendo 41% das cidades fronteiriças. Atualmente o Mato Grosso tem apenas 4,76% do total das cidades fronteiriças brasileiras.

Na região Norte, o processo de criação de municípios fronteiriços teve algumas particularidades. A primeira é que, de uma forma geral, a superfície territorial na região é bem mais extensa em comparação com os municípios da região sul, desta forma, quando ocorreu o alargamento da faixa de fronteira (66km para 100km e depois para 150km) a quantidade de municípios fronteiriços não aumentou expressivamente.

A segunda é que foram criados mais territórios federais na região norte do que no Centro-Oeste e no Sul, o que influenciou a quantidade de criação de municípios, porque enquanto eles pertenciam ao território federal o número de municípios fronteiriços era pequeno. O gráfico 6 mostra a evolução dos municípios fronteiriços nos estados fronteiriços da região norte.

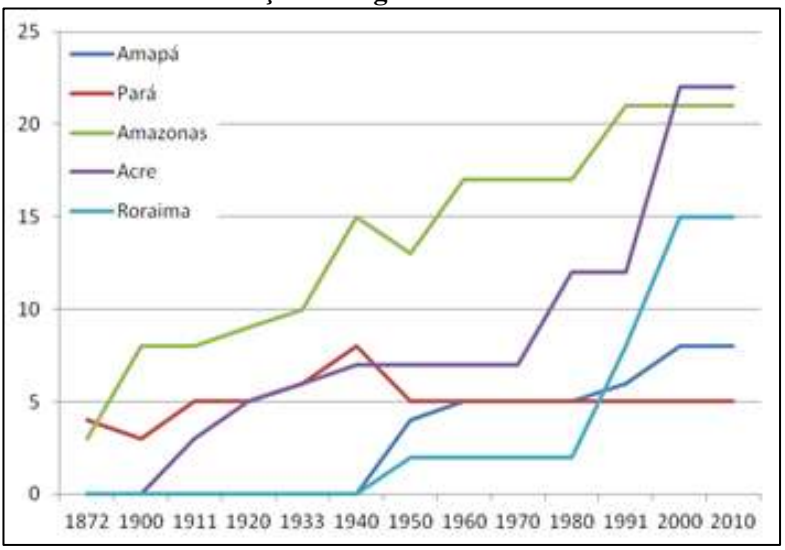
Em 1872, o Acre não pertencia ao Brasil. Passou a ser território federal apenas em 7 de novembro de 1903, quando foi assinado o Tratado de Petrópolis para compra de 191 mil km² do território boliviano. As cidades do Amazonas surgiram, no século XIX, em pontos estratégicos da navegação pelos principais rios. As cidades serviam como suporte para as atividades que exploravam o potencial econômico da região e também como pontos de defesa. O atual território do estado de Roraima pertencia ao estado da Amazonas, especificamente era o município de Manáos.

Os municípios que tinham contato com os limites internacionais eram: Manáos, com uma superfície de 883,129.764 km², fazia fronteira com Venezuela e Guiana; Tefé, com 524,517.291 km², fazia fronteira com Colômbia e Peru; e Barcelos, com 272,429.121 km², que fazia fronteira com Colômbia e Venezuela. Todos tinham a sede urbana bem distante da faixa de fronteira e apenas parte da superfície do município estava no limite internacional. Nesta época não havia nenhuma sede urbana na faixa de fronteira na região norte e os municípios fronteiriços tinham uma superfície territorial bem vasta.

Os municípios de Gurupá, Óbidos, Macapá e Mazagão pertenciam à província do Pará e faziam fronteira com a atual Guiana, a Guiana Francesa e o Suriname. Até então não existia o estado do Amapá. Seu território pertencia ao Pará e nenhum município tinha a sede urbana na fronteira. Entre 1872 e 1900 não houve alterações profundas. O território

do Acre ainda estava em negociação com a Bolívia e os estados do Amazonas e do Pará continuavam sendo os únicos estados fronteiriços na região norte.

Gráfico 6 - Evolução de municípios fronteiriços na região Norte do Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

Em 1911, no estado do Amazonas ocorreram novos desmembramentos na faixa de fronteira, a quantidade de municípios mais do que dobrou em 28 anos. Rio Branco, que mais tarde passou a ser a capital do Acre, neste período pertencia ao estado do Amazonas, com uma superfície de 226,046.342 km². Dos 3 municípios fronteiriços originais (de 1872), apenas 2 continuavam sendo fronteiriços, Barcellos, com 95,819.356 km² de superfície, e Tefé, com 244,960.766 km².

Manáos originou outros municípios e seu território deixou de estar na faixa de fronteira.

A única sede urbana inserida na FF do Amazonas e da região norte em 1991 era o município de Floriano Peixoto, atual Boca do Acre, o qual, segundo o histórico do município divulgado pelo IBGE (IBGE Cidade, 2014), nasceu por influência do ciclo da borracha e anteriormente era habitado pelos índios Capanas e Aripuanãs. Depois da "aquisição do Acre", Boca do Acre não é mais cidade fronteiriça. Floriano Peixoto estava próximo do limite internacional com a Bolívia e o Peru e seu território foi desmembrado de Lábrea.

No Pará a única nova cidade era Almeirim, que foi desmembrada de Gurupá (não sendo mais fronteiriça), ou seja, em termos quantitativos houve uma substituição. No Matto Grosso ocorreu um caso semelhante, Nioac foi desmembrada de Miranda, não sendo mais fronteiriça.

Entre 1900 e 1911 a principal mudança territorial foi a inclusão oficial do território do Acre no território brasileiro. Desta forma, o Território Federal do Acre nasceu com 3 municípios, todos fronteiriços: Alto Juruá, Alto Purús e Alto Acre, porém nenhum tinha sede urbana na faixa de fronteira, a sede mais próxima era Alto Acre. Floriano Peixoto, que estava inserido na faixa de fronteira, como houve a inclusão do Acre, deixou de ser fronteiriço. Após a finalização do processo do Acre, o Brasil iniciou um processo de demarcação com o Peru.

No estado do Amazonas as duas principais mudanças foram a nomenclatura de Rio Branco para Boa Vista do Rio Branco e o surgimento de Benjamin Constant, desmembrado de São Paulo de Olivença. Em dezembro de 1900 foi finalizado o processo de litígio no Amapá, incorporando oficialmente 31.650km^2 no território brasileiro.

Entre 1911 e 1920 houve mudanças de nomenclatura em todos os municípios do Acre e a emancipação de Villa Seabra (originária de Alto Jaruá) e Xapuri (de Alto Acre). No Amazonas também houve a emancipação de São Fellipe (de Tefé) e Porto Velho (de Humaitá). Humaitá, que era fronteiriça, deixou essa condição.

Em 1993, no Acre houve a criação dos municípios de Feijó e Sena Madureira, e novamente a mudança de nome de 50% dos municípios. Todos os municípios do Acre são fronteiriços e apenas 2 têm sede na faixa de fronteira. No Amazonas ocorre um caso curioso: Floriano Peixoto volta

a tocar a faixa de fronteira porque ocorreu o aumento da largura da faixa. Depois da compra do Acre, o município tinha deixado de ser fronteiriço porque o território aumentou e a medida entre o limite internacional e a largura da faixa de fronteira anterior não incluía Floriano Peixoto.

No Pará o município de Montenegro, que está no extremo norte do Brasil, teve mudança de nomenclatura passando a se chamar Amapá, com uma superfície de 63,178.262 km². O Amapá fora capital do Território Federal do Amapá, criado pela Lei nº 798, de 22 de outubro de 1901. Um importante município, devido à posição geográfica estratégica, e também porque esse território foi contestado pela França e o resultado final do litígio foi favorável ao Brasil. No estado do Pará foi criado o município de Oriximiná, desmembrado de Óbidos, cujo território perdeu para o novo município 80,15% de sua extensão.

Em 1940, novos municípios emergiram na faixa de fronteira. Brasília, desmembrado de Xapury, no Acre, e Mazagão do Amapá, de Macapá, do qual herdou 58% do território.

Porto Velho pertencia ao estado do Amazonas e tinha uma superfície de 23,941.399 km², Guajará Mirim pertencia ao Mato Grosso e tinha uma superfície de 89,584.538 km², dos quais aproximadamente 639,810.10 km eram fronteira do município com a fronteira internacional.

Após a criação do Território Federal de Guaporé, Porto Velho passou a ter uma superfície de 150,792.089 km², ou seja, ocorreu um aumento no seu território de 68% e Guajará Mirim manteve-se como antes (89,584.538 km²). O território municipal de Porto Velho é originário de Aripuanã, que reduziu em 54% o seu território. Antes dessa criação chamava-se Alto Madeira.

No Acre e no Amazonas não houve novos desmembramentos, a única mudança territorial entre os censos de 1933 e 1940 foi que Boa Vista, com 95,381.687 km², deixou de pertencer ao estado do Amazonas. No Pará, com a criação do Território Federal do Amapá, os municípios que antes pertenciam ao Pará (Macapá, Mazagão e Amapá) passaram a pertencer ao território federal pelo Decreto-lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944. O Amapá perdeu a categoria de capital para o município de Macapá.

Também ocorreu o desmembramento do Amapá, surgindo o município de Oiapoque, com uma superfície de 22,646.098 km².

Entre 1950 e 1960 houve novos desmembramentos no Amazonas e algumas cidades deixaram de tocar a faixa de fronteira, entre elas: Carauari, Eirunepé, Parintins, Tefé. No Pará ocorreu novo desmembramento do município do Amapá, surgindo Calçoene, com uma superfície de 14,276.542 km². Entre 1960 e 1970 não houve inclusão de municípios fronteiriços entre os estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá e Roraima.

O desmembramento dos municípios teve ritmos diferentes em cada estado. Até 1980, Roraima tinha apenas 2 municípios; depois surgiram mais 13 municípios fronteiriços e a partir de então não houve mais desmembramentos. É interessante lembrar que de 1943 até tornar-se unidade da Federação com a Constituição de 1988, Roraima era Território Federal, formado pelos municípios de Boa Vista e Catrimani. Roraima é o estado que tem a menor quantidade de municípios do Brasil.

Enquanto existiu, o Território Federal do Amapá teve a criação de apenas 1 município na faixa de fronteira. Após a Constituição de 1988 houve mais desmembramentos municipais, principalmente entre 1991 e 2000. No estado do Acre ocorreu um caso semelhante, após ser incluído como unidade da Federação o processo de desmembramento do Acre foi mais intenso entre 1970 e 1980 e entre 1991 e 2000.

No Amazonas o maior ritmo de criação de municípios foi de 1933 a 1940, mas o estado perdeu território quando foi criado o Território Federal do Rio Branco. A Amazonas é o estado do Arco Norte com o segundo maior número de municípios e também o maior número de cidades localizadas em região de fronteira.

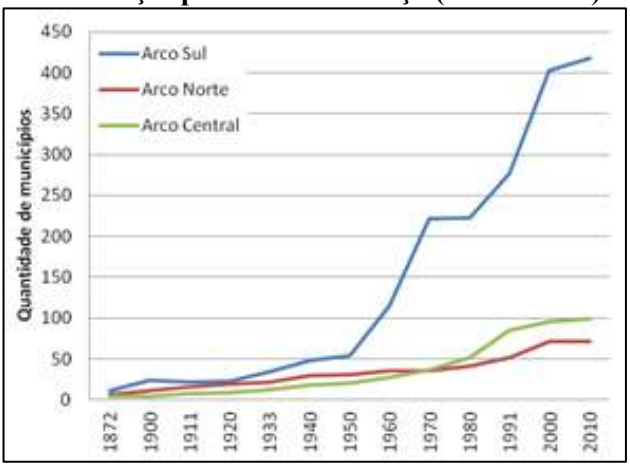
Os municípios fronteiriços do estado do Pará foram mais numerosos na década de 1940, o estado também perdeu território após a criação do Território do Amapá. No Pará, apesar da grande superfície territorial, apenas 5 municípios são fronteiriços e 2 municípios têm sede urbana na faixa de fronteira.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS POR ARCO

Atualmente 71 municípios fronteiriços estão localizados no Arco Norte, 99 no Arco Central e 418 no Arco Sul. A distribuição de municípios fronteiriços por arco fronteiriço entre 1900 e 2010 pode ser visualizada no gráfico 7.

O Arco Sul é composto pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, é o que apresenta a maior quantidade de municípios fronteiriços desde 1900. O Rio Grande do Sul concentrou mais da metade dos municípios fronteiriços do Arco Sul até a década de 1960. Atualmente, a maior concentração de municípios fronteiriços continua sendo no Arco Sul, com 33% no Rio Grande do Sul, 23% no Paraná e 13% em Santa Catarina.

Gráfico 7 - Distribuição de municípios fronteiriços por arco fronteiriço (1872 a 2010)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

Na escala nacional, o Rio Grande do Sul é o terceiro estado que contém a maior quantidade de municípios, o Paraná ocupa o quinto lugar

e Santa Catarina, a sexta posição, ou seja, nesses estados a numerosa quantidade de municípios não está restrita à faixa de fronteira.

O período de maior emancipação no Arco Central, composto pelos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, ocorrera entre 1980 e 2000. É o segundo arco a concentrar maior quantidade de municípios fronteiriços.

No Arco Norte a maior criação de municípios foi entre 1991 e 2000, após a Constituição Federal de 1988, que transformou os territórios federais em unidades da Federação. O estado de Rondônia só apareceu oficialmente na divisão territorial de 1950, até então esta região pertencia ao Amazonas e ao Mato Grosso. Em Rondônia, 52% dos municípios são fronteiriços.

No Arco Norte, as mudanças políticas e administrativas foram mais profundas porque houve a criação de vários territórios federais inspirados no direito norte-americano (SOUZA *et al*, 2014), como foi o caso dos atuais estados do Acre, Roraima e Amapá. Além disso, a região tem baixa densidade demográfica e os municípios fronteiriços têm uma grande superfície. Outra particularidade é que alguns estados do Arco Norte estão inseridos totalmente na faixa de fronteira, como Roraima e Acre, o que não ocorre em outros arcos.

FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DERIVADOS DE GRANDES TERRITÓRIOS – MÃES

Na região sul a superfície municipal fronteiriça já era menor em comparação com outras províncias. Os maiores municípios em 1872 eram Matto Grosso (430.782.098 km2) e Manáos (883.129.764 km2). A título de comparação, no Rio Grande do Sul, Cruz Alta (33.850.443 km2) era o maior município fronteiriço, sendo 12 vezes menor que Matto Grosso e 26 vezes menor que Manáos.

A grande “cidade-mãe” das cidades fronteiriças nos estados do Paraná e Santa Catarina foi o município de Guarapuava (PR), até a

finalização do litígio entre Paraná e Santa Catarina, e não havia sede urbana inserida na faixa de fronteira. Apesar de hoje Guarapuava não ser considerado um município fronteiriço, até 1960 seu território municipal tocava a faixa de fronteira. Em 1872, o município de Guarapuava tinha uma superfície de 121,142.287 km², comparativamente era maior que Portugal.

Inclusão de novos municípios devido à alteração da largura da faixa de fronteira

Na divisão territorial de 1930 ocorreu a primeira extensão da faixa de fronteira do Brasil, de 66km para 100 km, ou seja, inclusão de 34km de largura. Desta forma, houve a inclusão de novos municípios na faixa de fronteira que já existia. Classificados neste caso estão 1 município no Pará, 1 no Paraná e 9 no Rio Grande do Sul. No total, isto representa um aumento de 33% na quantidade de municípios fronteiriços. Além disso, ocorreu novo desmembramento no Rio Grande do Sul com a criação de Pinheiro Machado, desmembrado de Piratini.

Na divisão territorial de 1930 ocorreu outra extensão da faixa de fronteira do Brasil, de 100 km para 150 km, ou seja, teve a inclusão de 50 km de largura. Classificados neste caso temos 5 municípios no Amazonas, 1 no Pará, 12 no Rio Grande do Sul e 4 no Mato Grosso. Do total, isto representa um aumento de 41% na quantidade de municípios fronteiriços. Além disso, houve novos desmembramentos em Santa Catarina (1), Paraná (1), Acre (1) e Matto Grosso (2).

A presença das cidades-gêmeas no primeiro censo do Brasil

O primeiro censo brasileiro foi realizado em agosto de 1872 pela *Directoria Geral de Estatística* (DGE) durante o período imperial que durou apenas 67 anos. O período de transição entre os últimos anos da monarquia e a república foi marcado por grandes mudanças

socioeconômicas como a expansão da cultura do café, a migração europeia e o fim da escravidão. O censo geral de 1872 aconteceu exatamente neste contexto político.

Ele é o único que traz informações sobre a escravidão e a falta de qualidade das tentativas anteriores de contagem é justificada pelo temor da população em relação ao fisco e ao alistamento militar. O censo de 1872 foi realizado em 20 províncias, distribuídas em 641 cidades e 1 "município neutro" (atual cidade do Rio de Janeiro) (CEDEPLAR, 2012).

As paróquias eram responsáveis pela contagem da população distribuída no espaço geográfico. No total eram 1.440 paróquias e cada uma tinha uma comissão responsável. O censo coletou a quantidade de homens livres e escravos distribuídos de acordo com gênero, raça, estado civil, religião, defeitos físicos, nacionalidade e grau de instrução.

Na época, a população total do Brasil era de aproximadamente 10 milhões de habitantes, sendo que 15% ainda era escrava. A população brasileira estava concentrada no litoral e na região sudeste. As províncias mais populosas eram Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Nas "províncias fronteiriças", neste caso, enquadram-se Rio Grande do Sul, Paraná, Matto Grosso, Amazonas e Grão Pará, que tinham dimensões territoriais bem diferentes das atuais e também não eram as mais populosas do Brasil.

Em relação à escravidão nas províncias fronteiriças, 32,47% da mão de obra era formada por escravos, sendo que na escala nacional isto representava 24,87% do total de escravos. A província com a maior população escrava era a do Pará, seguida por Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A Tabela 6 apresenta a população escrava e a população livre das províncias fronteiriças em 1872.

Este censo indica que existiam 6 municípios fronteiriços que hoje são classificados como cidades-gêmeas, localizados nas províncias do Rio Grande do Sul e do Matto Grosso. Na região norte do Brasil até aquele momento não existiam sedes municipais localizadas próximo ao limite internacional, e sim algumas "villas".

Tabela 6 - População escrava e população livre das províncias fronteiriças em 1872

Províncias	*Número de Municípios*	*População. Livre*	*População. Escrava*	*Total*
Rio Grande do Sul	28	367,022	67,791	434,813
Amazonas	7	56,631	979	348,009
Santa Catarina	11	144,818	14,984	159,802
Paraná	16	116,162	10,560	126,722
Mato Grosso	9	53,750	6,667	60,417
Pará	32	274,779	274,779	27,458
Total das províncias	103	1,013,162	375,760	1,157,221
Total Brasil	641	8,419,672	1,510,806	9,930,478

Fonte: CEDEPLAR (2014).

Os municípios fronteiriços de Livramento (Sant'Ana do Livramento hoje), Itaquy (Itaqui), Jaguarão, São Borja e Uruguayana (Uruguaiana), pertenciam à província do Rio Grande do Sul que em 1872 tinha 28 cidades em seu território. Após alguns anos, tornou-se Estado da Federação com a promulgação da primeira Constituição Federal da República em 1891.

Corumbá pertencia à província do Matto Grosso, que na época era formada por 9 cidades e posteriormente tornou-se Estado da Federação. Em 11 de novembro de 1977 o território do Mato Grosso foi dividido em duas partes, originando o estado do Mato Grosso do Sul, no qual está localizado, atualmente, o município de Corumbá.

A população dos municípios fronteiriços do Rio Grande do Sul era de 54.591 habitantes (12,55% da população total da província) e Corumbá representava 5,56% da população total do Matto Grosso. A ordem de maior importância em relação à população dos municípios selecionados é São Borja, Jaguarão, Sant'Ana do Livramento, Itaqui, Uruguaiana e Corumbá.

Nos municípios fronteiriços a escravidão atingia ainda 14% do total da população. No total eram 8.537 escravos, sendo 4,5% homens e 3,5% mulheres. O município com maior população escrava era Jaguarão, com 3.248 escravos, o que representava 23% da população total, seguido de Sant'Ana do Livramento (19%) e São Borja (7,69%).

A distribuição da população livre e da população escrava das cidades selecionadas pode ser visualizada na tabela 7. As cidades selecionadas do Rio Grande do Sul representavam 12% do total de escravos na província do Rio Grande do Sul. E Corumbá abrigava 4% do total de escravos da província do Matto Grosso.

Tabela 7 - Distribuição da população em municípios selecionados

Municípios	*População Livre*	*População Escrava*	*Total*	*Nascidos no Brasil*	*Estrangeiros*	*Total*
Corumbá	3.086	275	3361	2697	664	3361
Itaqui	7.697	864	8561	7795	766	8561
Jaguarão	10.514	3248	13762	11454	2308	13762
São Borja	13.686	1141	14827	14076	751	14827
Santana do Livramento	8.063	2012	10075	9464	611	10075
Uruguaiana	6.369	997	7366	6511	855	7366
Total	**49.415**	**8537**	**57952**	**51997**	**5955**	**57952**

Fonte: CEDEPLAR (2014).

Por outro lado, a população livre nas cidades selecionadas era de 49.415 habitantes (85% da população total), composta de 52,66% de homens e 47,33% de mulheres. A maior população de homens livres era em São Borja (situada na fronteira com a Argentina), seguida por Jaguarão e Sant'Ana do Livramento (localizada na fronteira com o Uruguai).

Outro fator que interferiu na dinâmica demográfica foi a chegada de migrantes europeus, atraídos pela oferta de emprego nas lavouras de café. As nacionalidades dos imigrantes nas províncias fronteiriças, por

ordem de importância, eram: alemã, portuguesa, africana, oriental, paraguaia, italiana, argentina, francesa, espanhola e inglesa.

A província fronteiriça que mais recebeu imigrantes foi a do Rio Grande do Sul, principalmente das nacionalidades alemã, portuguesa e oriental. A cidade selecionada que recebeu a maior quantidade de estrangeiros foi Jaguarão, seguida de Uruguaiana e Itaqui.

A maior taxa de imigração foi em Corumbá com 19,75%, seguida por Jaguarão, 16,77%, e Uruguaiana, 11,60%. Em Sant'Ana do Livramento, Uruguaiana e Jaguarão a nacionalidade mais presente era oriental. Em São Borja e Corumbá foi paraguaia, em Itaqui foi argentina.

A partir da proclamação da República do Brasil em 1889, o censo tornou-se uma ferramenta importante para as questões eleitorais inerentes à nova realidade, além de ser útil para visualizar a distribuição demográfica no território brasileiro.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO FRONTEIRIÇA (1900–2010)

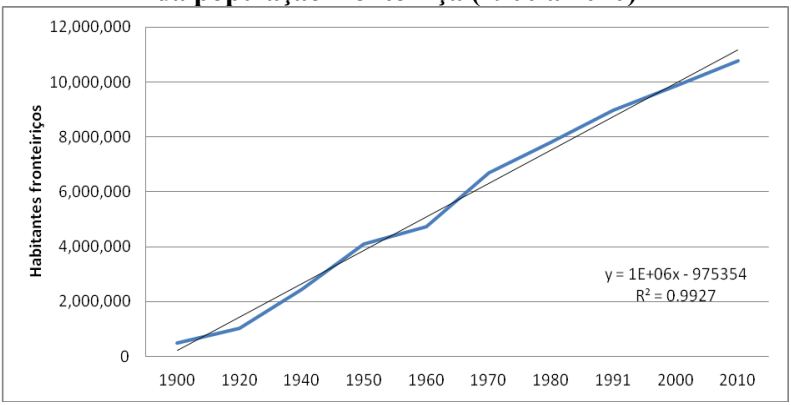
O crescimento populacional na faixa de fronteira entre 1900 e 2010 foi ascendente. Como cita Pumain (1997), independentemente do nível de desenvolvimento do país, as cidades sempre têm uma tendência de crescer em termos de população urbana.

De acordo com o último censo em 2010, os municípios da faixa de fronteira têm aproximadamente 11 milhões de habitantes, o que representa apenas 5.65% da população total brasileira distribuída em 27% do território nacional.

Assim, o conjunto dos municípios fronteiriços apresenta uma característica desproporcional porque, em comparação com o restante do país, tem baixa concentração populacional, com a população distribuída em um vasto território. Por outro lado, em 110 anos (entre 1900 e 2010) a população fronteiriça aumentou 21 vezes. O gráfico 8 indica a curva de crescimento populacional da população fronteiriça entre 1900 e 2010.

A segunda característica é que a concentração da população fronteiriça não é homogênea, está mais concentrada no Arco Sul, se comparado aos demais. Consequentemente, no Arco Sul também está a maior quantidade de municípios, conforme discutido neste capítulo.

Gráfico 8 - Curva do crescimento da população fronteiriça (1900 a 2010)

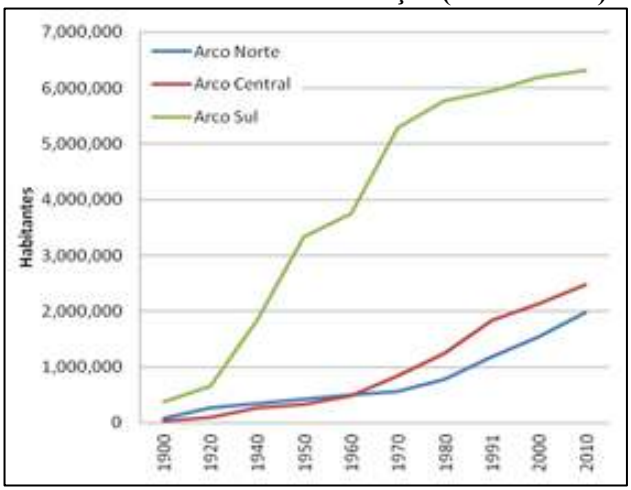


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

De uma forma geral, nos municípios fronteiriços o período de menor crescimento, em termos absolutos, foi entre 1900 e 1920 e o período de maior crescimento populacional foi entre 1960 e 1970. No Arco Sul o crescimento foi acelerado a partir de 1920, associado à política de ocupação conhecida como "marcha a oeste", durante o governo de Getúlio Vargas.

Nos Arcos Central e Norte, a partir de 1970 houve um incremento populacional. A população do Arco Central foi menor em relação à do Arco Norte até a década de 1960, depois, com a expansão da agricultura nos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, passou a ser maior que a do Arco Norte (gráfico 9).

Gráfico 9 - Evolução populacional fronteiriça distribuída em arcos fronteiriços (1900 a 2010)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

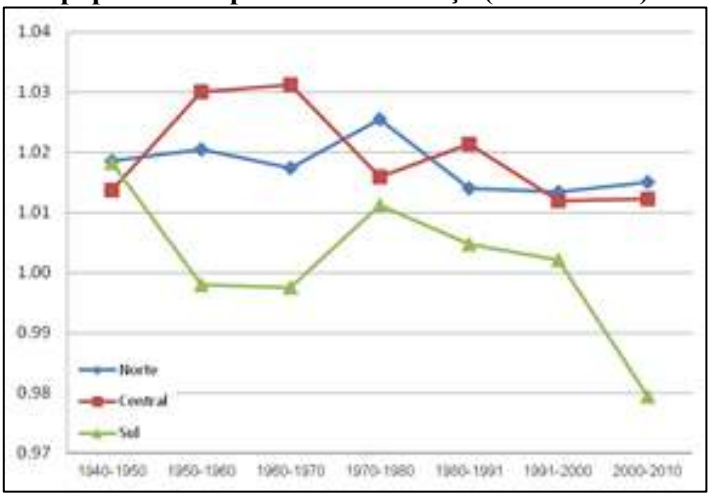
A maior taxa de crescimento médio no Arco Norte foi entre 1970 e 1980, com taxas de 1.025%. Este crescimento pode estar relacionado aos incentivos governamentais para promover o desenvolvimento econômico da região norte. No Arco Central e no Arco Sul a maior taxa de crescimento foi entre 1940 e 1950, com taxas de 1.031% e 1,01%, respectivamente. Desde 1950 a taxa de crescimento no Arco Norte vem diminuindo a cada censo. As taxas médias de crescimento populacional por arco fronteiriço e por período entre censos podem ser visualizadas no gráfico 10.

Comparativamente, a taxa média de crescimento anual da população brasileira entre os censos de 2000 e de 2010 é de 1,17%. A taxa média de crescimento dos municípios fronteiriços atual é de 1%, sendo que no Arco Sul é de 0,97% e nos Arcos Norte e Central é de 1,01%, ou seja, são menores que a taxa média nacional.

A evolução populacional dos municípios fronteiriços entre 1900 e 2010, distribuída em arcos fronteiriços, pode ser visualizada no gráfico 9.

Observa-se que o Arco Sul teve um crescimento populacional mais expressivo em relação aos outros dois arcos desde 1900 a 2010. É o mais populoso, com mais de 6 milhões de habitantes, o que representa 58,66% da população fronteiriça total atual. O Arco Norte tem uma população de aproximadamente 2 milhões, ou seja, 18,29% da população da fronteira e, por fim, o Arco Central com quase 2,5 milhões de habitantes, o que significa que detém 23,05%.

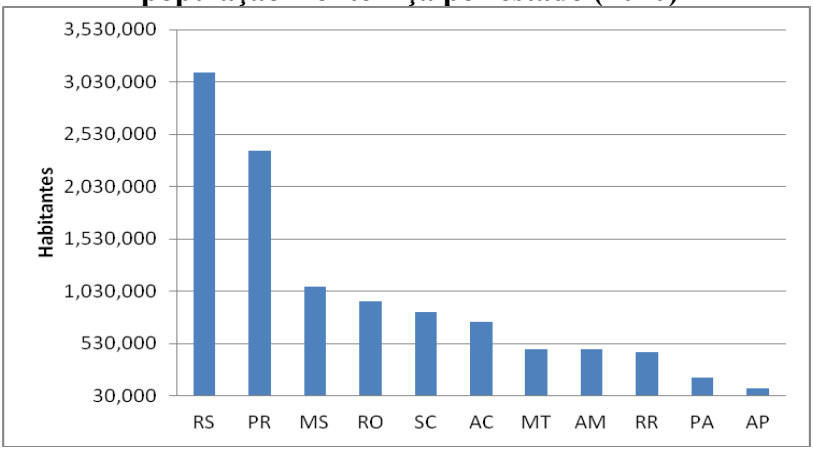
Gráfico 10 - Taxas médias de crescimento populacional por arco fronteiriço (1940 a 2010)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

Em relação à distribuição espacial da população fronteiriça, observa-se que a maior parte da população está localizada no estado do Rio Grande do Sul, o que se explica porque grande parte do território rio-grandense está inserido dentro da faixa de fronteira e tem fronteira com dois países: Uruguai e Argentina. O segundo maior estado em termos de população é o Paraná e o terceiro é o Mato Grosso do Sul, conforme o censo demográfico de 2010. O gráfico 11 mostra a distribuição da população fronteiriça segundo os estados.

Gráfico 11 - Distribuição da população fronteiriça por estado (2010)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

Em relação à taxa de urbanização, na década de 1970 era de 24%. Hoje a taxa de urbanização é de 75%, ou seja, ela triplicou entre 1970 e 2010. Comparativamente, a taxa de urbanização nacional em 1970 era de 55,92% e hoje é de 84,36%. A taxa de urbanização em 2010 segundo os arcos fronteiriços pode ser visualizada na tabela 8.

Tabela 8 - Taxa de urbanização segundo arcos fronteiriços (2010)

Arcos	*Taxa de urbanização*
Arco Norte	68%
Arco Central	78%
Arco Sul	77%

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

A taxa de urbanização na faixa de fronteira tem diferenças urbanas entre os arcos. A maior taxa de urbanização é no Arco Central, seguido

pelo Arco Sul e pelo Arco Norte. Por conseguinte, o fenômeno da urbanização não ocorre de forma homogênea e generalizada na faixa de fronteira.

HIERARQUIA URBANA DAS CIDADES FRONTEIRIÇAS

A noção de hierarquia está relacionada à análise das desigualdades de pesos e dimensões entre os objetos geográficos, em uma teoria em que as relações se explicam a partir de interações entre eles. As diferenças de tamanho desses objetos têm frequência de aparição bem desigual.

A forma estatística mais frequente da distribuição é de uma pirâmide, em que a base é muito numerosa com pequenos objetos, tem um número médio de objetos médios e um número bem restrito de grandes tamanhos.

É necessário sublinhar que o nível de hierarquia, em geografia, não significa uma hierarquia de poder, política ou administrativa. As relações hierárquicas podem existir frequentemente e ter formação de desigualdades de pesos entre os objetos (SAINT JULIEN; PUMAIN, 2010).

A constatação de desigualdades de tamanho e de pesos incita a pesquisar se elas acampanham outras diferenças mais quantitativas, que são frequentemente reveladoras da existência de vários níveis de complexidade entre os sistemas (SAINT JULIEN; PUMAIN, 2010).

O tamanho das cidades é produto de um processo de longo prazo de acumulação local. O número de cidades segue uma progressão geométrica inversa ao seu tamanho, descrita por uma lei *rang taille (rank-size rule)*, em que as cidades são organizadas por ordem decrescente de tamanho descrita pela equação log P = K-q log R, onde P representa a população de uma cidade, R o seu tamanho na hierarquia urbana e K é uma constante.

Zipf[13] formulou o modelo de Pareto sob a forma da equação acima, a qual a população P de uma cidade i é ordenada pelo tamanho decrescente, em função da sua posição em um conjunto nacional ou regional de cidades (SAINT JULIEN; PUMAIN, 2010). A distribuição do tamanho das cidades acompanha também uma certa regularidade de sua disposição no espaço geográfico (PUMAIN, 1997), pois a distribuição das cidades não é desordenada.

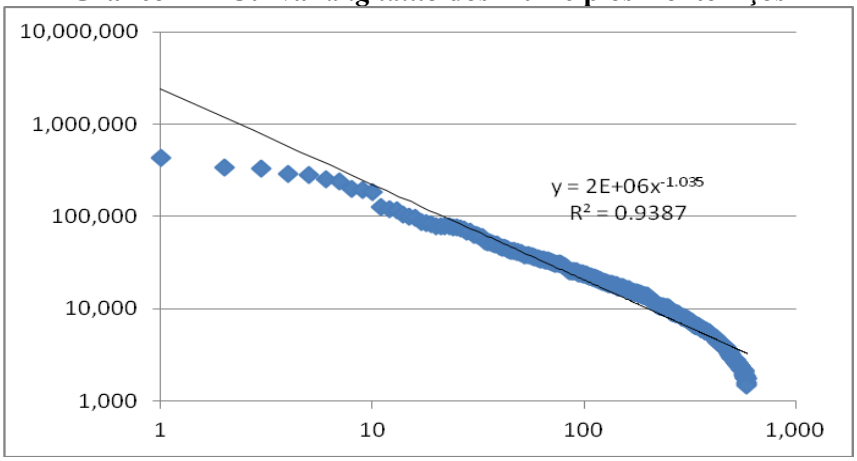
No caso dos municípios fronteiriços, aplicando a lei *rang taille*, os primeiros lugares no *ranking* por ordem de importância são ocupados por Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Pelotas (RS), Cascavel (PR), Boa Vista (RR) e Foz do Iguaçu (PR), municípios com mais de 200 mil habitantes. Desta forma, observa-se que entre os municípios mais populosos têm-se representantes dos três arcos fronteiriços, entretanto, não são numerosos.

O Gráfico 12 representa a curva de *rang taille* que aponta poucas cidades grandes na faixa de fronteira. E as cidades maiores não são grandes o suficiente para estar na curva de tendência, justificada pela baixa demografia em relação a outras regiões. A curva de tendência mostra que a quantidade de municípios pequenos segue essa curva, sendo a base "piramidal" da hierarquia urbana na fronteira. O principal resultado da curva *rang-taille* mostra é que os municípios fronteiriços não formam uma rede urbana a parte.

Sob a análise dos três arcos em conjunto, no *ranking* das 10 primeiras posições hierárquicas predominam (6 posições das 10) os municípios do Arco Sul, pois a população está concentrada nessa região. É importante frisar que a primeira posição é ocupada por Porto Velho (RO), assim, considerando toda a faixa de fronteira, o município com maior população está localizado no estado de Rondônia. O próximo município, em termos de população, do estado de Rondônia é Vilhena localizado na 25ª posição.

[13] G. K. Zipt foi o primeiro a estudar sistematicamente a distribuição do tamanho das cidades em vários países e diferentes épocas ((SAINT JULIEN; PUMAIN, 2001).

Gráfico 12 - Curva *rang taille* dos municípios fronteiriços



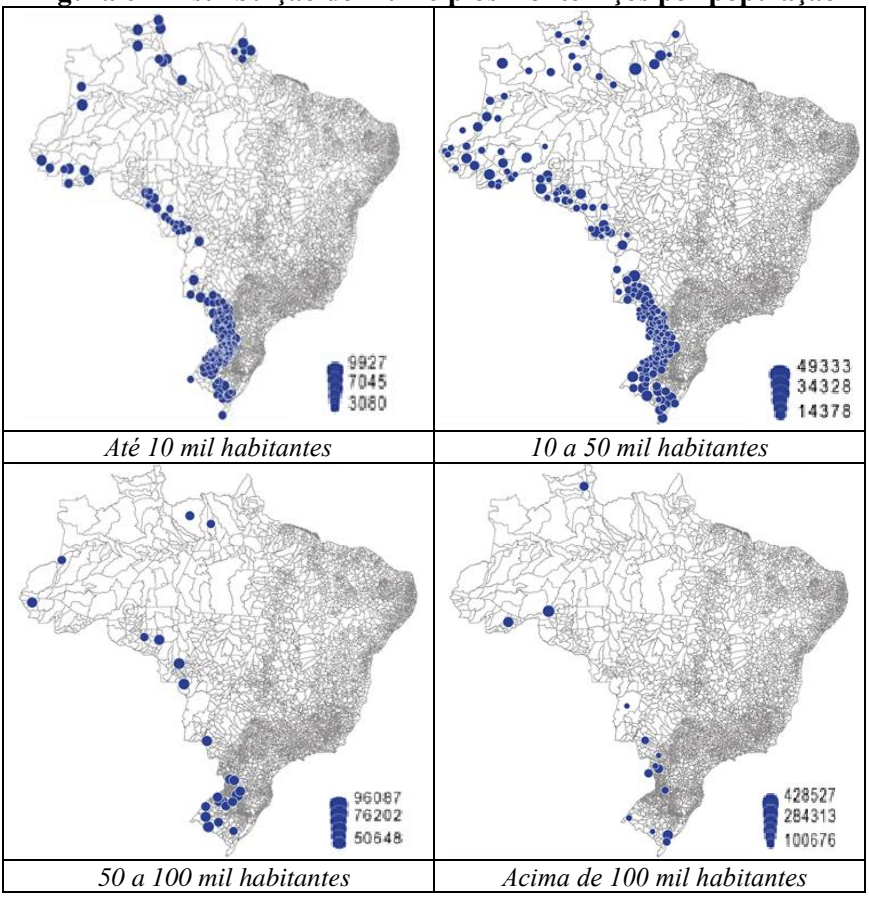
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

Os municípios com população entre 100 mil e 200 mil são: Rio Grande (RS), Dourados (MS), Chapecó (SC), Uruguaiana (RS), Toledo (PR), Bagé (RS) e Corumbá (MS). Segmentando por arco, encontra-se no Arco Sul a lista das cidades com mais de 100 mil habitantes em 2010, em ordem decrescente: Pelotas, Cascavel, Foz do Iguaçu, Rio Grande, Chapecó, Uruguaiana, Toledo, Bagé e Umuarama. No Arco Central temos Porto Velho, Dourados e Corumbá e no Arco Norte, Rio Branco e Boa Vista, que são capitais estaduais. As demais cidades acima de 100 mil habitantes estão classificadas pelo IBGE como capital regional ou sub-regional. Situação semelhante ocorre no Arco Norte, a maior população é do município de Rio Branco, município mais importante do arco em termos demográficos.

De acordo com a distribuição populacional por tamanho das cidades, 57% das localizadas na faixa de fronteira são municípios de até 10 mil habitantes, 36% entre 10 e 50 mil habitantes, 3% entre 50 e 100 mil habitantes e apenas 2% têm uma população acima de 100 mil habitantes. A figura 6 mostra de modo comparativo a localização dos municípios fronteiriços de acordo com o tamanho da população. A distribuição por

arco fronteiriço mostra que os Arcos Norte e Central concentram municípios de 10 a 50 mil habitantes e o Arco Sul concentra as cidades com até 10 mil habitantes.

Figura 6 - Distribuição de municípios fronteiriços por população



Até 10 mil habitantes	*10 a 50 mil habitantes*
50 a 100 mil habitantes	*Acima de 100 mil habitantes*

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE.

O Arco Norte, o menos populoso dos 3, apresenta uma população total de 1,9 milhões de pessoas, sendo 68% dela localizados em cidades.

Em relação à hierarquia urbana, tem-se Rio Branco como a mais populosa, exercendo funções administrativas centrais por ser a capital do estado do Acre, seguida de Boa Vista, capital do estado de Roraima e Cruzeiro do Sul, que não é capital, mas exerce atração populacional razoável em relação as outras cidades fronteiriças do Arco Norte, embora na comparação com a população de Boa Vista (RR), Cruzeiro do Sul (AC) seja 3,6 vezes menor. Seguindo a ordem decrescente de importância na hierarquia demográfica tem-se: Oriximiná (PA), Alenquer (PA), Tabatinga (AM), Óbidos (PA), Laranjal (AP), Sena Madureira (AP) e São Gabriel da Cachoeira (AM).

Sob a ótica da análise estadual, observa-se que o estado que abriga as maiores cidades fronteiriças do Arco Norte é o Acre, o que em parte é justificado porque todo o território acreano está localizado na faixa de fronteira. É curioso que o estado do Pará, apesar de ter poucos municípios fronteiriços, apresenta um aspecto demográfico interessante: Oriximiná ocupa a quarta posição no *ranking* da hierarquia no Arco Norte e o estado ocupa a sétima posição com Óbidos. É o estado com a menor quantidade de municípios fronteiros, localizados próximos à fronteira com o Suriname.

O gradiente populacional varia entre 3,7 mil habitantes e 163 mil habitantes, explicado pelas funções exercidas em cada município. A menor população municipal fronteiriça do Arco Norte está em Pracuúba (AP), com 3,793 habitantes e a fronteira mais próxima é com a Guiana Francesa. A taxa de urbanização desse município é de 49%, ou seja, a população rural é maior do que a população urbana.

O Arco Central apresenta uma população de aproximadamente 2,4 milhões, um pouco mais populoso que o Arco Norte, sendo que a taxa de urbanização é maior, com 78% da população vivendo nas cidades. Em relação à hierarquia demográfica aplicada somente do Arco Central, encontra-se em primeiro lugar o município de Porto Velho, também capital de estado, seguido de Dourados, com função de capital regional, e Corumbá (MS), que em termos comparativos tem ¼ da população de Porto Velho. Seguindo a hierarquia, tem-se Cáceres (MT), Tangará da Serra (MT), Ponta Porã (MS), Vilhena (RO), Rolim de Moura (RO), Naviraí (MS) e Aquidauana (MS). Entre Porto Velho (RO) e Dourados (MS) a

população de Dourados é 2,2 menor do que Porto Velho. Entre as 10 primeiras posições, 5 municípios são do Mato Grosso.

Porto Velho e Corumbá estão localizados próximos à fronteira da Bolívia e Dourados, próximo à fronteira com o Paraguai. A população varia entre 428,527 habitantes em Porto Velho (RO) e 2,315 habitantes em Pimenteiras do Oeste (RO), localizado na fronteira com a Bolívia.

O Arco Sul, o mais populoso dos 3, apresenta uma população total de 6,3 milhões de pessoas, sendo responsável por 59% da população fronteiriça, ou seja, mais da metade da população fronteiriça habita no Arco Sul. Apesar disso, a taxa de urbanização é de 77%, não sendo sensivelmente diferente do Arco Central, que tem uma taxa de 78%, porém diferencia-se do Arco Norte, que apresenta uma taxa de urbanização de 68%.

Em relação à hierarquia demográfica, tem-se o município de Pelotas (RS), com 328 mil habitantes, seguido de Cascavel (PR), com 286 mil habitantes e Foz do Iguaçu, com 256 mil habitantes. Seguindo a ordem decrescente de importância na hierarquia demográfica tem-se: Rio Grande (RS), Chapecó (SC), Uruguaiana (RS), Toledo (PR), Bagé (RS), Umuarama (PR) e Erechim (RS).

Sob a ótica da análise estadual, a única cidade de Santa Catarina entre os 10 primeiros lugares da hierarquia demográfica é Chapecó, o que em parte se justifica porque o Rio Grande do Sul e o Paraná têm uma quantidade maior de municípios fronteiriços em comparação com Santa Catarina. A segunda maior população fronteiriça catarinense é de Concórdia, com 68 mil habitantes, na décima oitava posição entre as cidades do Arco Sul.

O gradiente populacional do Arco Sul varia entre 328 mil habitantes e 1,4 mil habitantes, explicado pelas funções exercidas em cada município. A menor população municipal fronteiriça do Arco Sul é a de São Tiago do Sul, com 1,465 habitantes e a fronteira mais próxima é com a Argentina. A taxa de urbanização desse município é de 44% e a população rural é maior que a população urbana; além disso, é o menor município entre os arcos.

A hierarquia urbana muda de acordo com o tempo. Comparando os censos 2000 e 2010, observa-se que entre os 10 primeiros lugares no *ranking* por ordem de importância, a primeira, sétima, oitava, nona e décima posições continuam sendo ocupadas pelas mesmas cidades nos dois censos consecutivos: Porto Velho, Rio Grande, Dourados e Chapecó.

As cidades que perderam posição foram Pelotas e Foz do Iguaçu. Em 2000 ocupavam a segunda e a terceira posição, respectivamente, e em 2010 passaram para terceira (Pelotas) e sexta (Foz do Iguaçu). No sentido inverso, tem-se Rio Branco, que foi da quarta para a segunda posição, Cascavel, que migrou da quinta para a quarta posição, e Boa Vista, de sexta para quinta posição no *ranking*.

CAPÍTULO 5

Comércio Exterior dos municípios fronteiriços

COMÉRCIO EXTERIOR DOS MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS

A relação entre o comércio exterior e os municípios fronteiriços demonstra que as interações espaciais da fronteira podem ser compreendidas em diversas escalas, pois estão inseridas em uma ampla e complexa rede comercial ligada através dos fluxos emitidos por cada município.

Neste sentido, este capítulo tem como objetivo demonstrar a intensificação dos fluxos de comércio exterior nos municípios fronteiriços após a abertura econômica do país e a construção de blocos econômicos mostrando os principais resultados da mudança de paradigma para desenvolvimento.

As relações econômicas em diferentes escalas (local, nacional e internacional) indica a mudança do espírito do tempo, onde até pouco anos atrás a fronteira tinha características geopolíticas mais fechadas e que os dados desse capítulo mostram que o paradigma de desenvolvimento (sob o viés econômico) está presente em vários municípios brasileiros.

A análise estatística municipal compreende o período de 1999 a 2013, embora a integração dos blocos econômicos tenha ocorrido antes deste ano, mas, infelizmente, os dados por municípios só estão disponíveis a partir de então. O capítulo descreve o jogo de escala que existe na fronteira, inicia pelos fluxos gerados na escala nacional e parte para a análise por arco fronteiriço, e posteriormente municipal, destacando a evolução dos fluxos comerciais e os principais parceiros comerciais.

FLUXOS DO COMÉRCIO EXTERIOR GERADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

A relação entre o comércio exterior e o território nacional torna-se explícita quando se estudam regiões de fronteira porque as interações espaciais na fronteira podem ser compreendidas em diversas escalas (local, nacional e internacional), em um amplo e complexo conjunto de

fluxos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico.

Analisando-se os fluxos de exportação dos municípios fronteiriços é nítido o fluxo de mercadorias e o crescimento exponencial deles no recorte temporal. Em 1999 o fluxo de exportação foi de 1,4 milhão de dólares, em 2013 foi de 15 milhões, ou seja, 10 vezes a mais em comparação ao primeiro ano estudado. Analisando em outro período constata-se que entre 1999 a 2006 o fluxo de exportação aumentou 150% e entre 2006 e 2013 aumentou 5 vezes. Entre os anos de melhor desempenho destacam-se 2008 e 2013.

A amplitude dos fluxos de exportação nos indica o maior dinamismo e interação dos municípios fronteiriços na economia local e as ligações com a rede de comércio internacional. Assim, o crescimento dos fluxos de exportação em valor FOB traz um novo dinamismo para a faixa de fronteira.

O aumento do fluxo em valores quantitativos são consequências de vários fatores, porém destaca-se como principais a política cambial adotada e a ampliação das relações comerciais do Brasil. A porcentagem relativa entre a exportação dos municípios fronteiriços sobre a exportação total do Brasil em 1999 era de 3.05%, em 2013 a relação é 6.5%; isto significa que os fluxos de exportação tiveram uma importância maior em 2013 em termos percentuais na escala nacional, isto significa que em 14 anos aumentou a importância relativa dos fluxos tornando-se uma região mais dinâmica e mais interconectada com os outros países.

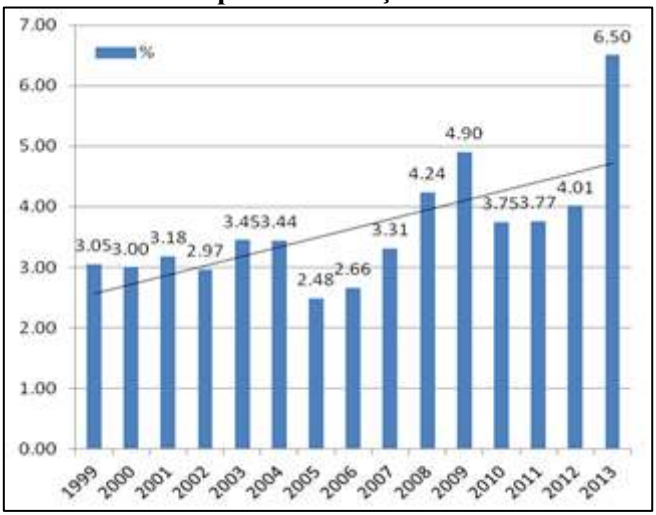
Continuando na linha de argumentação, observa-se que a faixa de fronteira teve uma importância relativa do fluxo gerado na faixa de fronteira em relação ao fluxo de exportação total do Brasil entre 1999 e 2013 pode ser visualizada no gráfico 13.

A porcentagem relativa entre a exportação dos municípios fronteiriços sobre a exportação total do Brasil em 1999 era de 3.05%, em 2013 a relação é 6.5%; isto significa que os fluxos de exportação gerados no municípios fronteiriços aumentaram proporcionalmente mais que o volume gerado inicialmente em 1999, ou seja, tem aumento o volume de

exportação na fronteira mais que na escala nacional em termos proporcionais.

Outro dado relevante é que o durante o período da crise mundial de 2008, o volume de exportação proporcional dos municípios fronteiriços foi maior nesse período, isso significa que o impacto da crise foi maior na escala nacional do que na escala regional. Em 2005 a porcentagem relativa foi de 2.48, a menor alcançada no período analisado.

Gráfico 13 - Relação das exportações de municípios fronteiriços e do Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC/SECEX.

A quantidade de países para os quais os municípios fronteiriços exportaram no período analisado pode ser observada na Tabela 09. Observa-se que a quantidade não teve variações e a média é de 160 países em vários continentes: Europa, América, África, Ásia e Oceania.

Não é possível saber apenas com esse dado quais foram os motivos de abertura, manutenção ou perda desses fluxos comerciais

gerados porque isso depende de uma série de fatores, tais como conhecimento do mercado consumidor, capacidade de adaptação das empresas brasileiras, necessidade comercial do cliente, questões cambiais, questões de inteligência comercial, porém, é possível dizer que os fluxos de exportação são multidirecionais em todos os anos analisados.

Tabela 9 – Número de países para os quais os municípios da faixa de fronteira exportam (1999 a 2013)

Ano	Quantidade de países
1999	161
2000	124
2001	121
2002	153
2003	153
2004	170
2005	172
2006	172
2007	182
2008	178
2009	175
2010	175
2011	175
2012	171
2013	170

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Analisando-se os fluxos de exportação por país, tem-se por ordem de importância, segundo o valor FOB-US$, em 1999 os principais parceiros comerciais dos municípios fronteiriços foram Paraguai (19,74%), Argentina (13,10%), Espanha (10,88%) e Estados Unidos (10,79%) que, em conjunto, representam 54,51% do total gerado. Os

fluxos foram direcionados à 161 países, porém, mais da metade do fluxo em valor quantitativo concentra-se apenas em 4 países, sendo 32,84% foi direcionado para países vizinhos e membros do MERCOSUL.

Em 2006, os principais parceiros comerciais dos municípios fronteiriços foram China (16,17%), Estados Unidos (16,59%), Irã (11,90%) e Rússia (10,85%), em conjunto soma-se 1,2 bilhão de dólares. O fluxo de exportação foi gerado para 172 países, sendo que os países do Cone Sul perdem relativa importância em relação ao ano de 1999. O fluxo gerado para os países da América do Sul neste ano foi de 611 milhões de dólares.

Em 2013, os principais parceiros comerciais dos municípios fronteiriços foram Panamá (27,04%), China (23,36%) e Países Baixos (23.01%) e, ainda, Hong Kong (4,86%), em conjunto representam 8,2 bilhões de dólares do total gerado.

O fluxo de exportação foi gerado para 170 países, sendo que os fluxos gerados para os países da América do Sul neste ano foram de 1,4 bilhão de dólares. Portanto, dos três anos analisados observa-se que houve ampliação do fluxo de exportação, ou seja, pode-se dizer que houve um dinamismo econômico em alguns municípios fronteiriços em consequência da inserção deles no circuito do comércio internacional.

A proximidade geográfica e os acordos tarifários podem ser relevantes na análise do resultado. Entre países da América do Sul, por ordem de importância do fluxo total, o Paraguai e a Argentina revezaram-se na liderança como principal parceiro comercial entre 1999 e 2013. De 1999 a 2002, 2006 a 2008, 2011 a 2013 o Paraguai foi o líder no *ranking* por fluxo de exportação.

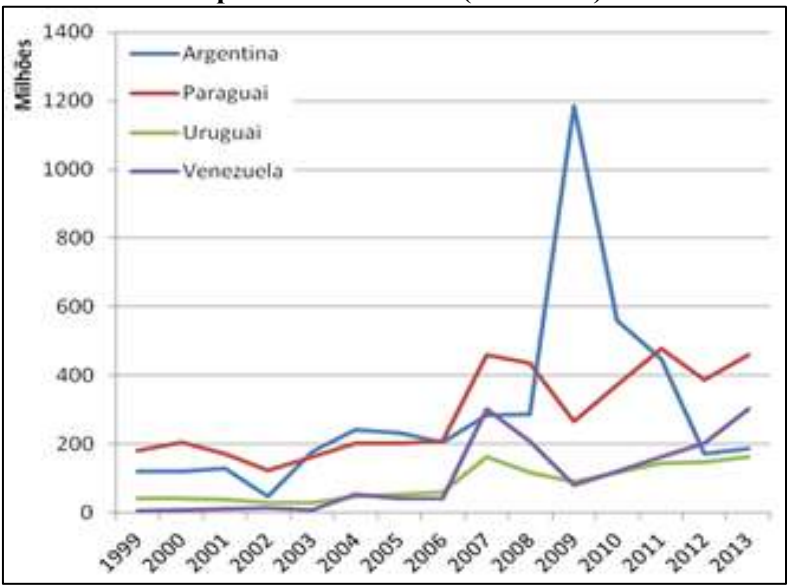
A Argentina foi líder de 2003 a 2005 e de 2009 a 2010. As exportações dos municípios fronteiriços para os Estados-partes do MERCOSUL podem ser visualizadas no gráfico 14, com crescimento ascendente entre 2002 e 2007, depois houve uma queda, na crise de 2008, retomado o crescimento a partir de 2009.

A proximidade geográfica e os acordos tarifários são relevantes na análise do resultado, observa-se que há influência da condução da Política

Externa que em alguns anos interfere mais do que a proximidade geográfica.

Entre países do Cone Sul, por ordem de importância do fluxo total, o Paraguai e a Argentina revezaram-se na liderança como principal parceiro comercial entre 1999 e 2013, porém os fluxos para o Cone Sul vêm perdendo importância relativa.

Gráfico 14 - Principais parceiros dos países do Mercosul (FOB-US$)

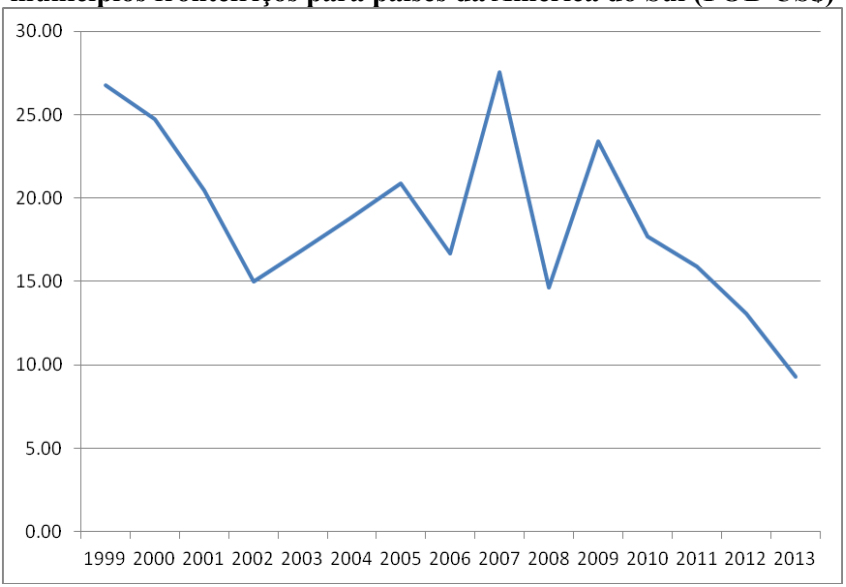


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC/SECEX.

Entre 1999 e 2006 o fluxo de exportação para os países da América do Sul aumentou em 55% do valor total. A análise do fluxo de exportação entre 1999 e 2006 indica que a maior taxa de crescimento de exportação dos municípios fronteiriços para os países na América do Sul foi do Peru, da Colômbia e do Chile. Entre 2006 e 2013, o fluxo de exportação para os países da América do Sul cresceu 139%.

Apesar de o fluxo de exportação dos municípios fronteiriços para a América do Sul ter aumentado entre 2006 e 2013, o grau de importância relativa da América do Sul vem diminuindo, conforme o Gráfico 15, desde 2009.

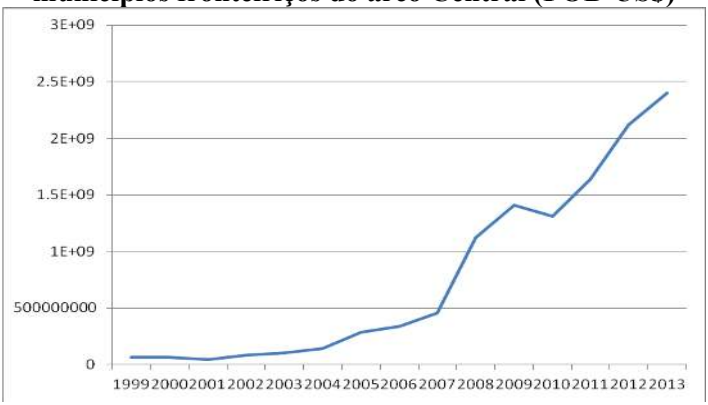
Gráfico 15 - Participação relativa das exportações de municípios fronteiriços para países da América do Sul (FOB-US$)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Em uma escala regional, as exportações do Arco Central têm um comportamento ascendente desde 1999. Em 1999, seus municípios exportaram aproximadamente 64 milhões de dólares, em 2013 exportaram aproximadamente 2,5 bilhões. Houve uma queda entre 2009 e 2010, provavelmente derivada da crise mundial (gráfico 16).

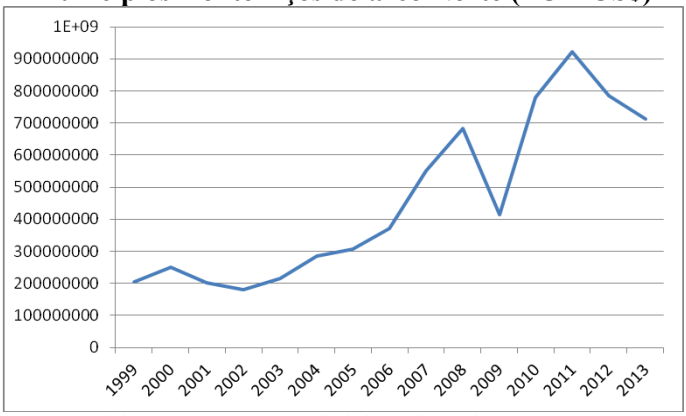
Gráfico 16 - Exportação total dos municípios fronteiriços do arco Central (FOB-US$)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

No Arco Norte as exportações são ascendentes de 1999 a 2008. Em 1999 a exportação foi de 205 milhões de dólares e em 2008 foi de 684 milhões. Em 2009 houve uma queda de 44%, caindo para 412 milhões. Entre 2009 e 2012 voltou a crescer, atingindo 921 milhões em 2009, voltando a cair a partir de 2010 (gráfico 17).

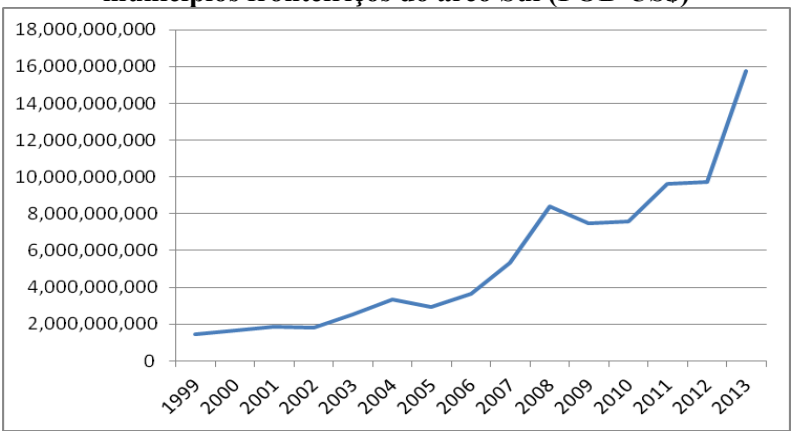
Gráfico 17 - Exportação total dos municípios fronteiriços do arco Norte (FOB-US$)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

O Arco Sul, o mais dinâmico, que detêm o maior fluxo de exportação, em 1999 exportou 1.1 bilhão de dólares. Em comparação, no mesmo ano, é praticamente a soma das exportações do Arco Norte e do Arco Central. Em 2013, o Arco Sul exportou 12,6 bilhões de dólares (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Exportação total dos municípios fronteiriços do arco Sul (FOB-US$)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

O Arco Sul é certamente o mais dinâmico comercialmente, nele estão localizadas a maioria das empresas exportadoras, a maioria da população e a maioria das cidades fronteiriças. O Arco Sul teve uma relativa queda de exportação entre 2008 e 2009, provavelmente relacionada à crise mundial. Entre 2012 e 2013 houve uma taxa de crescimento de 84%.

Em 1999, os principais parceiros comerciais do Arco Central foram à Bolívia, com 16,9 milhões, seguida da Argentina, com 6,2 milhões de dólares e Alemanha, com 6,1 milhões. Os principais parceiros da América do Sul foram: Bolívia (16,9 milhões), Argentina (6,2 milhões) e

Uruguai (365 mil). A exportação do Arco Central representou apenas 5,40% do total de exportação dos municípios fronteiriços e entre os países da América do Sul a representação foi de 6,02% do total.

No Arco Norte os principais parceiros comerciais são: Canadá, com 46,6 milhões, Bélgica, com 3,4 milhões e Estados Unidos, com 2,5 milhões. No total, o Arco Norte exportou 187 milhões. Entre os países do Cone Sul, os principais parceiros comerciais foram Venezuela (2,3 milhões), Bolívia (799 mil) e Argentina (364 mil). No total do Arco Norte os países do Cone Sul representam 0,88% como destino de exportação com corrente de 3,4 bilhões.

No Arco Sul os principais parceiros na América do Sul foram: Argentina, com 53,9 milhões, Paraguai, com 182,5 milhões e Espanha, com 92 milhões. No total, o fluxo de exportação do Arco Sul foi de 829 milhões, o que representa 77,16% do total gerado nos municípios. Entre os parceiros do Cone Sul, por ordem de importância estão Paraguai, Argentina e Uruguai (42,6 milhões). O total do fluxo para os países do Cone Sul é de 363 bilhões, representando 93.09% do total.

Em 2006, no Arco Central os principais parceiros comerciais foram a China, com 285 milhões, os Estados Unidos, com 45,7 milhões e a Itália, com 41,7 milhões. No total foram 239 bilhões da corrente de exportação, com o Arco Central representando 10,19% do total de exportação. Somente os países do Cone Sul foram a Argentina, com 5,3 milhões, a Bolívia, com 13,22 milhões e a Venezuela, com 1,9 milhão.

No Arco Norte os principais parceiros foram os Estados Unidos, com 128 milhões, Bélgica, com 56,9 milhões e Itália, com 40,9 milhões. No total foram 341 milhões do fluxo de exportação total, o que representa 14,54% de origem no Arco Norte. Seus principais parceiros comerciais do Cone Sul foram a Bolívia, com 9,9 milhões, a Venezuela, com 8,5 milhões e o Peru, com 234 mil.

No Arco Sul os principais parceiros foram a Argentina, com 200 milhões, a China, com 302 milhões e o Irã, com 253,7 milhões. O fluxo total foi de 1,7 bilhão e isto representa 75,27% do fluxo total de exportação. Entre os países do Cone Sul, o Paraguai, com 209 milhões, a

Argentina, com 200 milhões e o Uruguai, com 59 milhões. Estimativa total de 570 milhões para o Cone Sul.

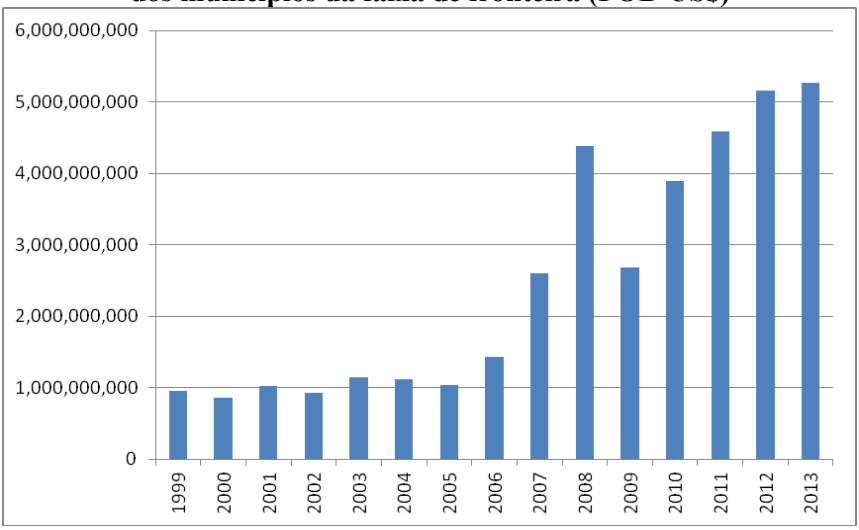
Em 2013, os principais parceiros comerciais do Arco Central foram: Venezuela, com 244,5 milhões, Hong Kong, com 207 milhões e Suíça, com 181 milhões. O total da corrente de exportação foi de aproximadamente 1,4 bilhão, que representa 14,34% do total do fluxo de exportação da faixa de fronteira. Entre os países do Cone Sul os principais parceiros foram: Bolívia, com 75,4 milhões, Venezuela, com 244 milhões e Colômbia, com 45,5 milhões, num total de 378 milhões dos países do Cone Sul.

No Arco Norte os principais parceiros foram a China, com 126 milhões, a Suíça, com 101 milhões e Hong Kong, com 66 milhões. O Arco Norte representa 5.2% do fluxo total de exportação. O total da corrente de exportação foi de 582 milhões de dólares. Entre os países do Cone Sul os mais representativos foram: Bolívia, com 12,1 milhões, Peru, com 3,2 milhões e Venezuela, com 2,8 milhões no total de 20,2 milhões.

No Arco Sul os principais parceiros comerciais são Panamá, com 2,8 bilhões, Holanda, com 2,2 bilhões e China, com 2,1 bilhões, totalizando 9,3 bilhões de dólares, o que representa 82,54% do fluxo total de exportação dos municípios fronteiriços. Entre os países do Cone Sul estão Paraguai, com 458 milhões, Argentina, com 185 milhões e Uruguai, com 16,2 milhões, totalizando próximo de 1 bilhão de dólares.

No fluxo inverso das mercadorias, os fluxos de importação na faixa de fronteira apresentam tendência de crescimento ascendente, com destaque para o ano de 2008, como pode ser visualizado no Gráfico 8.11. Entre o período de 1999 e 2013 o fluxo de importação cresceu exponencialmente. Entre 1999 e 2006 o fluxo aumentou 49% e entre 2006 e 2013 aumentou 3.5 vezes. O gráfico 19 mostra a evolução do fluxo de importação dos municípios da faixa de fronteira.

Gráfico 19 - Evolução do fluxo de importação dos municípios da faixa de fronteira (FOB-US$)

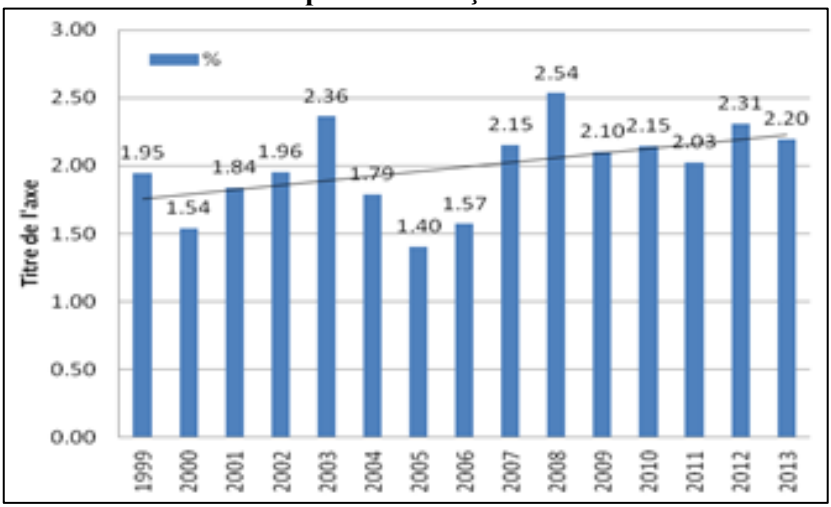


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Por sua vez, o crescimento dos fluxos de importação em valor FOB ocorreu principalmente após 2006. A porcentagem relativa do fluxo gerado na faixa de fronteira em relação ao fluxo de importação total do Brasil entre 1999 e 2013 pode ser observado no Gráfico 20.

A porcentagem relativa entre a importação dos municípios fronteiriços sobre a importação total do Brasil em 1999 era de 1.95%, em 2013 a relação foi de 2.20%, isto significa que os municípios fronteiriços não são os principais municípios importadores do Brasil. A porcentagem relativa de importação é menor se comparada com a porcentagem relativa de exportação.

Gráfico 20 - Relação das importações de municípios fronteiriços e do Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

A quantidade de países dos quais os municípios fronteiriços importaram no período analisado pode ser visualizada na Tabela 10. Observa-se que o número de países inseridos no fluxo de importação é menor em relação ao número inserido nas exportações.

Em 2006, no Arco Central os principais parceiros comerciais foram Israel, com 10 milhões, China, com 8 milhões e Estados Unidos, com 5,4 milhões, totalizando 48 milhões do fluxo de importação. Somente os países do Cone Sul foram a Argentina, com 3,9 milhões, a Bolívia, com 515 mil e o Uruguai, com 75 mil.

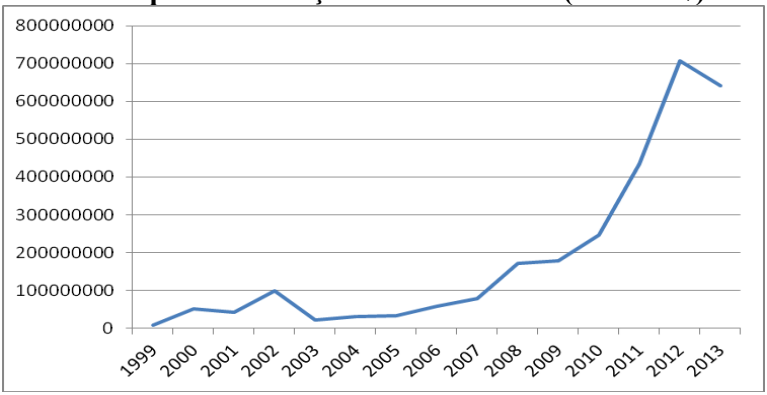
Em 2013, os principais parceiros comerciais do Arco Central foram: China, com 252 milhões, Estados Unidos, com 117 milhões e Coreia do Sul, com 26 milhões, num total de 514 milhões, representando 12,93% do total do fluxo de exportação da faixa de fronteira. Entre os países do Cone Sul os principais parceiros foram: Argentina, com 9,1 milhões, Colômbia, com 9,4 milhões e Chile, com 2,1 milhões. No total foram 23 milhões dos países da América do Sul.

Tabela 10 – Número de países para os quais os municípios da faixa de fronteira exportam (1999 a 2013)

Ano	Quantidade de países
1999	69
2000	50
2001	72
2002	75
2003	75
2004	76
2005	75
2006	84
2007	85
2008	95
2009	94
2010	101
2011	103
2012	105
2013	99

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

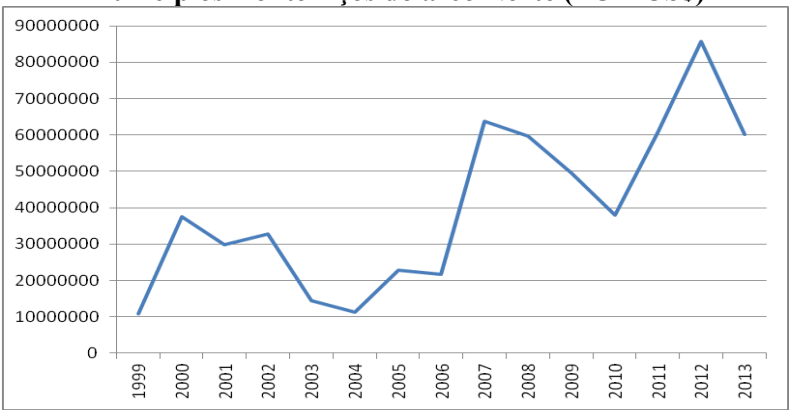
Gráfico 21 - Importação total dos municípios fronteiriços do arco Central (FOB-US$)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

No Arco Norte, em 1999 os principais parceiros comerciais foram Venezuela, com 1,9 milhão, Japão, com 1,4 milhão e Reino Unido, com 1,07 milhão, totalizando 10,5 milhões, o que representa 1,25% do total de importação na faixa de fronteira. Entre os países da América do Sul, os principais parceiros comerciais foram Venezuela (1,9 milhão), Bolívia (13 mil) e Argentina (338 mil). O fluxo dos países do Cone Sul na faixa de fronteira em 1999 foi de 472 milhões de dólares. O gráfico 22 traz a evolução do fluxo de importação no arco norte.

Gráfico 22 - Importação total dos municípios fronteiriços do arco Norte (FOB-US$)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

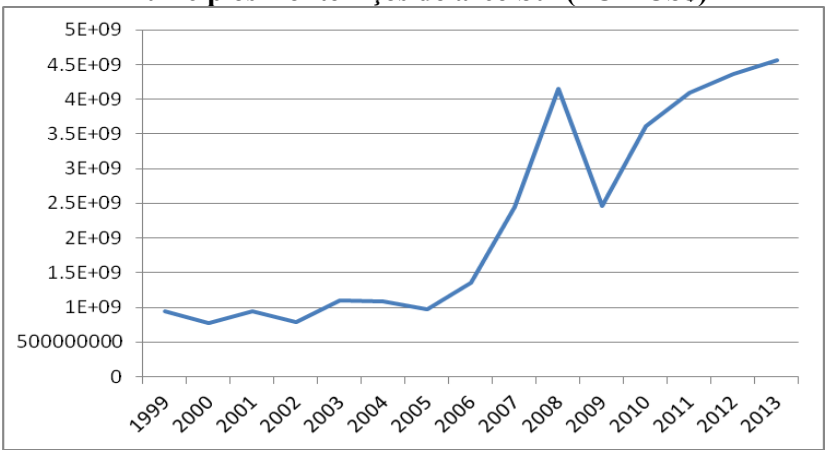
Em 2006, os principais parceiros foram Japão e Alemanha, com 2 milhões e Estados Unidos, com 6 milhões, totalizando 3 milhões de fluxo de importação. Os principais parceiros comerciais da América do Sul foram Venezuela, com 382 milhões, Argentina, com 14,3 milhões e Uruguai, com 636 milhões.

Em 2013, os principais parceiros foram a China, com 16,5 milhões, os Estados Unidos, com 16 milhões e a Alemanha, com 6,8 milhões, totalizando 55 milhões. Entre os países do Cone Sul os mais

representativos foram Venezuela, com 627 mil, Peru, com 189 mil e Chile, com 239 mil, totalizando 1,5 milhão.

Em 1999, no Arco Sul os principais parceiros da América do Sul foram: Argentina, com 356 milhões, Estados Unidos, com 226 milhões e Uruguai, com 56 milhões, totalizando 825 milhões, o que representa 97,95% do fluxo de importação da faixa de fronteira. Entre os parceiros do Cone Sul, por ordem de importância: Argentina, com 356 milhões, Uruguai, com 56 milhões e Paraguai, com 35 milhões. O total do fluxo de importação dos países do Cone Sul foi de 472 milhões. O gráfico 23 traz a evolução do fluxo de importação no arco Sul.

Gráfico 23 - Importação total dos municípios fronteiriços do arco Sul (FOB-US$)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Em 2006, os principais parceiros foram Argentina, com 469 milhões, Paraguai, com 13 milhões e Marrocos, com 106 milhões, totalizando 1 bilhão o fluxo de comércio. Entre os países da América do Sul, Argentina, com 469 milhões, Paraguai, com 113 milhões e Bolívia, com 38 milhões. O fluxo dos países da América do Sul foi de 705 milhões.

Em 2013, entre os principais parceiros comerciais estão a Argentina, com 1 bilhão, os Estados Unidos, com 466 milhões e o México, com 382 milhões, totalizando 3 bilhões. Entre os países da América do Sul estão Argentina, com 1 bilhão, Chile, com 88 milhões e Paraguai, com 290 milhões, totalizando próximo de 1,5 bilhão de dólares.

Os fluxos de comércio exterior são influenciados por diferentes ordens e fatores, podendo ser de origem política, econômica, tributária, cambial e social. Cada fator influência de uma forma particular e em uma região específica. Observa-se que nos arcos analisados, o comércio internacional não é apenas uma ferramenta, e sim, um agente que intensifica os fluxos de mercadorias no contexto da era da globalização porque a expansão do capitalismo resultou no seu crescimento, intensificado pelas relações entre os mais variados países.

REDES DO COMÉRCIO EXTERIOR NAS CIDADES FRONTEIRIÇAS

A condição geográfica tem relação direta com o desenvolvimento comercial e com a dinâmica urbana das cidades que absorvem os fluxos comerciais e internacionais. Para a autora Saskia Sassen (2007) uma escala "megarregional" pode ajudar a conectar os ganhadores e retardatários em uma megarregião que se converte em cidades e áreas, tanto globalizadas como locais.

Esta conexão também pode ser convertida em redes intercidades transfronteiriças mediante o fortalecimento das conexões, pois circuitos diferentes contêm grupos diferentes de países e cidades. Vista desta forma, a economia global torna-se concreta e específica, com uma geografia bem definida. Estes circuitos são multidirecionais e cruzam-se no mundo, alimentando a geografia intercidades como nós estratégicos.

A competitividade das cidades não depende só das condições macroeconômicas do país, mas também das características geográficas e ambientais. O grande agente modificador são as empresas agrupadas em cidades e regiões que constituem o motor do novo sistema econômico que

prevalece. Questões de poder e política internacional no âmbito de redes estratégicas têm sido ressaltadas pela literatura baseada em economia política internacional (SASSEN, 2007).

As redes urbanas apresentam particularidades inerentes à sua formação socioespacial, e podem estar associadas às redes mais complexas. Tanto os processos desencadeados em escala local/regional, quanto os produzidos em outras escalas espaciais mais amplas repercutem na formação e desenvolvimento das cidades e na definição de funções na rede. Muitas das experiências relatadas pela literatura internacional tratam as economias territoriais especializadas como um tipo de produto ou uma cadeia produtiva no tecido geoeconômico regional.

Com efeito, o mecanismo da especialização internacional tem consequências na dinâmica regional e seleciona as áreas onde habilidades e conhecimentos serão acumulados, isso pode gerar trajetórias tecnológicas divergentes, com distinto potencial de crescimento e de inovação (BREITBACH, 2005).

Para chegar na relação entre cidades e economia global, é útil especificar os múltiplos circuitos globais nos quais as cidades estão conectando as fronteiras. Redes particulares conectam grupos particulares de cidades e isto permite recuperar os detalhes sobre os diversos papéis da cidade na economia global (SASSEN, 2007).

Considerando a conexão que existe entre a economia internacional e as cidades, observa-se que no caso dos municípios fronteiriços brasileiros nem todos estão conectados através do fluxo de comércio exterior a outro país. E os municípios fronteiriços que estão conectados através do fluxo de comércio exterior a outro país estão de uma forma bem particular.

As Tabelas 11 e 12 mostram a quantidade de cidades fronteiriças que exportaram e importaram, respectivamente, entre 1999 e 2013, por arco fronteiriço. A tabela não faz distinção entre os municípios que exportaram e importaram ao mesmo tempo.

Tabela 11 - Quantidade de cidades fronteiriças que participam dos fluxos de exportação por arco fronteiriço

Ano	Central	Norte	Sul
1999	17	14	152
2000	19	20	156
2001	22	20	177
2002	24	19	174
2003	25	17	176
2004	21	20	176
2005	22	18	170
2006	19	19	167
2007	18	21	176
2008	21	21	168
2009	21	15	165
2010	23	15	152
2011	22	15	164
2012	22	15	163
2013	22	14	168

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Tabela 12 - Quantidade de cidades fronteiriças que participam dos fluxos de importação por arco fronteiriço

Ano	Arco Central	Arco Norte	Arco Sul
1999	12	8	128
2000	11	10	133
2001	11	7	132
2002	111	8	131
2003	10	11	134
2004	11	10	138
2005	11	9	137
2006	12	9	137
2007	13	10	140
2008	16	11	153
2009	14	11	147
2010	17	13	156
2011	15	13	165
2012	13	13	175
2013	14	11	178

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Os municípios que geram fluxo de comércio exterior estão inseridos em um sistema de cidades ligadas ao comércio internacional. Entre 1999 e 2013 tem-se a média de 205 cidades fronteiriças inseridas na rede de comércio exterior[14], ou seja, quase a metade dos municípios fronteiriços. As redes formadas pelos municípios fronteiriços por cada arco/estado podem ser visualizadas nas figuras 16 a 20 que mostra a relação entre os municípios fronteiriços e os diversos países.

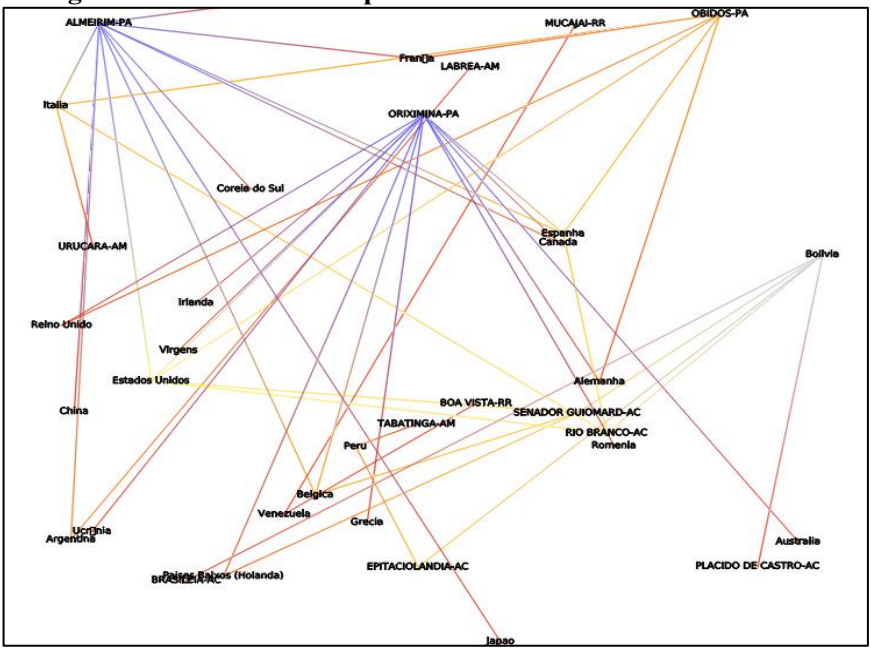
As redes formadas pelas cidades fronteiriças são particulares porque selecionam as cidades de acordo com a condição geográfica, urbana, empresarial e logística para integrar a rede do comércio internacional praticado na fronteira. Em cada arco fronteiriço forma uma rede de comércio exterior ligadas a países diferentes. O Arco Sul é o que mais concentra municípios participantes da rede de comércio exterior, isto se justifica porque abriga a maior quantidade de empresas, são os estados mais populosos e com mais municípios na faixa de fronteira.

A quantidade de municípios exportadores no Arco Sul é, em média, 10 vezes maior em relação ao Arco Norte e 9 vezes maior em relação ao Arco Central. Em relação ao fluxo de importação, a quantidade de municípios importadores no Arco Sul é, em média, 14 vezes maior que no Arco Norte e 9,8 vezes maior que no Arco Central.

As redes de comércio das figuras 7 a 11 também indicam a centralidade da rede ou *betweenness central*. A *betweenness central* é uma medida centralidade do vértice de um gráfico, ou seja, quantifica o número de vezes que um nó atua como uma ponte ao longo do caminho mais curto entre dois outros nós. Na prática, indica que os municípios que estão sendo ligados com as linhas azuis são os municípios centrais na rede formada no arco central e norte, no arco sul foi dividido por estado porque a rede é muito extensa e para melhor visualização optou-se em separar por estado.

[14] Ressalte-se que o banco de dados usa como variável para caracterizar o município o domicílio fiscal da empresa, ou seja, para a pessoa jurídica, o domicílio fiscal será equivalente à sede social ou ao lugar onde ela desenvolve sua atividade. Não necessariamente os produtos estão sendo fabricados no mesmo município. De uma maneira simplificada, é onde a empresa expediu a nota fiscal para exportar/importar.

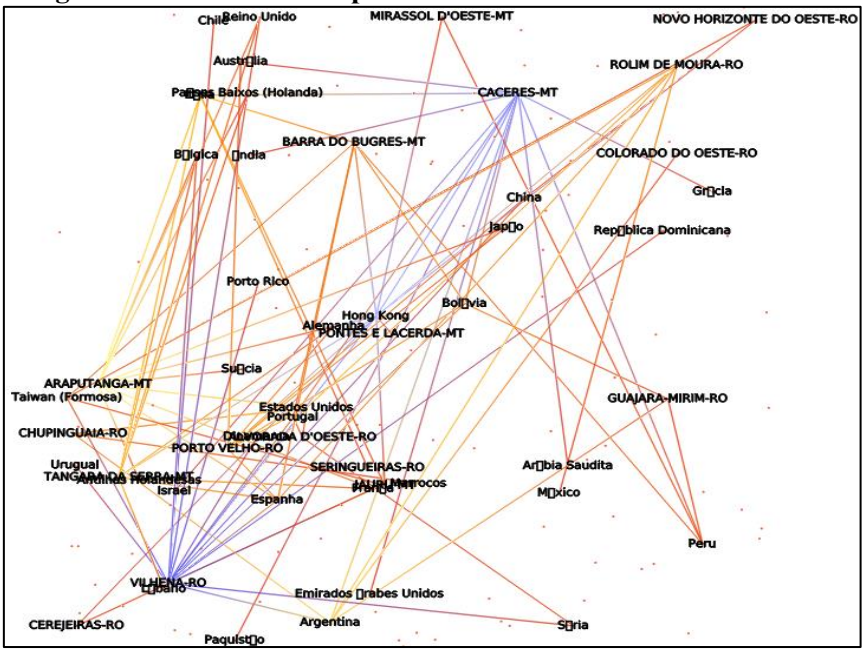
Figura 7 – Rede formada pelo comércio exterior no arco Norte



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Na figura 7 tem-se a rede formada pelo comércio exterior entre os municípios fronteiriços do arco Norte com outros países. Observa-se a centralidade do município de Oriximiná (PA) e Almeirim (PA) como os principais nós de escoamento de produtos para exportação no arco norte. A rede de exportação no arco norte, em 1999, é composta por 36 nós e 47 *edges* (linhas – que neste caso ligam as cidades aos países), em 2013, tem-se 145 nós e 89 linhas. Essa diferença indica a maior inserção do arco central ao circuito de comércio internacional.

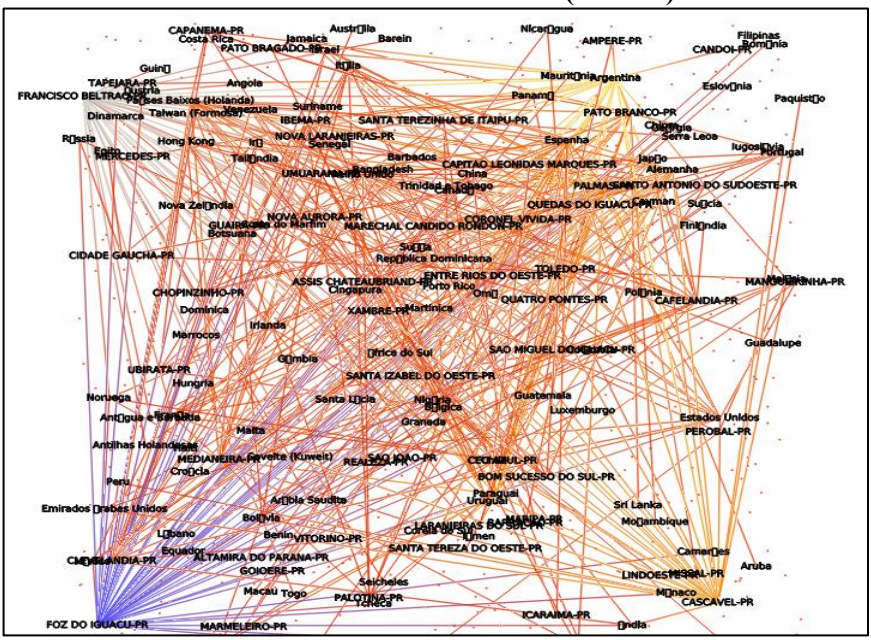
Figura 8 – Rede formada pelo comércio exterior no arco Central



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Na figura 8 tem-se a rede formada pelo comércio exterior entre os municípios fronteiriços do arco central com outros países. Observa-se a centralidade do município de Vilhena (RO) e Cáceres (MT) como os principais nós de escoamento de produtos para exportação no arco central. A rede de exportação no arco norte, em 1999, é composta por 145 nós e 94 *edges* (linhas – que neste caso ligam as cidades aos países), em 2013, tem-se 521 nós e 399 linhas. Essa diferença indica a maior inserção do arco central ao circuito de comércio internacional.

Figura 9 – Rede formada pelo comércio exterior no arco Sul (Paraná)



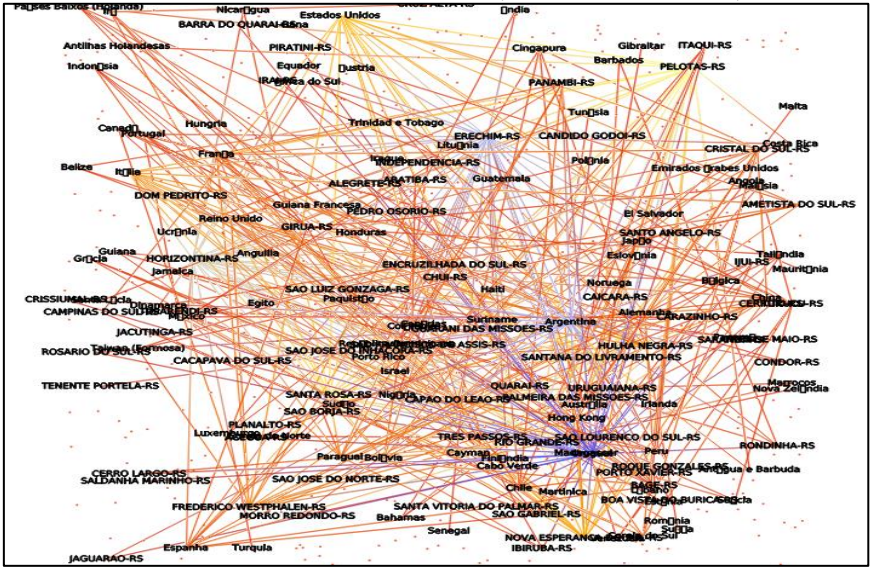
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Na figura 9 tem-se a rede formada pelo comércio exterior entre os municípios fronteiriços do estado do Paraná com outros países. Observa-se a centralidade do município de Foz do Iguaçu (PR) como a principal porta de escoamento de produtos para exportação. A rede de exportação no arco sul, em 1999, era composta por 281 nós e 1096 *edges* (linhas – que neste caso ligam as cidades aos países), em 2013, tem-se 2298 nós e 1962 linhas.

No estado do Rio Grande do Sul o município que se destaca pela centralidade é Erechim- RS (figura 19). Na fronteira do Rio Grande do Sul o que ocorre é um caso interessante, como a maioria das cidades do Rio Grande do Sul teve um link com a Argentina e Uruguai e o que ocorre

também é que esses países na construção da rede se sobrepõe e ganham centralidade em relação aos outros países.

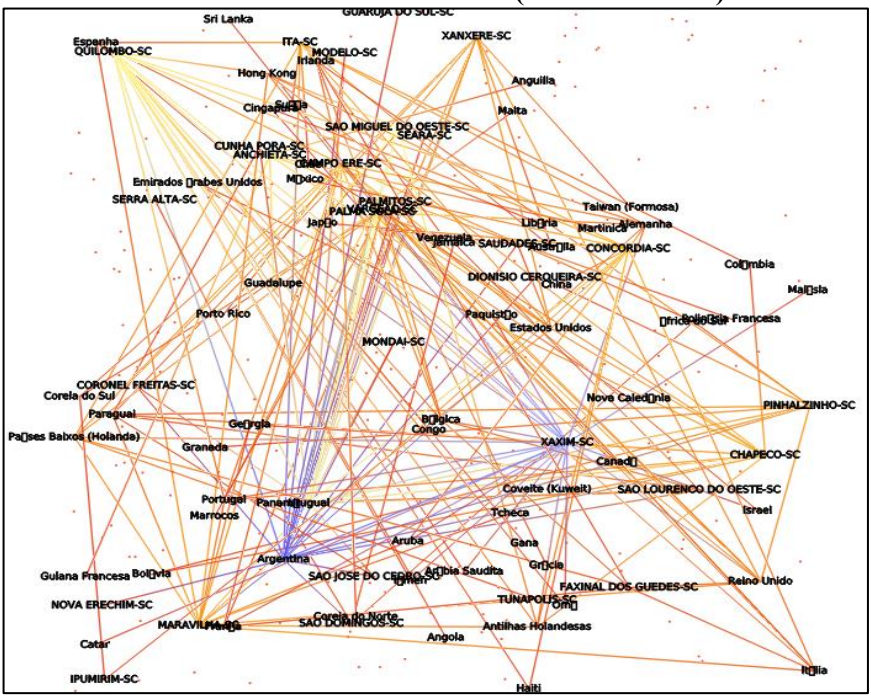
Figura 10 – Rede formada pelo comércio exterior no arco Sul (Rio Grande do Sul)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Na figura 11, por sua vez, tem-se a rede formada pelo comércio exterior dos municípios fronteiriços de Santa Catarina, o município que se destaca pela centralidade é Xaxim (SC). A Argentina se sobrepõe e ganham centralidade em relação aos outros países. Isso quer dizer que no caso de Santa Catarina a ligação entre o território catarinense o a Argentina é forte, a tal ponto que é possível medir a centralidade dessa ligação. Assim, pode-se dizer que a proximidade geográfica e os acordos para formação de blocos econômicos são responsáveis pela atuação da força de centralidade dos específicos municípios da faixa de fronteira do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com a Argentina e Uruguai.

Figura 11 – Rede formada pelo comércio exterior no arco Sul (Santa Catarina)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

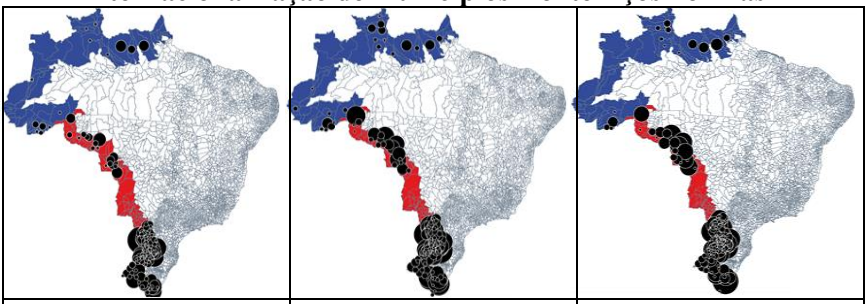
Os municípios que se destacam apresentam fluxos para diversos países, não apenas para a América do Sul. Os fluxos do comércio exterior gerados nos municípios fronteiriços são multidirecionais, isto é, são direcionados para diversos países no mundo. Em 1999, a quantidade de países no total foi de 161, na Europa, América, África e Oriente Médio. Em 2013, a quantidade de países foi de 170, também na Europa, América, África e Oriente Médio.

Como foi possível observar, os municípios que se destacam apresentam fluxos para diversos países, não apenas para a América do Sul. Os fluxos do comércio exterior gerados nos municípios fronteiriços são

multidirecionais, isto é, são direcionados para diversos países no mundo. Em 1999, a quantidade de países no total foi de 161, na Europa, América, África e Oriente Médio. Em 2013, a quantidade de países foi de 170, também na Europa, América, África e Oriente Médio.

A Figuras 12 mostra de modo comparativo a espacialização das cidades exportadoras por arco fronteiriço, segundo a quantidade de países com os quais houve relação comercial.

Figura 12 – *Ranking* de internacionalização de municípios fronteiriços no Brasil



1999	2008	2013

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Conforme o *ranking* por ordem de importância, os municípios mais "internacionalizados" (que tiveram mais relações comerciais em relação à quantidade de países) em 1999 foram: Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Erechim, Horizontina, Palmas, Rio Grande, Cascavel, Pelotas, Santa Rosa, Toledo, Xaxim e Sant'Ana do Livramento.

Devido ao dinamismo comercial do Arco Sul era esperado que as primeiras posições fossem ocupadas por municípios desse arco, o que de fato ocorreu. Os municípios do Arco Sul têm mais inserção internacional em relação aos municípios dos arcos Central e Norte. A primeira cidade do Arco Central, que aparece na 16ª posição, é Vilhena, no Mato Grosso. Em relação ao Arco Norte, a primeira cidade aparece na 28ª posição, é Oriximiná, no Pará.

Comparativamente, entre 1999 e 2008 houve uma maior dinamização do comércio exterior no Arco Central, provavelmente motivada pela indústria do *agrobusiness* o que demonstra modificações espaciais no arco fronteiriço e o inclui no circuito da economia internacional. Há uma expansão comercial para 60 novos países, o que reflete a busca de novos mercados, principalmente para o Oriente Médio e a Ásia.

O Arco Central ganha maiores posições em relação à quantidade de países com os quais tem relação comercial. Por ordem de importância entre os municípios fronteiriços tem-se: Erechim, Foz do Iguaçu, Rio Grande, Cascavel, Hulha Negra, Xaxim, Bagé, Horizontina, Capão do Leão, Palotina, Palmas, Porto Velho e Vilhena.

Porto Velho, localizado no Arco Norte, ganha a 11ª posição e Vilhena, a 12ª posição. Entre 1999 e 2008 o Arco Norte perde importância por ordem de quantidade de países exportadores. Rio Branco é a primeira, aparecendo na 48ª posição.

Em 2013, as cidades por ordem de importância são: Rio Grande, Cascavel, Foz do Iguaçu, Erechim, Palmas, Vilhena, Sapezal, Palotina, Seara, Santa Rosa e Hulha Negra. As primeiras cidades do Arco Central são Vilhena e Sapezal, que exportaram, respectivamente, para 54 e 51 países. No Arco Norte, a primeira cidade é Almeirim, na 42ª posição.

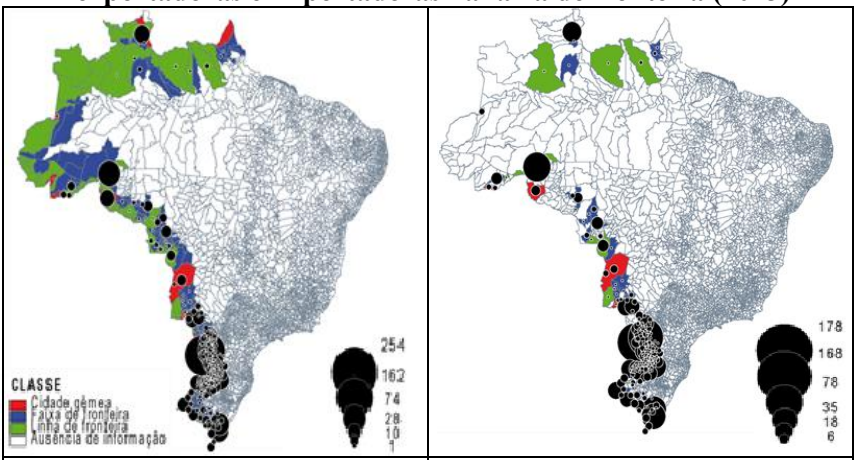
Houve uma clara intensificação dos fluxos multidirecionais nos três arcos fronteiriços entre 1999 e 2013. A busca de novos mercados, os incentivos tributários, os novos acordos entre blocos econômicos colaboraram com a inserção dessas cidades no circuito da economia internacional. A Tabela 8.6 mostra a quantidade de *links* de cada arco fronteiriço em 1999, 2008 e 2013. Os *links* são as ligações entre cidades e com os países. Este caso forma a parte da rede de comércio internacional, que aqui só é possível identificar de cidade para país, segundo os dados disponíveis no banco de dados do MDIC.

Segundo a hierarquia das empresas exportadoras da fronteira, tem-se Foz do Iguaçu, Cascavel, Porto Velho, Rio Grande, Pelotas, Chapecó, Erechim, Boa Vista, Ponta Porã, Guajará-Mirim, Barracão,

Porto Xavier e Umuarama como as principais cidades que comportam o maior número de empresas exportadoras.

A Figura 13 mostra de modo comparativo a distribuição espacial das empresas exportadoras e importadoras conforme a localização geográfica. No fluxo inverso (importação) as maiores cidades importadoras são Rio Branco, Erechim, Boa Vista, Barracão, Porto Xavier, Toledo, Uruguaiana, Umuarama, Ponta Porã, Panambi, Dourados e Francisco Beltrão.

Figura 13 – Distribuição espacial de empresas exportadoras e importadoras na faixa de fronteira (2013)

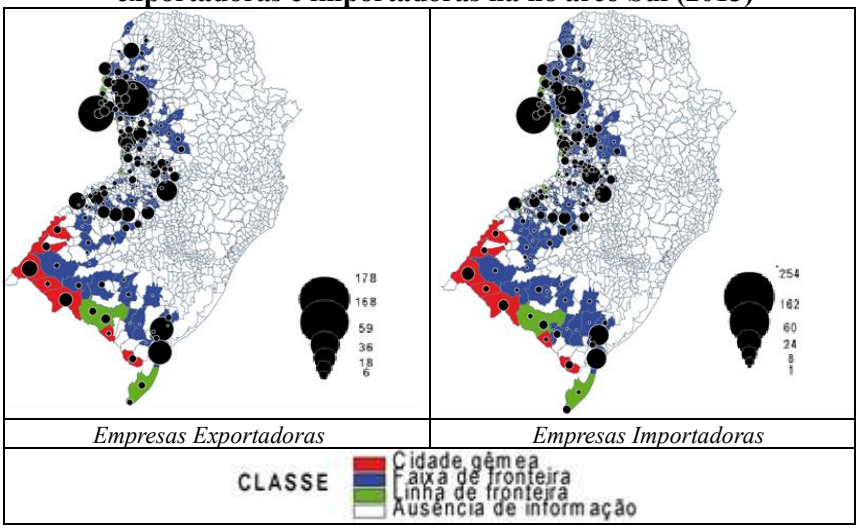


Empresas Exportadoras | *Empresas Importadoras*

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

Nota-se que há concentração no Arco Sul de empresas exportadoras, por ser o mais dinâmico em relação à população, às empresas e à quantidade de municípios. A Figura 14 detalha a quantidade de empresas no Arco Sul de exportação e importação.

Figura 14 – Distribuição espacial de empresas exportadoras e importadoras na no arco Sul (2013)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

As empresas localizadas em uma cidade se inserem em um conjunto de dimensões urbanas e de infraestrutura que são fundamentais para escoamento dos fluxos gerados pelo comércio internacional. As cidades-gêmeas do Rio Grande do Sul destacam-se pela importância logística, principalmente as que fazem fronteira com o Uruguai. Elas acolhem muitas empresas exportadoras e servem como plataforma logística para o comércio internacional.

A Tabela 13, apresentada na página seguinte, mostra a quantidade de empresas exportadoras/importadoras conforme a localização geográfica na faixa de fronteira. Observa-se a concentração de empresas nos municípios localizados na faixa de fronteira (que não tocam os limites internacionais).

Tabela 13 - Localização geográfica das empresas exportadoras e importadoras nos arcos fronteiriços brasileiros

Fronteira	*Exportadoras*	*Importadoras*
Cidade-gêmea	647	496
Faixa de fronteira	1492	1232
Linha de fronteira	255	222
Total geral	2394	1950

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: AliceWeb.

As empresas exportadoras concentram-se no Arco Sul, 77% estão nele localizadas, 4,5% localizam-se no Arco Norte e 18,5% no Arco Central. As empresas importadoras estão localizadas 79% no Sul, 4,7% no Norte e 16% no Arco Central.

Apesar da localização geográfica privilegiada dos municípios fronteiriços, há dificuldades para a inserção deles em um contexto de comércio internacional, que podem ser explicadas por diversos fatores, como: entraves burocráticos e legais, falta de agilidade nos serviços prestados nas cabeceiras das fronteiras, disparidade de preços entre os mercados, restrições ao trânsito de mercadorias de varejo, decisões governamentais unilaterais e diferenças de tratamento aduaneiro na importação e exportação de produtos (MENDONÇA, 2009).

A estes fatores acrescente-se o referente à logística internacional segura, de crescente importância mundial, como destacam Morini e Leoce (2011), apresentando estudo do Banco Mundial que aponta o Brasil em posição intermediária[15] quanto à eficácia logística.

[15] O índice de eficácia logística (sigla LPI, em inglês) do Banco Mundial ranqueia o Brasil na 41ª posição entre os 155 países pesquisados. Destacando-se apenas o item "administração aduaneira", o Brasil passa à 82ª posição (http://www.worldbank.org).

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração. **Portal Eletrônico da ALADI**. Disponível em: <www.aladi.org>. Acesso em 10/09/2014.

ALMEIDA, P. R. "O Brasil e os blocos regionais: soberania e interdependência". **Revista São Paulo em Perspectiva**, vol. 16, n. 1, 2002.

ALMEIDA, P. R. "Problemas conjunturais e estruturais da integração na América do Sul: a trajetória do Mercosul desde suas origens até 2006". **Meridiano 47**, n. 68, 2006.

ANTUNES, E. M. "Revisão dos critérios de definição de cidades gêmeas nas fronteiras brasileiras". **CEIRI News** [20/11/2013]. Disponível em: <www.ceiri.news>. Acesso 05/10/2019.

AVEIRO, T. M. M. **Relações Brasil-Uruguai**: A Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço (Dissertação em Relações Internacionais). Brasília: UNB, 2006.

BARRAL, W.; BOHER, C. P. "A integração Latino-Americana em foco: 50 anos de ALALC/ALADI". **Integração Latino-Americana: 50 anos de ALALC/ALADI**. Brasília: FUNAG, 2010.

BARROSO, L. A. "A faixa de fronteira: procedimento ratificatório de titulações". **Revista da Faculdade de Direito**, vol. 19, n. 1, 199.

BCB - Banco Central do Brasil. "Câmbio". **Portal Eletrônico do Banco Central do Brasil**. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 24/05/2012.

BORBA, V. "Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa". **Historiæ**, vol. 4, n. 2, 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de fronteira.** Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Internacionais. "Delimitações das fronteiras". **Portal Eletrônico do MRE** Disponível em <www.mre.gov.br>. Acesso em 03/03/2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **200 anos de comércio exterior**. Brasília: MDIC, 2008.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. "Exportação brasileira". **ALICEWEB - Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior**. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 10/03/2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. "Exportação municípios". **ALICEWEB - Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior**. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 10/03/2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. "Importação brasileira". **ALICEWEB - Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior**. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 10/03/2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. "Importação municípios". **ALICEWEB - Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior**. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 10/03/2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Termo de Referências: Internacionalização de empresas brasileiras**. Brasília: MDIC, 2009.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. "Quem somos?". **Portal Eletrônico da Receita Federal do Brasil** Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 12/12/2012.

BREITBACH, A. “Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional durável”. **Perspectiva Econômica On-line,** vol. 1, n. 2, 2005.

CARNEIRO FILHO, C. P. **Interações espaciais e cidades-gêmeas na fronteira Brasil-Argentina**: São Borja/Santo Tomé – Itaqui/Alvear (Dissertação de Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CATELA, E. Y. S. **Ensaios sobre Comércio Internacional, Tecnologia e Crescimento** (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Curitiba: UFPR, 2009.

CNM -Confederação Nacional de Municípios. **Relatório final do I Encontro dos Municípios de Fronteira**. Brasília: CNM, 2008.

COELHO, P. M. P. **Fronteiras na Amazônia**: um espaço integrado. Brasília: FUNAG, 1992.

CORREA, L. F. S “O Barão do Rio Branco chefe de missão: Liverpool, Washington, Berna e Berlim". FUNAG. **Barão do Rio Branco** - Cem anos de memória. Brasília: FUNAG, 2012.

COSTA, W. M. “O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da Integração”. **Confins**, n. 7, 2009.

COSTA, W. M. “Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana”. **Revista Território**, ano IV, n. 7, julho/dezembro, 1999.

COUTO, L. F. **O Horizonte regional do Brasil**: Integração e construção da América do Sul. Curitiba: Juruá, 2009.

DATHEIN, R. “Integração econômica e políticas de desenvolvimento: experiências e perspectivas”. **Revista Análise Econômica**, ano 25, setembro de 2007.

EGLER, C. A. G. “Integração Econômica e Redes Logísticas no Cone Sul”. *In*: SANTOS, T. C. (org.). **Tendências e Desafios da Integração do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: CIORD/UnB, 2001.

FARIA, L. A, COUTINHO, C. R. “Relações comerciais e integração na América do Sul”. **Textos para Discussão FEE**, n. 84, novembro, 2010.

FERREIRA, A. C. “Interações na fronteira Brasil-Uruguai: um estudo de caso das cidades de Jaguarão-RS (Brasil) e Rio Branco (Uruguai)”. **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, ano 4, n. 37, 2009.

FOUCHER, M. **Fronts et frontières**: un tour du monde géopolitique. Paris: Libraire Arthème Fayard, 1991.

FOUCHER, M. **La réaffirmation mondiale de frontières**. Paris: Armando Colin, 2011.

FOUCHER, M. **L’obsession des frontières**. Paris: Librairie Académique Perrin, 2007.

FOUCHER, M. **L´obssession des frontières**. Paris: Perrin, 1991.

FURTADO, R. **Descobrindo a faixa de fronteira**: a trajetória das elites organizacionais do Executivo Federal: as estratégias, as negociações e o embate na Constituinte. Curitiba: CRV, 2013.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

HAESBAERT, R.**;** BARBARA., M. J**.** S. “Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças”. **GEOgraphia**, vol. 3, n. 5, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos de 1872-2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11/01/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “IBGE Cidades”. **Portal Eletrônico do IBGE**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11/01/2014.

IIRSA - Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana. **Sítio Eletrónico de IIRSA**. Disponível em: <www.iirsa.org>. Acesso 02/02/2011.

LAFER, C. Discurso: **Desenvolvimento e Integração na América Latina e no Caribe**: a Contribuição das Ciências Sociais. Brasília: MRE, 2002.

LESSA, A. C. "O Barão do Rio Branco e a inserção internacional do Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.55, n.1, 2012.

LIMA, F. R. F. **Desenvolvimento regional na fronteira Foz do Iguaçu/BR – Ciudad Del Este/PY** (Tese de Doutorado em Geografia). Curitiba: UFPR, 2011.

LIMA, S. L. M. **O acompanhamento tributário** - um novo paradigma em fiscalização para a Receita Federal do Brasil. Brasília: ESAF, 2007.

LOBO, R. H. **Geografia econômica**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

MARQUES, A. M. "Movimentos migratórios fronteiriços: bolivianos e Paraguaios em Mato Grosso do Sul". **Proceedings of the XXVII Annual ILASSA Student Conference on Latin** America. Austin: UT, 2007.

MATTOS, C. M. **Geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

MATTOS, C. M. **Geopolítica e teoria de fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MATTOS, C. M. **Uma geopolítica amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MATHIAS, S. K.; GUZZI, A. C.; GIANNINI, R. A. "Aspectos da integração regional em defesa do Cone Sul". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, n. 1, 2008.

MENDONÇA, C. **Impactos de processos de integração em zonas de fronteira**: o crescimento dos fluxos comerciais e o desenvolvimento em cidades-gêmeas do Mercosul (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Relações Internacionais). Brasília: UNB, 2009.

MENEZES, A. M.; PENNA FILHO, P. **Integração regional**: blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2006.

MERCOSUL. "Aspectos gerais do Mercosul". **Portal Eletrônico do Mercosul**. Disponível em: <www.mercosul.gov.br>. Acesso em: 20/02/2013.

MOREIRA, A. **Teoria das Relações Internacionais**. Porto: Almedina, 2003.

MORINI, C.; LEOCI, G. **Logística internacional segura**: Operador Econômico Autorizado e a gestão de fronteiras no Século XXI. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

OLIVEIRA, J. L. C. **Zona Franca de Manaus**: um estudo sobre a renúncia dos entes federativos e os benefícios socioeconômicos gerados (Dissertação de Mestrado em Economia). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório mundial sobre drogas 2013**. Nova York: UNODC, 2013.

ONUDI - Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Negocios en el Paraguay**: elementos del costo país. Asunción: ONUDI, 2012.

PAIVA, C. A.; GODOY, M. M.; RODARTE, M. M. S. **Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. Belo Horizonte: NPHED/CEDEPLAR/UFMG, 2012.

PATRIOTA, A. A. "Prefácio". **Obras do Barão do Rio Branco I**: questões de limites República Argentina. Brasília: FUNAG, 2012.

PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

PORTO, J. L. R.; COSTA, M. **A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana**: Questões Geoeconômicas. Macapá: Editora O Dia, 1999.

PORTO, J. L. R.; COUTO, M. E. A.; BARROSO, J. M.; THALEZ, G. M. "Do Território Federal a Estado: condicionantes para a execução de ajustes espaciais na Amapá". **Anais do Seminário Trinta e Cinco anos de Colonização da Amazônia**. Porto Velho: UNIR, 2007.

PRAZERES, T.L. "A integração sul-americana: uma idéia ainda fora do lugar?". **O Brasil e a América do Sul**: desafios no século XXI. Brasília: FUNAG, 2006.

PUMAIN, D. "Pour une théorie évolutive des villes". **Espace géographique**, tome 26, n. 2, 1997.

REITEL, B. “Frontières”. **Hypergéo [03/05/2014]**. Disponível em: <www.hypergeo.eu>. Acesso em 03/03/2014.

REITEL, B.; ZANDER, P. “Frontières”. **Hypergéo [03/05/2014]**. Disponível em: <www.hypergeo.eu>. Acesso em 03/03/2014.

REZEK, F. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

ROCHA, M. S. **O Brasil e a América do Sul**: desafios no século XXI. Brasília: FUNAG, 2006.

ROZENBLAT, C. **Tissus de villes. Réseaux et systèmes urbains en Europe**. Montepellier: Université Paul Valéry, 2004.

SAINT JULIEN, T, PUMAIN, D. **L'analyse spatiale**: localisations dans l'espace. Paris: Armando Colin, 2010.

SASSEN, S. “El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza”. **Revista Eure**, vol. XXXIII, n. 100, 2007.

SCHULZ, C. “L'agglomération Saarbrücken - Moselle-Est. Ville-frontière ou villes frontalières?”. *In*: REITEL, B. (ed.). **Villes et Frontières**. Paris: Anthropos, 2002.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Internacionalizando a empresa**. São Paulo: SEBRAE, 2013.

SENHORAS, E. M. Dinâmica fronteiriça das cidades-gêmeas entre Brasil e Guyana. **Revista Geonorte**, vol. 7, n. 1, 2013.

SENHORAS, E. M. “O Novo Regionalismo Internacional da Teoria à Prática: Um Estudo de Caso de Integração Regional e Panregionalismo na encruzilhada Sulamericana”. **Anais do VI Fórum do Mercosul**. Aracajú: UFS, 2007.

SILVA, L. P. B. “Cadeias produtivas em zona de fronteira: Corumbá (MS) e Puerto Suarez (BOL)”. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre: ENG, 2008.

SILVA, L. "Paraguai: transição inconclusa e integração reticente". **Agenda Sul-Americana. Mudanças e desafios no início do século XXI**. Brasília: FUNAG, 2007.

SILVA, R. M.; OLIVEIRA, T. C. M. "O mérito das cidades-gêmeas nos espaços fronteiriços". **Revista OIDLES**, vol. 2, n. 5, diciembre, 2008.

SIMÕES, R. C. F; MORINI, C. A ordem econômica mundial: considerações sobre a formação de blocos econômicos e o Mercosul**. Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas**, vol. 13, n. 31, 2002.

SOUZA, C. A; PORTO, J. L.; PEDRO, J. M.; SANTOS, M. M. "Território Federal no direito brasileiro: estudo comparativo dos Projeto de Lei 008/1947 e Decreto-Lei 411/1969". **Anais do Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento**. Belém: NAEA/UFPA, 2014.

SOUZA CRUZ, G. A.; BISPO, R. S.; SILVA, A. Z. B. "A criação de Zonas de Processamento de Exportação e de Áreas de Livre Comércio como instrumentos de redução do desequilíbrio intra-regional na Amazônia Ocidental". **Revista Examãpaku**, vol. 1, n. 1, 2008.

STEIMAN, R.; MACHADO, L. "Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica". TRINCHERO, H. H.; OLIVEIRA, T. C. M. (orgs.). **Fronteiras platinas**: território e sociedade. Grande Dourados: UFMS, 2012.

SUFRAMA. "Ganhos tributário e social da ZFM superam renúncia fiscal". **Suframa Hoje**, ano X, n. 45, agosto, 2009.

TREVISAN, R. "**Lei de Newton aplicado no comércio exterior". Entrevista concedida à pesquisadora** [15/12/2012]. Curitiba: arquivo pessoal, 2012.

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas. **Portal Eletrônico da UNASUL**. Disponível em: <www.unasursg.org>. Acesso em 01/02/2015.

VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do MERCOSUL. Brasília: UNB, 2002.

VAZ, A C. “Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?” **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 44, n. 1, 2001.

VIANA, A. R.; SILVA, P. B.; ANDRE, B. C. “Integração sul-americana: oportunidades e desafios para uma maior participação do continente na governança global”. **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, 2011.

VIZENTINI, P G. F. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 1, n. 1, 2007.

WACKERMANN, G. **Les frontières dans un monde en mouvement**. Paris: Ellipses, 2003.

ZEBRAL FILHO, S T. B.; MARIZ, W. “A Nova Dinâmica do Desenvolvimento Regional no Brasil: Globalização, Desigualdades Sócio-Econômicas e Integração”. **2ª. edição do Prêmio Senador Milton Campos**. Brasília: CRUB, 1998.

SOBRE A AUTORA

ELOISA MAIESKI ANTUNES

SOBRE A AUTORA



Eloisa Maieski Antunes é graduada em Geografia, mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e doutora em Geografia Humana pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora convidada da Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne em Paris. Tem publicações na área de Geografia Econômica e Política. Foi articulista no Centro de Estratégia, Inteligência e Relações Internacionais (CERI). Professora nos cursos de graduação em Geografia e Comércio Exterior do Centro Universitário Internacional (UNINTER) e no MBA em Logística da Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP). Também é co-fundadora da empresa Geographic Data (GD) que faz tratamento de dados e inteligência de mercado. Email: eloisageografia@gmail.com

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

COLEÇÃO COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 150 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

 + 55 (95) 981235533 /  nupsbooks@gmail.com

 www.livroeletronico.net